



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
42ª Reunião Extraordinária do CNRH

11 de dezembro de 2019.

(Degração ipsi verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Bom dia Senhoras e
2 Senhores, pedimos que ocupem os seus lugares, gostaríamos de dar boas-vindas
3 e agradecer a presença de todos. Para que possamos dar início a 42ª Reunião
4 Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, gostaríamos de
5 compor a mesa convidando o Senhor Ministro de Desenvolvimento Regional
6 Gustavo H. Rigodanzo Canuto que preside esse Conselho. Convidamos também o
7 Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário Executivo do CNRH Senhor
8 Marcelo Borges; convidamos à senhora Christianne Dias Diretora-presidente da
9 Agência Nacional de Águas; convidamos o Secretário Executivo do Ministério de
10 Desenvolvimento Regional Mauro Biancamano. Convidamos a todos para ouvir a
11 execução do Hino Nacional.

12 **Execução do Hino Nacional**

13 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Gostaríamos de
14 passar a palavra a Senhora Diretora Presidente da Agência Nacional de Águas
15 (ANA), Christianne Dias Ferreira.

16 **Christianne Dias Ferreira (Diretora Presidente da Agência Nacional de Águas**
17 **(ANA)** - Bom dia senhoras e senhores, cumprimento o Excelentíssimo Senhor
18 Ministro de Estado, Gustavo Canuto, Secretário de Segurança Hídrica, Marcelo
19 Borges, Secretário Executivo, Mauro Biancamano. Com muita satisfação,
20 cumprimento a todos, servidores e todos integrantes CNRH (Conselho Nacional de
21 recursos Hídricos) e é com muita satisfação que participamos aqui da primeira
22 reunião do CNRH, diante dessa nova composição e desse desafio que o Conselho
23 tem de dar os encaminhamentos, as diretrizes para uma gestão integrada dos
24 recursos hídricos. Especialmente agora com a recente edição do Decreto, alterando
25 a composição do Conselho, a ANA (Agência Nacional de Águas) passa a ter um
26 papel diferenciado agora como suporte técnico e nesse papel assim como já vem
27 fazendo historicamente vai buscar aprimorar toda essa governança, e realmente
28 contribuir para os subsídios que as Câmaras Técnicas precisarão para
29 desempenhar esse papel de integração dos recursos hídricos nesse modelo
30 descentralizado que nós temos. Então nós reafirmamos nosso compromisso na
31 formulação de subsídios, e eu gostaria de aproveitar a oportunidade para chamar
32 atenção, para aqueles temas tão importantes e que será, naturalmente, objeto de

33 análise e discussões aqui no âmbito do CNRH. Começando pela questão do Plano
34 Nacional de Recursos Hídricos que é um plano que vai precisar do envolvimento
35 de todos os setores e de toda a sociedade, nós temos que ter uma visão do todo,
36 uma visão integrada, ou seja, integrar todos os planos e integrar também o Plano
37 Nacional de Recursos Hídricos com o Plano Nacional de Segurança Hídrica. Então
38 esse é um desafio que se impõe para todos nós, além disso, também temos aí a
39 previsão na pauta o lançamento do Relatório de Segurança de Barragem. Nós
40 estamos evoluindo, especialmente depois do acidente de Brumadinho. Estamos
41 apresentando o plano que é referente ao exercício de 2018. O acidente de
42 Brumadinho nos deu um norte para contribuirmos, melhorarmos ainda mais e
43 cobrarmos ainda mais de todos os órgãos fiscalizadores. É incentivar, a palavra
44 não é cobrar, é incentivar que todos os órgãos fiscalizadores contribuam para esse
45 cadastro das informações das barragens do nosso país que é tão importante. Então
46 vamos fazer hoje o lançamento, iremos mais tarde assistir à apresentação por parte
47 de um servidor da ANA, Rodrigo Flecha, onde poderemos identificar de forma mais
48 detalhada a evolução que tivemos nesse cadastramento das nossas barragens.
49 Também chamo a atenção para o Projeto Integração de São Francisco que hoje tá
50 sendo aqui, foi encaminhado e a prorrogação da outorga. É importante que o
51 Governo Federal e a sociedade reconheça, os esforços que tem sido feito
52 especialmente pelo Ministério Desenvolvimento Regional para o equacionamento
53 da sustentabilidade Econômica Financeira desse projeto que é tão grandioso é tão
54 importante para o Nordeste, para o nosso país, e também falando aqui do
55 lançamento do Conjuntura, esse documento muito didático, eu gosto muito do
56 Conjuntura, e todo mundo que vai me visitar eu peço: leva um Conjuntura porque
57 eu acho que é um reflexo das principais atividades do Setor dos Recursos Hídricos
58 e da atuação também da Agência Nacional de Águas. Então é muito didática é algo
59 consumível pela sociedade, então nós fazemos esse documento com bastante
60 carinho, então estamos fazendo aí mais uma vez também o lançamento da
61 atualização do Conjuntura, e o último recorte, estamos aí também na eminência
62 de aprovar o projeto de lei de saneamento onde nós temos que ter uma integração
63 muito grande da política de saneamento com a atividade de regulação que será
64 desempenhada pela Agência Nacional de Águas que ganhará a partir de então
65 essa nova competência esse novo desafio que é muito grandioso de tentar trazer
66 um ambiente negócios mais palatável mais propício para que o investidor possa vir

67 e realmente fazer o aposte que precisamos para evoluir nesse setor que tá tão
68 atrasado comparado com o os outros. Precisamos de 600 bilhões de investimento
69 até 2033 para universalizar o serviço, então o desafio é de todos nós, sociedade,
70 governo e Agência. Então gostaria de só por fim pontuando aqui diante de tantos
71 desafios a Agência vem aprimorando as suas atividades de governança,
72 especialmente com a recente publicação da Lei das Agências que trouxe
73 modificações bastante consideráveis para todos agentes reguladores, um maior
74 controle social, a participação da sociedade por meio de audiências e consultas
75 públicas, obrigatoriedade de fazer análise de impacto regulatório, obrigatoriedade
76 de dar publicidade para reuniões da colegiada maior filtro na escolha dos dirigentes
77 desses órgãos, programas de integridade e maior filtro também na política de
78 riscos, então todos esses são elementos novos, essa nova Lei das Agências. A
79 ANA está ciente, está trabalhando para conseguir implementar de forma gradual,
80 naturalmente, mas já estamos trabalhando fortemente nessa agenda. Também
81 falar um pouquinho sobre a finalização do nosso planejamento estratégico na ANA
82 e que tem um direcionamento específico no que concerne ao CNRH de fortalecer
83 a sustentabilidade institucional do sistema, e também para fazer a gestão integrada
84 de áreas prioritárias. É importante dá esse reporte aqui para todos que estão nessa
85 reunião do Conselho de que nós chegamos a esses objetivos que são muito
86 importantes que também contribuem para o foco da nossa atividade, então vou
87 terminar minha fala sem me estender, mas agradecendo a presença de todos.
88 Parabenizando pela reunião, desejando bons trabalhos e dizendo a mensagem de
89 que se por um lado nosso sistema é descentralizado, ele é uma resposta para a
90 diversidade do nosso país e também constitui um grande desafio e que todos nós
91 estejamos cientes disso imbuídos do espírito de trabalharmos juntos em parceria
92 para a evolução de setor, especialmente diante das recentes crises hídricas que
93 tivemos e de um futuro prospectivo de mudanças climáticas e de desafios. Muito
94 obrigada!

95 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Passamos a palavra
96 ao Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário Executivo do CNRH o
97 senhor Marcelo Borges.

98 **Marcelo Borges (Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário**
99 **Executivo do CNRH)** - Bom dia a todos, cumprimento Ministro Canuto, o

100 Presidente deste Conselho, e eu não vou novamente passar pela agenda, pois a
101 Cristiane já passou tão bem, cumprimento a todos em nome do Ministro eu quero
102 só destacar aqui a Secretaria Executiva do Conselho que ontem brilhantemente,
103 nós entendemos o necessário e foi realizado ontem um seminário de nivelamento
104 em que os que estavam presentes, e os comentários hoje feitos pela manhã ficaram
105 super satisfeitos. Nós conseguimos passar por toda a Legislação que rege o
106 Conselho, 60% dos conselheiros estão chegando, então foi muito proveitoso e os
107 comentários sobre curso de direito e sobre todas as palestras foram excelente, mas
108 a referência foi a palestra proferida por Doutor Demétrius, tá ganhando de todos,
109 todos ficaram muito satisfeitos, entender o espírito nosso aqui e atingimos os
110 objetivos. Eu estou mais ansioso para que a gente comece essa reunião, o Ministro
111 teve que dá uma saidinha aqui para uma ligação, mas a gente já vai dar
112 continuidade da pauta. Muito obrigado!

113 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** – Convidamos para
114 falar o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional o senhor
115 Mauro Biancamano.

116 **Mauro Biancamano (Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento**
117 **Regional)** - Bom dia a todos serei breve em minha fala, até porque depois da
118 Doutora Cristiane e do Doutor Marcelo Borges desejando as boas-vindas. Em nome
119 do Ministério aqui realmente estamos bem gratos pela a possibilidade realmente
120 fazemos essa primeira reunião, é uma reunião importante temos uma nova
121 composição do CNRH, que busca justamente trazer um novo formato, uma nova
122 composição, uma composição mais enxuta e sermos, mas enxutos quer dizer
123 sermos mais eficientes ainda, e aprimorarmos ainda mais o trabalho até então
124 realizados e essa nova composição vai ter um desafio ainda maior. Temos que
125 ainda fazer a revisão do PNRH, esse é o grande Marco, aprender com essa
126 experiência tão adquirida em relação ao plano anterior vigente para aprimorarmos.
127 E o desafio ainda de estabelecermos e provemos a sociedade com água de boa
128 qualidade e com quantidade realmente necessária, e evoluímos na questão
129 também de solução de conflitos. Nessa nova batuta a gente realmente precisa
130 voltar para nossas bacias e realmente buscamos a produção de água como
131 revitalizar nossas Bacias, aumentarmos a quantidade e aí vem o Marco do
132 Saneamento, agora justamente evitarmos a maior tragédia que nós temos é

133 geralmente poluir a jusante, captar e tratar. Então a gente realmente precisa
134 avançar nisso e aí sim teremos uma maior disponibilidade, quantidade, melhores
135 recursos, gastos mais eficiente então ter uma política clara ter uma política que
136 realmente estabeleça um plano adequado é fundamental para esse objetivo e aí
137 entra o CNRH e trazendo essas novas diretrizes, trazendo essa nova composição
138 e buscando justamente ter um novo plano com a experiência do passado. Então
139 desejo a todos meus parabéns pela nova composição, que seja muito bem-vindo e
140 desejo a todos um bom trabalho.

141 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Com a palavra, o
142 senhor Ministro do Desenvolvimento Regional, Presidente do CNRH - Gustavo
143 Canuto.

144 **Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do**
145 **CNRH)** – Bom dia a todos e a todas, muito bom esta aqui, acho que é um momento
146 emblemático, a volta do CNRH, uma reunião inaugural da nova estrutura, muitos
147 rostos conhecidos, pessoas aqui do setor que eu já tive o prazer e outros que
148 esperam conhecer melhor. O Conselho é muito grande e nós somos muitos
149 membros espero que mesmo com reuniões que são mais esparsas a gente possa
150 aos poucos realmente criar uma relação profissional e até uma relação pessoal
151 porque a questão hídrica de recursos hídricos é algo muito grande muito complexo
152 tanto é que eu vejo que nossos parceiros internacionais, a importância que isso tem
153 porque os rios não escolhem as fronteiras estão percorrem o caminho da gravidade
154 que define o relevo então é importante que a gente não defina essas estruturas
155 políticas, as divisões políticas como determinantes da nossa atuação. Primeiro
156 queria cumprimentar a Diretora Presidente da ANA, Christianne Dias que sempre
157 nos acompanha e prestigiam todos os assuntos relacionados à água e logo todo o
158 assunto de saneamento ontem já esteve conosco então meu muito obrigado
159 Cristiane pela presença, ao Secretário de Segurança Hídrica ele que o Marcelo
160 Borges aqui Secretário Executivo também do Conselho vai ter responsabilidade
161 tocar os trabalhos, fazer com que as nossas ideias que se transformem
162 efetivamente em ações, esse objetivo, é um conselho paritário que deve ouvir
163 todos, um colegiado diferenciado, mas a gente precisa transformar isso em ação
164 concreta. Então eu fico muito feliz de falar estou muito satisfeito e fazer parte da
165 nossa reunião que eu acho que o Conselho e cada vez mais a gente precisa disso

166 de uma construção conjunta colegiada de forma muito republicana, a participação
167 dos Estados, sociedade civil, usuários isso é essencial e todos os representantes
168 do governo também. Secretário Executivo Mauro Biancamano que faz ação
169 também acontecer no Ministério, Mauro obrigado pela presença é sempre bom ter
170 você conosco. O ministro João Marcelo do Itamarati que tem hoje uma missão
171 importante, a gente celebrar algo tão relevante entre os países, o CIC Plata,
172 realmente comemorando seu aniversário é muito importante eu acho que fico muito
173 feliz que a gente tá indo além das nossas fronteiras, está respeitando o direito de
174 todos, obrigado João, e ao diretor da ANA, Ricardo, também o Ricardo sabe da
175 responsabilidade que tem e é sempre bom marcar presença e a presença da ANA
176 como todo. Ao Renato não posso dizer Renato da apreciação, Diretor do
177 Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, veio
178 para a gente esse ano era do Meio Ambiente agora está no MDR, está fazendo um
179 excelente trabalho. É muito preocupado, é apaixonado pela pauta é difícil porque
180 gosta de falar muito é difícil, tem que segurar porque se deixar ele vai falar de
181 recursos hídricos revitalização o tempo todo, é um apaixonado pela água doce. Se
182 eu acho que é um apaixonado pelos rios e pela água e por fazer com que isso
183 chega a população então, muito Obrigado Renato tê-lo aqui conosco. Sérgio
184 também obrigado pela presença sei que você vai fazer uma apresentação estou
185 ansioso em ouvir você sempre traz elementos muito concretos uma coisa
186 muito palpável e com alguém que estuda o assunto estou ansioso para ver a
187 apresentação. Ao secretário-geral do CIC Plata, Jorge Metz, obrigado pela
188 presença e desculpe a situação lá em Foz, a gente tinha perspectiva de poder fazer
189 a cerimônia lá. Infelizmente umas questões burocráticas ainda precisavam ser
190 ajustadas, mas não foi por falta de vontade nem de alegria em poder celebrar esse
191 momento, mas agradeço sua presença aqui conosco e também o Coordenador
192 Técnico Internacional do CIC Plata Luiz, obrigado Luís pela presença constante.
193 E agora nosso companheiro, o Diretor da ADASA Jorge Werneck que teve ontem
194 conosco, estou vendo que o Jorge realmente é empenhado, ele está em todos os
195 eventos, Jorge, bom tê-lo aqui conosco, muito bom mesmo. Senhores primeiros
196 alguns informes rápidos: O CNRH mudou a estrutura, novo decreto reestruturou, o
197 Decreto 10.000 de 03 de setembro de 2019, a gente mudou a quantidade de
198 membros agora somos 37, o objetivo não foi reduzir a participação mas, talvez, se
199 tornar um pouco mais ágil, capaz que a gente tem alguma resposta. A gente sabe

200 que toda vez que diminui, alguns setores se sentem menos prestigiadas ou que
201 isso tem sido uma forma de tolher a atuação não é a ideia. Foi feita diferente
202 inclusive com os conselhos estaduais e distrital a gente colocou uma questão de
203 um titular e dois suplentes para atender as 27 Federação fazer esse rodízio.
204 Reduzimos também o governo federal, somos 19 membros agora e também
205 respeitamos os usuários a sociedade civil com seis e três membros tão importante
206 que a gente tenha isso em mente, o objetivo não é reduzir a voz de ninguém, é
207 que a gente faz com que esse conselho tenha mais efetividade, mais qualquer
208 jeito o senhor sabe que acaba assim demora demais o tempo passou não tem muita
209 resolutividade isso a gente precisa alterar. Então o objetivo foi apenas esse que a
210 gente consiga ter uma reunião bem efetiva com resposta rápida e possa atender os
211 anseios aí de um setor que é tão necessário, outra coisa possibilidade de fazer
212 atos ad *referendum* justamente para uma situação mais urgente do Conselho. É
213 grande a dificuldade de agenda de todos, que a gente possa numa situação
214 emergencial e excepcional, o presidente fazer um *ad referendum* a ser referendado
215 pelo conselho, de forma alguma retirando a legitimidade e autoridade que o
216 colegiado tem. O presidente aqui longe disso não acha que é o dono da verdade,
217 muito distante dessa situação, mas alguns momentos importantes como aconteceu
218 na tragédia de Brumadinho era o momento que a sociedade clamava por uma
219 resposta, o Conselho tem a responsabilidade de fazer valer a Lei de Segurança de
220 Barragem, e eu entendi que naquele momento era importante realmente o
221 Conselho se pronunciar como zelador da Lei e que a gente pudesse exigir ou pelo
222 menos indicar que todos os agentes fiscalizadores tomassem algumas providências
223 e assim foi feito, é uma um dos itens da nossa pauta. Pela relevância do tema da
224 segurança de barragem uma câmara técnica foi criada exclusivamente para tratar
225 de segurança de barragem, outras foram alinhadas para que a gente pudesse
226 também tem um pouquinho mais de efetividade e clareza nesses assuntos, mas os
227 assuntos foram apenas aglutinados não retirados. Então todos os assuntos que
228 existiram no CNRH continuam existindo e assim que a gente quer levar a condução
229 desses trabalhos. Primeiro aqui o meu muito obrigado, meu muito bem-vindo a
230 todos os novos conselheiros, também agradecer a todos aqueles conselheiros que
231 fizeram parte da estrutura anterior de CNRH que fizeram muito, muitas vezes
232 soluções, muitas emoções e muito avanço no setor, então a todos os conselheiros
233 que passaram meu muito obrigado meus parabéns aos que estão chegando meu

234 bem-vindos, espero que possamos realmente desempenhar um trabalho de
235 qualidade de forma respeitosa, tentando atender a todos é o uso múltiplo da água.
236 A gente sabe que a água ela deve ser utilizada em suas várias formas e temos que
237 respeitar o interesse de cada um, é por isso que esse Conselho existe, para que
238 cada um possa colocar a sua voz defender seus interesses e a gente em conjunto,
239 entendendo o que é um sistema integrado, possamos sim fazer com que a gestão
240 dos recursos hídricos seja a melhor possível para todos e não para alguns. Esse é
241 objetivo, a água de todos, inclusive nossos parceiros internacionais devemos
242 respeitar isso e agir para com que ela continue tendo qualidade e quantidade
243 adequada para todos. Os itens da pauta a Cristiane colocou muito bem, muito
244 importantes temos questão da operação prazo de prorrogação para operação
245 comercial do PISF, o Relatório Segurança de Barragem, a Conjuntura Recursos
246 Hídricos, documento essencial para que a gente possa adequadamente se planejar
247 entre tantos outros assuntos aqui que a gente vai tratar um por um, com o devido
248 cuidado não vou me alongar, tem muita coisa para fazer então com isso peço a
249 Mestre de Cerimônia se temos o *quórum* para começar a reunião.

250

251 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Senhor Presidente
252 nós atingimos o *quórum* regimental para iniciar a reunião.

253

254 **Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do**
255 **CNRH)** - Fico muito feliz com isso. Vou declarar aberta a 42^o Reunião
256 Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, agradecer a presença
257 daqueles que fizeram o quórum, a gente precisa fazer essas reuniões, é importante
258 a presença de todos. Considerando a portaria 2765/2019 que nomeou os novos
259 conselheiros titulares e suplentes para o mandato 2019 a 2023 que está projetada
260 na tela, não está, mas deveria estar foi a portaria 2765. Ela agora a mestre de
261 cerimônia vai proceder à leitura de cada um dos indicados nomeados.
262 Chamaremos os titulares e se os titulares não estiverem presentes chamaremos os
263 suplentes para tomarem posse, representando a instituição. Digo a todos que na
264 minha humilde opinião a representação de cada um aqui é idêntica, se é Governo
265 Federal, Estadual, Distrital, se é Usuário, Sociedade Civil. A ideia do Conselho que
266 todos o peso do voto é o mesmo. A paridade está aí não no tamanho, na
267 quantidade de cada um, mas cada um é quem tem direito de falar tem o mesmo

268 peso na sua fala e espero que a gente assim conduza os trabalhos. Um colegiado
269 só é um colegiado se todos os representantes puderem falar e puderem ter o peso
270 entender e que é então por favor aqueles que estão mais distantes do governo,
271 mais distante da questão de autoridades públicas não se sintam constrangidos
272 acanhados estão aqui com o mesmo direito todos aqui somos conselheiros aqui
273 que a gente tira a roupagem de público privado e aqui somos todos os Conselheiros
274 defendendo interesses comuns esse é o objetivo, então com isso passo a palavra
275 a Mestre de cerimônia.

276

277 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Pelo Governo Federal
278 Ministério do Desenvolvimento Regional: Renato Saraiva Ferreira, Gilson Pires da
279 Silva, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública: Luana Machado de Almeida,
280 na ausência da Luana, por favor Senhor Gabriel Silva Pedrazzini, Ministério da
281 Defesa justificou a ausência do seu titular e suplente, Ministério das Relações
282 Exteriores: Nicola Esperanza e o seu suplente Igor Andrade Vidal Barbosa,
283 Ministério da Economia Leandro Caixeta Moreira e a suplente Fernanda Gomes
284 Pereira, Ministério da Economia: Fabiano Mezadre Pompermayer; Ministério da
285 Infraestrutura: Rafael Ceroni Mendonça e o seu suplente Alexandre Vaz Sampaio;
286 Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento: Mariane Crespolini dos Santos
287 e suplente Michel Gomes de Sá Ferraz; Ministério da Educação: Maria Luciana da
288 Silva Nóbrega; Ministério da Cidadania: Elias Antônio Freire; Ministério da Saúde:
289 Camila Vicente Bonfim; Ministério de Minas e Energia: Reive Barros dos Santos o
290 seu suplente Thiago Guilherme Ferreira Prado; Ministério de Minas e Energia
291 Domingos Romeu Andreatta seu suplente Guilherme Silva de Godói; Ministério da
292 Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações: Fábio Donato Soares Lara Tonda
293 e o seu suplente Bruno César Prosdócimo Nunes; segundo suplente Dione Vitor
294 dos Santos; Ministério do Meio Ambiente: Ricardo Salles, Ministério do Meio
295 Ambiente: Eduardo Fortunato Bim; Ministério do Turismo: Cinara Leandra Silva
296 Alves de Souza; Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos: Sérgio
297 Augusto de Queiroz. Agora representando os Conselhos de Recursos Hídricos de
298 Goiás/Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Marcos Antônio de Souza Menegaz;
299 Distrito Federal/ Espírito Santo, Jair Vieira Tannus Junior, está lá em cima e
300 impossibilitado de descer, se sinta representado aqui, Jair. Pelo Paraná, Rio
301 Grande do Sul e Santa Catarina: José Luiz Scroccaro, será representado pelo Rio

302 Grande do Sul Paulo Renato Paim. Por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo:
303 Marília Carvalho de Melo. Pelo Amapá, Tocantins e Rondônia, Luiz Roberto
304 Takayama. Por Roraima, Amazonas e Pará: Ionilson Sampaio de Souza essa
305 representação não encaminhou representante tanto Roraima como Amazonas
306 justificaram a ausência. Pelo Ceará, Piauí e Maranhão: Ramon Flávio Gomes
307 Rodrigues. Pelo Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco: Paulo Lopes Varella
308 Neto. Pela Bahia, Sergipe e Alagoas: João Carlos Oliveira da Silva. A Bahia
309 justificou a ausência também está na COP, suplente Sergipe, Airton Francisco da
310 Rocha. Pelo segmento dos Usuários – Irrigantes: Confederação da Agricultura e
311 Pecuária do Brasil Nelson Ananias Filho, justificou ausência será representada pelo
312 seu primeiro suplente Fernando Costa Faria da Associação dos usuários de água
313 da região de Monte Carmelo. Prestadores de serviço público de abastecimento de
314 água e esgotamento sanitário: Associação Brasileira das Empresas Estaduais de
315 Saneamento AESBE, Senhor Wanderlei da Silva Paganini. Concessionárias e
316 Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Mônica Irion Almeida, representando a
317 Associação Brasileira das Empresas Geradores de Energia Elétrica ABRAGE.
318 Pelos hidroviários: Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária -
319 Fenavega, senhor José Rabelo Terceiro, na ausência dele Sindicato dos armadores
320 de navegação fluvial do Estado de São Paulo, Luizio Valentim de Rizzo Rocha e o
321 terceiro suplente Confederação Nacional do transporte CNT Luiz Fernando
322 Resano. Pela indústria: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Davi Bom
323 Tempo, será representado pelo senhor Alexandre Luiz Almeida Vilela primeiro
324 suplente, da Federação das indústrias do Estado de São Paulo FIESP. Pelos
325 pescadores e usuários de recursos para lazer e turismo: Confederação Nacional do
326 Comércio de Bens Serviços e Turismo – CNC, Mário Reinaldo Tadrus, primeiro
327 suplente Wilson de Azevedo Filho da Associação das empresas mineradoras de
328 águas termais de Goiás. Pelas organizações civis: comitês de bacia hidrográfica
329 em rios de domínio da União - Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco:
330 Anivaldo de Miranda Pinto. Pelas Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa,
331 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp: Jefferson
332 Nascimento de Oliveira. Pelas Organizações não Governamentais, Consórcio
333 Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá: Marco Antônio
334 dos Santos.

335 **Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do**
336 **CNRH)** – Todos. Ficou grande. Pessoal, primeiro, declarar todos empossados.
337 Meus parabéns! Lembrá-los da importância da presença para que a gente possa
338 realmente se reunir e ter as representações efetivamente presentes e que possam
339 ter voz e com isso agora tirar uma foto para a gente comemorar esse momento.

340

341 **Momento foto**

342

343 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Agradecemos a todos
344 os Conselheiros, titulares e suplentes presentes nessa reunião. Solicito aos
345 Conselheiros que retomem seus lugares para darmos início ao ato comemorativo
346 aos 50 anos do Tratado da Bacia do Plata, CIC- Plata. O Tratado da Bacia do Plata
347 assinado em Brasília em 23 de abril de 1969, em vigor desde 14 de agosto de 1970,
348 é um instrumento jurídico para cooperação em Recursos Hídricos e Meio Ambiente,
349 celebrado entre Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Pode ser
350 considerado um marco na Gestão de Recursos Hídricos transfronteiriço no país,
351 por seu pioneirismo na institucionalização e na exploração integrada racional e
352 harmônica desse vasto sistema hidrográfico. No âmbito do tratado da Bacia do
353 Prata, os cinco países que compõem a gestão conjunta implementaram o CIC-
354 Plata, Comitê Intergovernamental de Coordenação da Bacia do Plata com sede em
355 Buenos Aires. Para entregar a medalha comemorativa aos 50 anos, convidamos
356 para compor a mesa o senhor Ministro João Marcelo Galvão de Queiroz, senhor
357 Secretário Jorge Metz, Secretário Geral do CIC Plata, e o senhor Luiz Amore,
358 Coordenador Técnico Internacional do CIC Plata. Gostaria de passar a palavra o
359 senhor Ministro João Marcelo Galvão de Queiroz do MRE.

360

361 **Senhor João Marcelo Galvão de Queiroz (Ministério das Relações Exteriores-**
362 **MRE)** - Bom dia a todos, Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, senhores
363 Secretários, senhora Diretora-Presidente, senhor Secretário-Geral do CIC, caros
364 colegas, senhores Conselheiros, senhoras e senhores eu tenho muita alegria e
365 satisfação de participar desse evento de celebração dos 50 anos do Tratado da
366 Bacia do Prata no âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador dos países
367 da Bacia do prata chamado CIC, assinado aqui em Brasília em abril de 69. O
368 tratado da Bacia do Prata é a manifestação jurídica da vontade dos governos de

369 cinco países vizinhos ligados pelas águas da Bacia do Prata de promover o
370 desenvolvimento harmônico e integração física da Bacia do Prata e de suas áreas
371 de influência em benefício dos interesses comuns de seus povos. O CIC é o órgão
372 permanente do Tratado da Bacia do Prata que este ano como mencionado
373 completou 50 anos. A Bacia do Prata é uma das mais importantes do mundo tanto
374 pela sua enorme dimensão geográfica, superior a 3 milhões de Km² quanto por sua
375 relevância ambiental e socioeconômica, não por acaso a Bacia do Prata teve um
376 papel significativo na própria transformação histórica dos cinco países que dela
377 compartilham e hoje em dia segue contribuindo de forma proeminente como espaço
378 estratégico para o desenvolvimento e integração entre Brasil, Bolívia, Paraguai,
379 Uruguai e Argentina. Avalio também como muito oportuna e significativo que o
380 lançamento do projeto de porte médio desenvolvido no âmbito do CIC ocorra no
381 âmbito deste seminário sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, no marco
382 da retomada das atividades do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Trata-se
383 de projeto que dá seguimento ao Programa de Ações Estratégicas - PAE para a
384 Bacia do Prata no qual foi identificado sistemas críticos transfronteiriços e objetivos
385 associados, a exemplo da mitigação do impacto e da vulnerabilidade a eventos
386 hidrológicos extremos e da redução da contaminação de águas. Passados 50 anos
387 da assinatura do Tratado da Bacia do Prata, o Programa de Porte Médio que
388 estamos lançando oficialmente no Brasil demonstra que os cinco países seguem
389 animados de um espírito de cooperação e convencidos da necessidade de reunir
390 esforços para o desenvolvimento harmônico e sustentável da Bacia do Prata. Eu
391 queria finalmente, no âmbito desse ato, senhor Ministro, também felicitar todos os
392 agraciados que receberão a medalha pelos 50 anos do Tratado e agradecer pela
393 importante contribuição dada ao longo dos anos a promoção dos objetivos do
394 instrumento. Muito obrigado.

395

396 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Passaremos a palavra
397 ao senhor Jorge Metz, para entregar as medalhas e fazer o pronunciamento.

398 **Senhor Jorge Metz (Secretário do CIC - Plata)** – Bom dia a todos. Agradeço
399 fundamentalmente à senhora Cristiane, o Ministro Gustavo, o Secretario Marcelo,
400 o Secretário Executivo Mauro e ao ministro João. Esta oportunidade que me deixa
401 muito feliz e muito alegre em poder participar deste Conselho Nacional de Recursos

402 Hídricos, que é o melhor lugar para apresentar o lançamento do programa de porte
403 médio, significa que estamos executando nesses momentos que neste âmbito
404 social, como tem que saber, como dizia João estamos comemorando 50 anos, na
405 verdade no anos 70, houve o primeiro programa que tinha a ver com um plano
406 diretor ou programa orientador um plano regulatório para toda a Bacia, então
407 passamos para os anos 2000 onde estabeleceu o marco do programa. Aprovação
408 dos estados do programa e do sistema de apoio à tomada de decisão e agora temos
409 esta fase de implementação deste Programa de Médio Porte é um programa de
410 curto prazo em pouco tempo, (...) para construir uma carteira de financiamento que
411 nos permite obter os resultados gerados dentro da Bacia de Prata para esta
412 oportunidade dos Diretores. Representantes dos países que temos confiado
413 entregaram as medalhas comemorativas para o aniversário de 50 anos que
414 aconteceu para enfatizar que é o primeiro lugar para Carlos Hugo Suarez da
415 Assessoria Internacional do Ministério do Meio Ambiente, Hugo Suarez Sampaio,
416 eu não sei se este é Carlos Hugo, Renato Saraiva Ferreira o diretor que nos
417 acompanhou e nos acompanha, em terceiro lugar Marcelo Pereira Borges,
418 Secretário Nacional de Segurança Hídrica, Christianne Dias, Diretora-Presidente
419 da Agência Nacional da Água (ANA), e por último o Ministro Gustavo Canuto. Esta
420 é uma comissão claramente política que tem a ver com os 5 governos condições
421 unânimes com compromissos que por vezes são difíceis de resolver nas
422 dificuldades políticas de cada um dos países, mas graças ao acompanhamento de
423 todos os países e agora alívio a curto prazo se estamos muito gratos. Obrigado por
424 nos dar esta oportunidade.

425 **Senhor Gustavo Canuto – (Ministro do Desenvolvimento Regional e**
426 **Presidente do CNRH)** - Agradeço o Jorge pela gentileza, fico muito feliz em saber
427 que não é só os 50 anos do Tratado, mas que se transformou em ações concretas
428 programa de ação estratégica, foi trabalhado se definiu ações prioritárias e agora
429 estamos na fase para conseguir financiar o projeto de porte médio em 2020. Tem
430 data, tem meta, a gente vê que algo muito concreto e que a gente saia do mundo
431 das ideias e vai para a efetividade, então eu parabenizo aqui em nome de todos os
432 demais integrantes do Comitê, dos demais países pela parceria eu acho que como
433 dizem juntos vamos muito mais longe, a gente precisa unir esforços da América
434 Latina precisamos unir esforços da América do Sul, precisamos juntos para

435 enfrentar os desafios do mundo somos irmãos, única diferença é um pouquinho da
436 língua, mas a gente ajusta nosso Portunhoís, Espanha, Portugal, mas funciona,
437 mas acho muito bom e agradeço de fato a presença, secretário uma honra
438 participar disso então muito obrigado, Parabéns a todos e o CIC- Plata e Parabéns
439 Renato pelo empenho e o Itamarati por viabilizar essa parceria toda essa salinha
440 de atuação, eu falo ou a mestre de cerimônia fala do lançamento.

441 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Lançamento do
442 Relatório do Conjuntura informe 2019. Para darmos início o lançamento do
443 Relatório de Conjuntura, convidamos o Superintendente de Planejamento de
444 Recursos Hídricos da ANA, Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares, para realizar uma
445 apresentação sobre o relatório.

446

447 **Senhor Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Superintendente de**
448 **Planejamento de Recursos Hídricos da ANA)** - Bom dia a todos. Em primeiro
449 lugar cumprimentar o Senhor Ministro, Christianne, Secretários Marcelo e Mauro,
450 realmente é muito simbólico o lançamento dessa versão 2019 do Conjuntura na
451 data de hoje, na retomada do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, uma vez
452 que o Conjuntura ao longo dessa última década se transformou no principal
453 documento de referência do nosso sistema de gestão de Recursos Hídricos no
454 país, e simbólico também por se tratar do ponto de partida do documento base para
455 construção do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então realmente é muito
456 gratificante poder coincidir essas duas datas e fazer o lançamento do relatório de
457 Conjuntura 2019 na manhã de hoje. Bom o Conjuntura, ele é editado anualmente
458 desde 2009 com a seguinte característica: A cada quatro anos nós fazemos, como
459 foi o documento de partida de 2009, um documento mais robusto, um documento
460 consolidado, um relatório pleno como assim chamamos e no intervalo desse ciclo
461 de 4 anos, nós atualizamos esse documento base a partir de informes anuais,
462 então portanto este informe de 2019, ele já faz parte do terceiro ciclo do
463 Conjuntura, ele atualiza não só o informe 2018 como também o relatório pleno de
464 2017, um relatório que passou por toda uma transformação visual, para justamente
465 poder torná-lo mais acessível à sociedade que as informações pudessem ser
466 obtidas com maior facilidade e tem se tornado até por essa característica e por esse
467 esforço uma referência para outros documentos não só no âmbito do Governo

468 Federal como o âmbito dos setores usuários pela própria linguagem que é utilizada
469 no Relatório de Conjuntura, portanto esse relatório que está sendo lançado hoje,
470 2019, ele traz informações atualizadas, mas deve ser lido, deve ser consumido
471 em conjunto tanto com o informe de 2018 como com o relatório pleno base de
472 2017. A estrutura do relatório deste informe de 2019, já uma estrutura tradicional
473 organizado em seis Capítulos, um capítulo introdutório traz aí o panorama, explica
474 a questão da água e o Conjuntura e o segundo capítulo que trata das questões
475 mais relacionadas a quantidade e qualidade da água, são os dados físicos, qual
476 é a situação dos nossos recursos hídricos, um terceiro capítulo que traz
477 informações sobre os usos da água, nas suas diferentes vertentes e formas, um
478 quarto capítulo que trata especificamente da gestão da água, dos componentes do
479 SIGRE e da implementação dos nossos instrumentos da política de recursos
480 hídricos, um quinto capítulo que nas edições anteriores era voltada à crise hídrica,
481 e agora nós passamos a transformar esse capítulo em segurança hídrica até
482 considerando a edição e o lançamento no início do ano do Plano Nacional de
483 Cinquentão são as lições aprendidas com a crise e a iniciativa, um olhar para o
484 futuro de como lidar com a questão da segurança hídrica no país e por fim os
485 subsídios ao novo plano, uma vez que esse informe 2019 ele é o diagnóstico
486 preliminar ele é o ponto de partida para a construção do novo plano nacional de
487 recursos hídricos 2021 e 2040. Passando rapidamente pelo conteúdo do
488 Conjuntura, pelos capítulos, cada capítulo conta com esses infográficos, e o
489 destaque do primeiro capítulo eu chamo atenção para o cálculo e a informação
490 sobre os diversos indicadores dos ODS 6 também tem sido utilizado como um
491 referencial, como um marco na construção desse novo Plano Nacional de
492 Recursos Hídricos, então nós trazemos no primeiro capítulo esses indicadores
493 calculados que também são uma referência de onde estamos e um ponto de
494 partida, de onde queremos chegar nessa agenda, a água. Lembrando que o de
495 ODS6, ele ampliou o conceito da agenda da água do ponto de vista das Nações
496 Unidas, então ele passa a englobar, metas não só de acesso aos serviços de
497 saneamento e de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mas também
498 metas relacionadas ao uso racional da água, a qualidade da água, a gestão
499 integrada de recursos hídricos e até a questão internacional que já foi abordada
500 anteriormente, o segundo capítulo trata da quantidade e da qualidade da água
501 dentre outros pontos que foram atualizados neste relatório, eu chamo atenção para

502 a questão da água do reservatório, da água acumulada nos reservatórios da região
503 Nordeste, se olharmos o gráfico ali na ponta do slide é um gráfico que traz a série
504 desde 2013, passando pelo auge da seca no fim de 2017, em que os reservatórios
505 estavam nos seus níveis mais baixos e históricos e já encontramos aí considerando
506 os dados de junho de 2019, dados jamais atualizados, uma recuperação desses
507 assuntos, para alegria do Doutor Porfírio, Doutor Varella, Doutor Rodrigo Flecha,
508 que tá ali sentado não significa que o trabalho acabou mas sem dúvida nenhuma, é
509 um alento na gestão de recursos hídricos, principalmente na região Nordeste na
510 nossa região semiáridas e este capítulo traz também toda análise da nossa base
511 de dados, dos nossos dados de monitoramento relacionados a qualidade da água
512 uma série de indicadores foram retratados e atualizados neste relatório no mapa
513 que tá colocado no slide são os indicadores de OD, e infelizmente Ministro,
514 continuo retratando os nossos dados de qualidade da água todo o passivo que
515 temos relacionados à questão da coleta e do tratamento de esgotos no país, então
516 uma interface muito importante entre a nossa gestão de recursos hídricos, a
517 política de recursos hídricos e a política de saneamento também sob
518 responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional. O capítulo seguinte
519 ele traz toda atualização das informações sobre os usos da água e chama atenção
520 para os dados relacionados que estão aqui também aos dados relacionados ao uso
521 da água para irrigação importante atividade do ponto de vista da quantidade de
522 água utilizada no processo produtivo, esse mapa ele traz todo o trabalho feito em
523 parceria com a Embrapa de atualização das áreas irrigadas por pivô centrais no
524 Brasil, indicando nas áreas mais adensadas, polos de irrigação, polos esses que
525 também têm sido tratados como dentro da política nacional de irrigação também
526 pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, como uma de suas políticas e o
527 Conjuntura ele traz a atualização da área irrigada, nós temos o atlas irrigação
528 editado em 2017 que apresentava mar irrigada no país de pouco menos de sete
529 milhões de hectares e o Conjuntura 2019 já traz a atualização desse referencial, o
530 mar em regada total no país hoje estimada da ordem de 7,3 milhões de hectares.
531 No Conjuntura nós temos também as informações sobre a gestão da água, então
532 estão atualizados além da informação sobre todos os instrumentos da nossa
533 política de recursos hídricos, plano de recursos hídricos, outorga e cobrança,
534 sistema de informações enquadramento e a importante, faça o registro que além
535 desse informe até o fim do ano e no início do ano que vem serão editados cinco

536 cadernos específicos sobre cada um desses instrumentos de forma a também
537 subsidiar a construção do novo plano nacional de recursos hídricos e além da
538 informação desses instrumentos nós trazemos por exemplo as informações
539 atualizadas sobre os nossos Comitês de Bacia, Comitês Estaduais, são 225
540 comitês interestaduais, são 9 comitês instalados e também o anúncio de que para
541 além de o que é o sistema de recursos hídricos agregaremos essa informação para
542 o plano e para o próximo informe do Conjuntura de quem é o sistema de recursos
543 hídricos, qual o nível dessa representação, qual o perfil dos representantes dos
544 comitês estaduais, dos comitês interestaduais e dos conselhos estaduais e
545 nacional de recursos hídricos, o capítulo de segurança hídrica além de toda a
546 atualização dos marcos regulatórios da atuação das salas de crise ele traz as
547 informações do recém-lançado Plano Nacional de Segurança Hídrica, então é
548 retratando também e é colocado no Conjuntura o mapa do país em que
549 apresentamos o índice de segurança hídrica, diagnóstico esse que foi a base para
550 definição de todos os investimentos do portfólio do programa de segurança hídrica
551 que consta do plano que além das obras a recomendação de uma série de estudos
552 que são necessários para que a gente possa garantir do ponto de vista da
553 infraestrutura hídrica oferta de água não só para o abastecimento a nossa
554 população, mais para o desenvolvimento das atividades produtivas para o
555 agronegócio para indústria, então toda toda essa questão da segurança hídrica
556 também tratada no Conjuntura 2019, a exemplo do que fizemos no passado quando
557 da Tragédia do Rio Doce da Tragédia de Mariana nós incluímos também no informe
558 2019, do Conjuntura por um capítulo especial, um recorte sobre o desastre em
559 Brumadinho, trazendo as informações sobre o impacto desse desastre nos
560 recursos hídricos notadamente nos setores usuários e na qualidade da água, então
561 o final do capítulo de segurança hídrica traz também um destaque para essa
562 questão da segurança de barragens e essas principais informações que foram
563 consolidadas ao longo de 2019, faço referência a Marília, ali na plateia todo
564 trabalho feito pelo IGANS, principais informações foram coordenadas e lideradas
565 aí pelo Estado de Minas Gerais pelo IGAN, são informações que também constam
566 deste informe 2019 e por fim o capítulo de subsídios do PNRH, ele traz justamente
567 essa mensagem de que o informe 2019 ele é o ponto de partida, ele é o diagnóstico
568 preliminar e que a partir do processo de construção do Conjuntura 2020
569 acompanhado de todo o processo de discussão e de construção do novo Plano

570 Nacional de Recursos Hídricos que envolverá os estados, que envolveram os
571 setores usuários, que envolverá os comitês de bacia, que envolvera a este
572 Conselho e sua Câmara Técnica editaremos o plano o Conjuntura 2020 que será
573 o diagnóstico consolidado e o prognóstico do Novo Plano Nacional de Recursos
574 Hídricos e que contará Secretário Mauro, sim com as lições aprendidas do passado
575 é uma estrutura muito parecida com plano atual, mas como a certeza ele será
576 diferente porque ele absorverá todas as lições aprendidas, ele será mais
577 operacional, ele terá como seu principal objetivo, ter impacto orçamentário no
578 sistema de gestão de recursos hídricos, ter consequência regulatória e não será
579 um plano de prateleira e para isso ele terá sim esse foco na gestão de recursos
580 hídricos enxergando todas essas pontes, todas essas interfaces, com o
581 saneamento com a irrigação, com a geração de energia, com transportes, com a
582 indústria, mais com esse foco, não nas agendas setoriais mas na agenda típica
583 aqui do nosso Conselho que é agenda de gestão de recursos hídricos no país. Para
584 finalizar Ministro, eu gostaria de citar a importância desse documento de 2020 como
585 a Cristiane muito bem falou o na mesa de abertura. Esse é o documento que são
586 relatórios, feitos com muito carinho e feito por pessoas. Então queria finalizar
587 agradecendo a equipe que ao longo desses 10 anos essa é a 11ª edição do
588 Conjuntura, vem trabalhando e vem produzindo esse relatório com muito carinho
589 é queria fazer esse agradecimento em nome do Alexandre Lima que ele certamente
590 está na plateia, ele participa desde a primeira edição do Conjuntura, coordenando
591 tecnicamente esse processo em 2009, e o Alexandre sairá de licença no ano que
592 vem para um doutorado em recursos hídricos na Austrália e aí nos coloca um duplo
593 desafio para 2020, consolidar o Conjuntura como a referência como diagnóstico e
594 prognóstico do Novo Plano Nacional e realizar um conjuntura sem a contribuição
595 direta dele. Então agradeço e finalizo a apresentação. O Conjuntura já está sendo
596 distribuído a todos vocês, está disponível também lá fora e esse é o relatório já
597 impresso. Muito obrigado a todos.

598

599 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
600 **do CNRH)** - Bom eu não estava enganado, realmente o Sérgio nunca deixa a
601 desejar. Parabéns Sérgio excelente trabalho, magnífico e o Alexandre está aí? Ou
602 não? Cadê? Denuncia Alexandre. Parabéns meu caro isso aí foi bom, agora o
603 pessoal vai ter um pouco mais de trabalhos sem, você vai estar na Austrália, mas

604 vai voltar e melhor coisa boa, o que me deixa muito feliz em ver um trabalho como
605 esse, primeiro a gente sabe da excelência da ANA, a gente sabe da dedicação e
606 da competência o corpo técnico, formação acadêmica, e o resultado concreto disso
607 na prática é ver um documento que retrata uma realidade com dados e a gente sai
608 do mundo da do achismo e vai para o mundo concreto de uma análise efetiva de
609 dados concretos feitos com metodologia, eu vi aqui e estava comentando com a
610 Cristiane a questão do oxigênio dissolvido que chama atenção aquilo ali mostrando
611 que realmente o Sudeste é onde os rios estão em teoria mais mortos, uma situação
612 pior e aonde em teoria também se tem o melhor sistema de saneamento do Brasil,
613 a gente precisa começar a contrastar um dado com outro para ver se realmente o
614 que se vende é uma realidade, tem que começar a pensar de uma maneira um
615 pouco mais crítica mas sempre embasado em dados. Por isso eu agradeço a todos
616 os responsáveis pelo Conjuntura, parabenizo especialmente a Christianne aqui em
617 nome da ANA, a gente precisa disso, precisa ter conhecimento e informação para
618 tomar as melhores decisões, sem informação as decisões sempre serão erradas e
619 isso que ajuda demais. Parabéns Sérgio pela condição excepcional, fico muito feliz
620 mesmo. Bom senhores, vamos a nossa ordem do dia a gente precisa daqui tocar
621 as nossas pautas. Então eu queria primeiro dizer a todos os Conselheiros que para
622 cada intervenção que faça, cada um se apresenta e digam qual é o órgão que
623 representam, não só por uma questão de registro, mas também para a gente poder
624 ir se conhecendo aos poucos entendendo quem é quem aqui no colegiado. Para
625 dar uns detalhes sobre os procedimentos peço a mestre de cerimônia leia os
626 procedimentos para a gente não ter nenhum tipo de problema na condução da
627 reunião.

628

629 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Procedimento:
630 Somente terão direito a voto os conselheiros titulares, os conselheiros suplentes
631 com direito a voto são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes, os
632 conselheiros suplentes terão direito a voz, os conselheiros poderão delegar a seu
633 critério o uso da palavra para manifestação no Plenário, os conselheiros inscritos
634 serão chamados pela ordem e farão uso da palavra por 3 minutos devendo todos
635 exclusivamente se ater sobre o assunto em discussão. Encerradas as discussões
636 os resultados obtidos serão submetidos ao Plenário para deliberação, durante o
637 processo de votação não será concedida a palavra para novos pronunciamentos

638 nem a partes e a matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples
639 dos membros presentes.

640

641 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
642 **do CNRH)** - Só reforçar essa questão que os conselheiros têm o direito de delegar
643 a palavra, a parte deles para que outro membro outra pessoa que presente possa
644 se manifestar então caso se sinta mais confortável uma questão técnica muito
645 relevante queira trazer um uma pessoa para falar total liberdade para isso,
646 dando continuidade, primeiro eu pergunto ao Plenário se tem algum requerimento
647 de urgência para inclusão na pauta.

648

649 **Roseli dos Santos Souza (Secretaria-Executiva CNRH)** - Não recebemos
650 nenhum requerimento de urgência.

651

652 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
653 **do CNRH)** - Então neste caso todos os conselheiros estão de acordo com a ordem
654 da pauta como foi colocada a alguma necessidade de alteração, não, aqueles que
655 concordam permanecer como estão, então tá ótimo. Então vamos fazer a ordem
656 do dia, como se encontra e foi entregue aos demais. Eu vou só fazer o
657 seguinte, não sei como os conselheiros só por uma questão de dar celeridade que
658 é o que me interessa que é menos formalidade, mais conteúdo eu vou perguntar
659 para os conselheiros se o senhor estão de acordo em dispensar a leitura da ordem
660 do dia para que a gente possa ir diretamente aos pontos mas preciso perguntar o
661 colegiado quem está de acordo com uma vez como está. Então a Mestre de
662 Cerimônia pode dispensar a leitura e iremos ao ponto, então é que eu já retorno
663 automaticamente o **item 4 que é apresentação dos pareceres deliberação sobre**
664 **a matéria que foi objeto de pedido de vista na 40ª Reunião Ordinária do**
665 **Conselho referente a resolução CNRH 196 que aprovou o plano de recursos**
666 **hídricos da região hidrográfica do Paraguai**, aqui pelo contexto que foi colocado
667 houve essa discussão, pedido de vistas uma análise que foi colocada para uma
668 das câmeras e agora tanto Ministério de Minas e Energia como Agência Nacional
669 das Águas (ANA) que pediram as vistas, têm oportunidade de se pronunciar a
670 respeito. Então o que acontece foi apresentada a solicitação sobreescrita por 20
671 conselheiros para aprovar errata que corrigia a redação do Plano de Recursos

672 Hídricos da Bacia da Região Hidrográfica do Paraguai, segundo o requerimento era
673 para transformar uma recomendação em diretriz, naquela ocasião foi encaminhado
674 para uma Câmara Técnica CTIL que apresentou, na 40ª Reunião do CNRH, o
675 posicionamento contrário ao pedido de errata da redação do plano. O Ministério de
676 Minas e Energia, ANA e a ONG pediram vista para verificar a situação. Em
677 atendimento ao Regimento, a ANA e o MRE encaminham no prazo regimental o
678 documento justificando, as razões motivadoras do pedido de vista e também a
679 sugestão de encaminhamento da matéria, este Conselho não recebeu
680 manifestação do Abrace e a Serra da Moeda, que havia também pedido de vista,
681 então neste caso a representante do Ministério de Minas e Energia? Presente?
682 Não! Tem! Ah desculpe! Concedo a palavra para que vocês façam em 5 minutos a
683 defesa do parecer se assim quiserem, então está com senhores. Só um detalhe: A
684 todos os Conselheiros, a gente não discute o mérito da manifestação, cada um tem
685 o direito de colocar o argumento que bem entender. A gente discute aqui e aprova
686 ou não, qual é o encaminhamento sugerido por cada uma das partes e sem
687 importante para que a gente foque a análise na nossa decisão no que realmente
688 vale, então aqui o Ministério de Minas e Energia o representante vai ter
689 oportunidade de defender o parecer a justificativa do encaminhamento em relação
690 a mudança ou não da recomendação para diretriz por favor.

691

692 **Senhor Igor Ribeiro (Ministério de Minas e Energia- MME)** - Senhor Ministro,
693 senhoras e senhores bom dia, me chamo Igor Ribeiro, trabalho no Ministério de
694 Minas e Energia, é uma satisfação também poder participar dessa retomada dos
695 trabalhos do CNRH, um Conselho tão importante e que tem tanto interface de forma
696 transversal, com muitos setores. Com relação a esse item de pauta o que ocorre,
697 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ele criou um grupo de
698 acompanhamento para elaboração do plano de recursos hídricos da região
699 hidrográfica do Paraguai, essa região compreende partes dos Estados de Mato
700 Grosso e Mato Grosso do Sul, o que ocorre, as organizações não governamentais
701 e a pauta ambiental sempre colocaram muitos mitos na questão das pequenas
702 centrais hidrelétricas dentro dessas regiões e realmente há uma série de
703 empreendimentos, para os senhores terem uma ideia há cerca de 100
704 Empreendimentos previstos, não se trata do Pantanal, o Pantanal não tem
705 potencial hidrelétrico, o setor elétrico não quer e nem poderia fazer pequenas

706 centrais dentro do Pantanal e sim nos afluentes, são cerca de cem
707 Empreendimentos com investimentos superiores a 10 bilhões de reais,
708 importantíssimos para a retomada do crescimento do Brasil e sobretudo dos
709 estados e isso, e se tratando de investimentos. Ao longo das discussões ouvir uma
710 recomendação da qual o Ministério de Minas e Energia perdeu a votação dentro
711 desse grupo para que as novas outorgas aguardassem a conclusão de um estudo
712 que a ANA contratou da ordem de R\$ 8000000 para avaliar os impactos sinérgicos
713 desses Empreendimentos na bacia. Reiterando o Ministério de Minas e Energia
714 perdeu essa votação, todavia na conclusão do plano essa recomendação virou uma
715 diretriz alheia às decisões do próprio GAP e isso não foi tomado conhecimento por
716 nenhum Conselheiro por nenhum membro do GAP, e a consequência regulatória o
717 que é que ocorreu? Agência Nacional de Águas (ANA) emitiu uma resolução
718 suspendendo novas outorgas de recursos hídricos para PCHS, pequenas centrais
719 hidrelétricas, interrompendo esse fluxo de investimento significativo sem fazer uma
720 avaliação de impacto regulatório e sem chamar os membros e os afetados para
721 tratar essa discussão, essa resolução vence agora em maio de 2020. De forma
722 bastante pragmática o Ministério de Minas e Energia buscou uma convergência
723 nesse tema junto com a ANA e junto com o Ministério Desenvolvimento Regional,
724 por iniciativa do Ministério Desenvolvimento Regional esse acordo dado a
725 conclusão desta resolução que vence agora em 20. Passa por duas etapas,
726 primeiro a ANA se comprometeu a emitir novas resoluções liberando áreas para
727 construção desses empreendimentos, tão logo se conclua esses estudos parciais
728 na Bacia, segundo o e-mail enviado da ANA em novembro. Foi liberado a
729 Resolução 99 liberando uma parte territorial para a construção desses
730 empreendimentos, em dezembro de 2019, em março de 2020, em Maio de 2020
731 serão liberadas novas áreas para a construção desse empreendimento tão logo se
732 conclua os estudos e isso é importante ficar registrado aqui porque faz parte do
733 acordo firmado e do qual os senhores conselheiros não poderiam ser de forma
734 alguma aleijados desse processo porque se trata de um conselho e não de um
735 acordo em três partes, o acordo também prevê, e essa solução conjuntural, de
736 forma estrutural, para que isso não ocorra novamente nenhum outro plano porque
737 é inadmissível que isso ocorra até pela necessidade de valorizar a estrutura da Lei
738 das águas, a descentralização, então nós solicitamos junto ao MDR que mude a
739 Resolução de planos, apoio de MDR para que junto com o Ministério de Minas e

740 Energia convenceremos os senhores a mudar resolução de planos para que ações
741 que tenham caráter regulatório, nos planos de bacia, venha obrigatoriamente
742 acompanhadas de análise de impacto regulatório, isso não se trata de uma ação
743 específica para Agência Nacional de Águas, até porque a lei das Agências já trata
744 disso, mas o plano é superior, trata de uma unidade territorial superior, atuação
745 Federal. Então é importantíssimo até para se avaliar dentro dos comitês que
746 constroem os planos, o impacto regulatório e o impacto das decisões que
747 porventura são tomadas lá. Então esse o acordo é firmado entre MDR e ANA e
748 MME é para uma convergência quanto à errata, então é o encaminhamento que a
749 gente faz, é que realmente não haveria necessidade de se votar a errata, dado o
750 cumprimento desse acordo. Muito obrigado!

751

752 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
753 **do CNRH)** Obrigado! Cedo também 5 minutos para Agência Nacional de Águas
754 (ANA) se manifestar sobre o assunto, sobre o parecer. Quem vai representar?
755 Sérgio, por favor.

756

757 **Senhor Sergio Rodrigues (Superintendente de Planejamento de Recursos**
758 **Hídricos - ANA)** Bom dia novamente. A gente preparou três slides apenas, que
759 fica mais fácil de apresentar as questões que foram colocados, pedi para colocar
760 apresentação, e só começar colocando um pouco da motivação do próprio plano
761 de recursos hídricos já que nós estamos tratando dele né e o propósito também
762 dos estudos que foram mencionados e da própria resolução que é justamente a
763 garantir a segurança desses investimentos tão importantes que foram mencionados
764 pelo representante do MME, o contexto da elaboração do plano dava conta
765 justamente do enorme debate, da enorme disputa existente na Bacia em relação à
766 realização desses investimentos e o que se buscou com o plano e o que se busca
767 com a realização desses estudos é dar a base técnica necessária e a com essa
768 base técnica a segurança para que os investimentos sejam realizados nas
769 melhores, nas regiões apropriadas em toda a Bacia em toda a Região Hidrográfica
770 do Paraguai. Rapidamente esse é o histórico da construção e da aprovação do
771 plano no âmbito do Conselho e do pedido e de vistas que estamos discutindo, então
772 o grupo de acompanhamento do plano criado pelo próprio Conselho para
773 acompanhar tanto a elaboração quanto a implementação do plano ele encaminha

774 no fim de dezembro de 2017 o plano ao Conselho em fevereiro de 2018 esse plano,
775 ele é apreciado pela Câmara Técnica de Planos na sequência e também ainda em
776 fevereiro apreciado pela Câmara de assuntos Institucionais e Legais para que
777 finalmente em março de 2018 na 40ª Reunião Extraordinária do Conselho o plano
778 foi aprovado por unanimidade por todos os conselheiros e essa aprovação foi
779 editada em Julho de 2017. A resolução que aprova o plano de recursos hídricos o
780 conteúdo aprovado contendo a diretriz no texto aprovado, encaminhado pelo GAP
781 que passou pelas Câmaras Técnicas e aprovado pelo Conselho Nacional contendo
782 então essa diretriz de sobrestamento da análise é isso é importante de novas
783 outorgas e DRDHS para que essa análise dessas novas outorgas de DRDHS já
784 contasse com os resultados do estudo em andamento. Em setembro a Resolução
785 64 então da ANA, segue essa diretriz e faz o sobrestamento da análise dessas
786 outorgas. Na reunião de outubro de 2018 então é feito esse pedido de errata ao
787 plano, esse pedido é apreciado pela Câmara Técnica Institucional e Legal e é
788 negado por não se identificar um erro material, ou seja, o texto aprovado era
789 exatamente o texto que foi apreciado em todas as instâncias do Conselho e a partir
790 desta negativa então em dezembro foi feito o pedido de vistas pelo MME, pedido
791 de vistas esse acompanhado então pela ANA e entregues em fevereiro de 2019
792 para que fossem discutido na próxima reunião do Conselho. Durante este
793 intervalo de edição da resolução até a data da reunião de hoje o estudo avançou,
794 uma série de produtos parciais nos seus diversos temas, é o estudo que conta com
795 quatro eixos temáticos, a questão da ictiofauna, questão da qualidade da água,
796 questão da hidrologia, questão da socioeconômica todos esses eixos têm sido
797 apresentados ao grupo de acompanhamento do plano tanto resultado parciais
798 quanto resultados a já definitivos e esses resultados parciais foram os que
799 nortearam como o Igor já mencionou tanto a edição da Resolução 99 já em
800 novembro desse ano que já atualiza uma parte da região da área de abrangência
801 da bacia e já inclui algumas áreas já liberou algumas áreas do sobrestamento bem
802 como os resultados parciais permitiram a construção deste cronograma que
803 envolve algumas sub- bacias em dezembro de 2019, sub-bacias tanto no Estado
804 do Mato Grosso quanto no estado do Mato Grosso do Sul, em março de 2020 e
805 finalmente em Maio de 2020 quando é a vigência da resolução original que a
806 Resolução 64, portanto se fazer parte da estratégia de condução dos estudos não
807 esperar os seus resultados finais uma vez que a análise é possível de ser feita por

808 sub-bacias para que dentro do período de construção dos estudos esses resultados
809 já alimentasse atualizações de resolução e por fim, também mencionado pelo Igor,
810 muito bem-vindo à questão da análise de impacto regulatório já prevista na lei das
811 agências com relação aos atos relacionados a Agência Nacional de Águas, mas
812 importante ainda para defendermos a ideia junto a esse conselho de que é um
813 plano de bacia e portanto por ser um plano de bacia ele incide sobre o rio de
814 domínio da União e sobre os seus afluentes por muito tempo que convivemos com
815 vários entendimentos de que os planos de Bacias Interestaduais eram planos de
816 calha só incidiam sobre a calha sobre o Rio principal esse comando e essa ideia
817 de trabalhar o conceito da bacia e a consequência regulatória do plano para toda a
818 bacia só fortalece o Conselho e só fortalece a gestão de recursos hídricos.
819 Muito obrigado.

820

821 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
822 **do CNRH)** – Deixa eu ver se eu entendi aqui para a gente poder dar um
823 encaminhamento. O requerimento que foi apresentado na reunião passada
824 sugerindo a errata que não deveria ser recomendação deveria ser diretriz, que é o
825 que foi pedido visto, e foi analisado e aqui tivemos umas duas manifestações o
826 Minas e Energia como ANA verificam que em virtude desse acordo foi firmado a
827 gente pode rejeitar esse requerimento mantém como diretriz, desde que o acordo
828 que seja referendado pelo Conselho no sentido de que a ANA, assim que os
829 estudos forem sendo realizados, finalizados libere ou não libere essas áreas para
830 a construção das PCHS, (...). Vou fugir um pouco do protocolo aqui das regras,
831 mas choveu um balancear de cabeça, pelo menos se o MME concorda com isso é
832 isso ANA? Maravilha, então coloca aqui para votação e apreciação dos demais
833 conselheiros. Verdade, vamos discutir primeiro coloca em discussão, meu perdão.
834 Sem dúvida alguma, vou falar sobre o encaminhamento primeiro, o
835 encaminhamento no sentido de rejeitar o requerimento que foi apresentado para
836 alterar a Resolução 196 mantendo dessa forma diretriz como lá está e não voltando
837 para a recomendação e colocando aí não sei a maneira técnica de fazê-lo, mas que
838 isso como as consequências esse compromisso da Agência Nacional de Águas de
839 editar resoluções de acordo com o avanço do estudo da região hidrográfica e libera
840 ou não liberar a possibilidade das outorgas e construção das PCHS. Então cedo a

841 palavra para os que estão inscritos, já foram inscritos. Mestre de cerimônias? Tem.
842 Por favor, é três minutos, uma única manifestação.

843

844 **Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** - Bom dia a
845 todos. Obrigado Ministro. Parabéns pela reinstalação do Conselho Nacional de
846 Recursos Hídricos. Eu sou Aparecida Vargas representante da ABRAGEL, autora
847 do pedido da errata do plano acompanhado da assinatura de 20 outros membros,
848 nós viemos para cá, nós fomos procurados pelo MME com a proposta feita pelo
849 governo e a gente veio para cá decididos a acompanhar proposta do
850 MME, sugestão do MME com a proposta pelas justificativas dadas, pela
851 exiguidade do prazo mas diante da apresentação que depois foi feito pela ANA a
852 gente como o autor do pedido a gente não pode deixar de colocar algumas
853 situações que, para nós é importante que consta em ata. Primeiro nessa cronologia
854 que foi apresentada aí pela ANA, a ANA esquece de colocar que nós tivemos uma
855 reunião. Tem dois problemas com as datas aí eu saberia de cor. Nós tivemos uma
856 reunião do GAP entre a reunião do CTIL e a última plenária de dezembro do CNRH
857 aonde o GAP encaminhou um ofício ao CNRH dizendo que concordava com o
858 nosso pedido de errata pelas justificativas por nós apresentado. Nos estranha esse
859 Ofício não está citado na cronologia porque isso é ruim uma vez que esses
860 documentos, uma coisa é a reunião que nós temos aqui, outra coisa são os
861 documentos que são repassados nacionalmente depois pode trazer, inclusive para
862 nós do setor, algum problema que algumas ações que aconteceram ao longo do
863 ano não estão nessa cronologia, então eu gostaria que constasse em ata o que
864 está faltando nessa cronologia da ANA, um ofício do GAP dizendo que concordava
865 com tudo que nós estávamos colocando inclusive porque nós provamos isso tudo
866 trazendo cópias de atas da reunião do GAP. Uma outra questão que eu gostaria
867 de colocar sobre a insegurança jurídica, eu acho que a insegurança jurídica trouxe
868 foi o sobrestamento, o Igor foi até bem leve quando ele colocou qual foi o prejuízo
869 que o setor teve sem falar no prejuízo do setor, a própria Agência Nacional de
870 Águas, a Casa Civil, MDR, MME receberam carta do governo de Mato Grosso do
871 Sul informando que ele estava com um prejuízo acumulado de 22 bilhões por conta
872 desse sobrestamento, então eu acho que isso também é importante ressaltar e
873 quando da proposta de condução o senhor colocou que o acordo seria essas
874 resoluções parciais eu acho que é muito importante que fique também, a proposta

875 que o MME colocou sobre a avaliação de impacto regulatório quando isso fosse
876 tema de algum plano, não quero nem entrar no debate sobre o plano de bacias se
877 é um plano para bacia porque se a gente for entrar nesse debate a gente não
878 poderia nem estar discutindo o plano da Bacia do Paraguai aqui que ele é um plano
879 de trecho de Rio dentro do país, ele é um rio transfronteiriço, então nós não estamos
880 falando de um plano da bacia nós estamos falando de um plano que foi feito para
881 um trecho de rio se a gente tem que considerar os rios interestaduais, estaduais a
882 gente também tem que considerar um rio Internacional e é justamente a falta de
883 reuniões da Câmara Técnica de rios transfronteiriços que não deixou para nós
884 normativos que a gente pudesse balizar na hora da elaboração de um Plano visto
885 que a 9.433 não permite criar comitê de trecho de Rio. A gente tá com o GAP até
886 hoje porque a gente não tem, hoje, normativo legal que permita a criação de um
887 Comitê da Bacia do Paraguai, porque você não pode criar Comitê de trecho de rio
888 se cria Comitê de Bacia ou de Bacias contíguas, nunca de trecho. E por fim em
889 relação a esse tema eu só queria fazer a leitura de dois itens no parecer da ANA
890 que eu acho que comprova tudo que a gente veio falando na errata independente
891 da gente acompanhar o MME eu acho que é importante inclusive que nós temos
892 membros novos que nos acompanharam. No item 34 a ANA diz ressalta-se que o
893 PP 07 não é uma cópia dos produtos parciais anteriores, mas sim uma integração
894 das informações e uma evolução a partir das discussões ocorridas durante a
895 elaboração do plano de recursos hídricos, no 35 assim ao avaliarem o capítulo de
896 diretrizes para o instrumento de gestão durante a consolidação do Plano, ajustou-
897 se a Redação da diretriz estratégica para outorga em questão com o objetivo de
898 manter a coerência com os demais itens do tópico de que ela faz parte, uma vez
899 que nenhum outro de diretrizes estratégicas iniciava com o termo recomenda-se,
900 então no próprio parecer a ANA admite que ela alterou o texto e é isso que a gente
901 veio pedindo na questão da errata, era justificando que realmente o texto estava
902 alterado e justamente para que a gente não tenha mais esse tipo de problemas
903 futuros eu acho que além dessas duas propostas que foram apresentadas pelo
904 MME, gostaria de incluir mais uma, gostaria de pedir que a gente incluir-se mais
905 uma, era que nos planos de bacia onde tivesse alguma intercessão alguma ação
906 em termos de ação regulatória que essa ação essa atividade ou essa esse projeto
907 ela fosse precedida de uma avaliação do impacto regulatória, a gente ficasse
908 precedido também de uma avaliação do impacto regulatório para que a gente, foi

909 o que ele que ele solicitou e além disso para evitar esse desgaste que a gente está
910 tendo por conta de alterações de plano na ocasião da discussão dessa errata,
911 desculpa eu estou ultrapassando o tempo dessa errata na justificativa do nosso
912 pedido, nós dissemos que para atender uma demanda que veio da própria Agência
913 Nacional de Águas para que esse plano fosse aprovado, apresentado no 8º Fórum
914 Mundial das Águas em confiança nós não analisamos esse PP7 nós aprovamos
915 em análise para dar tempo de passar pelo CNRH, e a gente só foi descobrir que
916 esse parágrafo tinha sido alterado quando a gente teve a resolução 64 em mãos.
917 Então para que se evite esse tipo de coisa à gente gostaria de pedir nos termos
918 como é, como acontece na Câmara dos Deputados quando você alterar alguma
919 coisa que apareça uma justificativa, como você vem com uma Emenda alguma
920 coisa que vem uma justificativa e apontando aonde você tá alterando senão você
921 não se considera alterado porque realmente, porque a de convir que é muito difícil
922 você ler todos os relatórios, de um relatório final de um plano de bacia com olhar
923 crítico de desconfiança que não é bom para poder saber se foi alterado alguma
924 coisa foi aprovado antes. E por fim o sindenergia agora é o último mesmo que é o
925 Sindicato de Energia do Mato Grosso pediu que a gente fizesse um comunicado ao
926 CNRH em função também desse assunto que não sei se vocês sabem o
927 sobrestamento nos Estados também tá acontecendo por pressão do Ministério
928 Público, em função de acompanhar Resolução 64 da ANA e no seu CEHIDRO que
929 é o Conselho Estadual de Recursos do Mato Grosso do Sul uma minuta de
930 resolução espelho da 64 foi rejeitada, mesmo assim por pressão do Ministério
931 Público a SEMA não está analisando os processos que estão no âmbito Estadual.
932 Então sindenergia pede para informar ao CNRH e para constar em ata e protocolar
933 no dia de hoje o mandado de segurança no qual requer a decisão do Conselho
934 Estadual de Meio Ambiente CEHIDRO seja aplicada, qual seja, que não haja
935 sobrestamento dos processos de emissão de DRDH e outorga mantendo a plena
936 vigência aplicação da Resolução 027 de 2009 que trata de emissão de outorga,
937 pois objetiva e não deixar o referido Conselho enfraquecer então eu transmito a
938 mensagem e dizendo que a gente só lamenta muito que essas coisas, caminhe
939 para o âmbito judicial, a gente gostaria muito que tudo continuasse sendo resolvido
940 na discussão na gestão como a gente vem nesses 20 anos de Conselho fazendo.
941 Obrigada. E obrigado por ter concedido um tempo maior e desculpa pelo abuso.
942

943 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
944 **do CNRH)** - Eu agradeço Aparecida. Algum outro escrito quer falar sobre
945 discussão?

946

947 **Senhor Wanderley Paganini (Prestadores de Serviço Público, de**
948 **Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário)** - Wanderley Paganini
949 Prestadores de Serviço das Companhias de Saneamento. É só por uma questão
950 de ordem e o que nós entendemos, a ANA fez um cronograma de trabalho no qual,
951 dizendo o seguinte eu vou analisando já vou liberando a pergunta é para ANA, se
952 este cronograma está sendo cumprido e a perspectiva de cumprimento dele para o
953 início de 2020 também e até porque a gente tem subsídio para votar, existe uma
954 um entendimento em que olha eu não vou esperar analisar tudo para entregar para
955 você, vou entregando mas tem um cronograma de trabalho que faz sentido. Só que
956 a pergunta é não ficou claro para mim na apresentação se o cronograma está sendo
957 cumprido e tem perspectiva de ser cumprido?

958

959 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
960 **do CNRH)** - Excelente Wanderley. Agradeço. Alguns inscritos antes de passar a
961 resposta?

962

963 **Senhor Thiago Brado (Ministério de Minas e Energia)** - Gostaria só de
964 esclarecer a nossa proposta, são dois movimentos um movimento conjuntural com
965 relação ao caso concreto que a gente tá discutindo para bacia do Paraguai, que é
966 com relação a esse compromisso da ANA com as datas e um segundo movimento
967 de forma estrutural é com relação a essa questão de suspender esses processos
968 aí a consequência seria a avaliação de impacto regulatório. Então são dois
969 movimentos um conjuntural com relação ao compromisso da ANA e um estrutural
970 para que não aconteça sobrestamento de processos no setor elétrico, único
971 inclusive que teve esse tipo de decisão dentro do plano, recai atividades
972 econômicas e serviço público, mas o setor elétrico falando que sofreu esse tipo de
973 sobrestamento. Então com impactos que já foram até apresentados aqui então é
974 ratificando o que são as duas DRHS com as datas e DRHS com a decisão de
975 futuros, para gente evitar esse tipo de conflito porque a gente traz a mesa todos os
976 que são afetados.

977 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
978 **do CNRH)** – Obrigado, Tiago.

979

980 **Senhor Alexandre Villela (Industria)** - Bom dia. Alexandre Villela, Representante
981 Setor dos Usuários Industriais. Na verdade acho que só para dar um pouco mais
982 de transparência, e até facilitar a construção do consenso nas propostas futuras
983 acho que o MME também colocou uma proposta que é a questão da revisão da
984 resolução de planos, para que alguns gatilhos e algumas questões sejam inseridas
985 em uma futura revisão plano como por exemplo essa questão de que como
986 aprendendo com o processo legislativo não é sempre que houver uma alteração
987 uma Emenda que fica em destacadas essa emenda para que todos tenham clareza
988 naquilo que está voltando e não ocorra esse tipo de divergência ou conflito que
989 acaba sendo desnecessário só acaba tumultuando todo o processo, então na
990 proposta do MME também constou um terceiro viés que essa questão da Abragel,
991 no sentido de que na revisão da resolução do plano assim que as Câmaras
992 Técnicas foram recompostas que o Plenário já indique para essa Câmara alguns
993 fatores que surgiram aqui no Plenário e posso ser considerado nesta revisão para
994 dar mais segurança e facilitar a construção do consenso nesse tipo de conflito
995 principalmente naqueles locais onde não houver o Comitê instalado e, onde houver
996 um relatório final alguma divergência em relação aos relatórios parciais que isso
997 venha na forma de destaque explícito e para todos os membros tenham bastante
998 clareza e tranquilidade daquilo que estão votando sejam favoráveis ou contrários,
999 então adicionaria a essa proposta nos encaminhamentos. Muito obrigado
1000 Presidente.

1001

1002 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1003 **do CNRH)** - Ok! Agradeço Alexandre. Sérgio, que se pronunciar? Sérgio que se
1004 pronunciar só para solicitação que foi feita pelo Vanderlei se há o cumprimento, em
1005 que situação que está.

1006

1007 **Senhor Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Agência Nacional de Águas**
1008 **ANA)** - O cronograma, ele foi proposto pela própria Agência e está sendo seguido
1009 arrisca que seja uma primeira nota técnica em novembro já foi feito já foi objeto de

1010 uma Resolução da ANA e as demais áreas serão concluídos os estudos nas datas
1011 já mencionados no cronograma está sendo cumprido à risca.

1012

1013 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1014 **do CNRH)** - Mas essas datas só para entender, são publicadas numa resolução,
1015 tem algum lugar, apresentação?

1016

1017 **Senhor Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Agência Nacional de Águas**
1018 **ANA-)** essas datas, elas são as datas da conclusão do estudo técnico, a publicação
1019 da resolução aí depende do rito da própria Agência de apreciação da sua diretoria
1020 colegiada. Mas provavelmente deve ser concomitante ou coincidente com essas
1021 datas.

1022

1023 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1024 **do CNRH)** - A minha dúvida só saber se essas datas ficam de conhecimento de
1025 todos, que já está pré-determinado, pré-estabelecido. Quais são as datas
1026 previstas.

1027

1028 **Senhor Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Agência Nacional de Águas**
1029 **ANA)** - SIM.

1030

1031 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1032 **do CNRH)** - Publico dessa apresentação é isso. Alguém mais? Não. Pois não
1033 Wanderley.

1034

1035 **Senhor Wanderley Paganini (Usuários os Prestadores de Serviço das**
1036 **Companhias de Saneamento)** - Para que tenhamos segurança na decisão, eu
1037 acho que tem, que constar da apresentação da Ata e que conste formalmente
1038 estas datas e me preocupo um pouco a formalidade, Presidente, o GAP entre o
1039 estudo e a publicação, então se puder clarear um pouquinho isso daí para nos
1040 ajudar a tomar a decisão. Estamos todos aqui para auxiliar, para construir, mas eu
1041 acho que nós temos que ter segurança e que conste em atas o que estamos
1042 discutindo aqui.

1043 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1044 **do CNRH)** - Isso já está. Porque tudo isso já vai ser registrado para que não tenha
1045 nenhuma dúvida. Porque assim a manifestação a única. Vocês querem fazer
1046 alguma coisa em relação ao que foi questionado aqui, alguma posição?

1047

1048 **Senhor Igor Ribeiro (Ministério de Minas e Energia- MME) 3ª Manifestação do**
1049 **MME** - Só lembrar que nós temos dois membros conselheiros titulares
1050 representaram tanto as áreas de elétrica quanto a área de mineração. Mas só
1051 gostaria, claro que a minha segunda intervenção, mas gostaria de ratificar o
1052 entendimento de que o acordo foi feito para que essas datas correspondessem às
1053 datas de emissão de resolução, nós não podemos firmar em hipótese alguma um
1054 acordo sem efetividade, a conclusão de estudos sem redundar um ato regulatório,
1055 não nos atende de forma alguma. Então o ato regulatório nós entendemos que
1056 deva ser emitido conforme essas datas era nosso entendimento atual.

1057

1058 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1059 **do CNRH)** - Tudo bem! A dificuldade que eu entendi é que se os estudos têm
1060 previsão, mas não é uma garantia firme que o estudo vai acabar naquela data e por
1061 isso que não pode se garantir exatamente que a resolução sairá depois mas tem
1062 um prazo mínimo aí entre a finalização do estudo edição da resolução, mas acho
1063 que isso a ANA não contesta depois que o estudo está finalizado, analisado a
1064 resolução vira logo em seguida, então acho que esse é o compromisso. Mas
1065 concordo a gente coloca isso em Ata, alinha aqui o texto, para que fique claro.

1066

1067 **Senhora Maria Aparecida Vargas (ABRAGEL)** - Aparecida Vargas, eu estou
1068 dizendo que o que o que é nosso acompanhamento a proposta do MME foi ao
1069 entendimento que essas datas eram de resolução, porque dizer que o estudo
1070 termina em Maio de 2020 isso desde a resolução 64 já vem dito, dizer que
1071 resultados parciais serão apresentados e liberados e isso também desde 2018 tá
1072 escrito na 64 e a primeira que foi liberada foi agora em novembro de 2019, então
1073 nós estamos há 5 meses de vencer a resolução, o acordo que a gente fez com os
1074 empreendedores é que eles teriam essa garantia, esse alívio de ver que esse
1075 sobrestamento. Quando a gente cai o sobrestamento a gente não tá dizendo que
1076 vai ser tudo aprovado o que a gente está dizendo que os órgãos gestores vão

1077 analisar a luz do resultado dos estudos é minimamente isso que a gente quer, que
1078 os projetos sejam analisados como acontece no projeto que corriqueiramente
1079 normal em qualquer outro uso, lembrando que o setor hidrelétrico foi o único uso
1080 que tá sobrestado dentro da Bacia do Paraguai com o plano que aponta que o maior
1081 uso que impacta a bacia é o setor de saneamento.

1082

1083 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1084 **do CNRH)** - Só para deixar claro, a ANA, ela assessora diretamente à Presidência,
1085 com a mudança da estruturação então por isso que a ANA pode fazer vários apartes
1086 aqui, como Agência Reguladora e Suporte Técnico à Presidência. Ricardo vai lá.

1087

1088 **Senhor Ricardo Andrade (ANA)** - Aparecida, nós não temos nenhuma divergência
1089 o sobrestamento, é até maio de 2020, a partir daí as análises serão feitas de acordo
1090 com os resultados dos estudos, sim se houver os resultados serão avaliados e
1091 haverá resoluções que liberam áreas conforme já aconteceu durante a execução
1092 do serviço, a ANA em nenhum momento faltou com a palavra, o compromisso da
1093 ANA assumido foi esse. Uma resolução da ANA e a ANA vão cumprir como que
1094 está na resolução. Em maio de 2020 a resolução perde o seu efeito e qualquer
1095 avaliação será feita de acordo com os resultados do estudo.

1096

1097 **Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** - Ricardo o que
1098 nos foi apresentado na proposta da ANA inicialmente inclusive ela apresentou a
1099 primeira resolução em novembro e apresentou mais três outros prazos.

1100

1101 **Senhor Ricardo Andrade (ANA)** - Sim,

1102

1103 **Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** - Para
1104 a resolução cair sobrestamento dessas áreas, e aí o Sérgio para atender a dúvida
1105 do Vanderlei ele vira e informa uma coisa diferente do que chegou a gente é essa
1106 que tá sendo a dúvida. O mais importante é que a gente tem a resolução publicada.

1107

1108 **Senhor Ricardo Andrade (ANA)** O mais importante é que essa resolução tem
1109 validade até 31 de maio de 2020, em 1º de Junho a resolução perde a efetividade
1110 e as áreas estarão sendo analisadas conforme.

1111 **Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** - Então para
1112 que o acordo!

1113 **Senhor Ricardo Andrade (ANA)** Não, o acordo é que ao avançar nos resultados
1114 nós vamos liberando as áreas como já aconteceu, antecipando o sobrestamento
1115 em áreas que podem ser e já estão sendo analisadas e mais um detalhe essa
1116 resolução afeta rios de domínio da União.

1117 **Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** - Nós já
1118 explicamos que ela não afeta o domínio de estado, porque a ANA mandou
1119 resolução. O Estado está pedindo para acompanhar.

1120 **Senhor Ricardo Andrade (ANA)** – Não, a resolução é em Rio de domínio da
1121 União, isso é muito claro, nós não temos nenhum mandato sob o domínio do
1122 estado.

1123 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1124 **do CNRH)** - Só para deixar claro entendia que situação dos cronogramas,
1125 resolução perde efeito em maio 2020. Ela tem data, tem vigência o que a ANA fez
1126 justamente em virtude de toda a pressão que vinha recebendo do setor é fazer o
1127 seguinte, não vou esperar finalizar todos os estudos para poder liberar se tiver
1128 estudos parciais e aí põe esse cronograma que já possa liberar essas áreas que a
1129 gente tira e parcialmente sobrestamento que isso foi feito com a primeira
1130 resolução, já foi feito, o que vai ser feita ao longo do tempo até chegar em maio
1131 2020, não é isso, Sérgio? E outra coisa essa questão clara, que as Agências
1132 Reguladoras Estaduais acabam acompanhando a linha da União, mas não por uma
1133 força normativa, é mais por uma questão de segurança, e modelo, então isso
1134 acontece mas não é porque a ANA está fazendo ingerência sobre a gestão
1135 estadual, porque não pode, mas claro que uma resolução da ANA, claro que as
1136 agências reguladoras estaduais também acompanha, o acompanhamento de
1137 decisão da própria Agência Reguladora Estadual que cada estado cuida. Sergio
1138 vamos fazer a última intervenção.

1139

1140 **Senhor Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Agência Nacional de Águas**
1141 **ANA)** - Só recuperar Ministro assim, que o mais importante que o conceito do todo

1142 plano que foi discutido ao longo de todos esses anos é que as análises uma vez
1143 liberadas ao sobrestamento em determinadas regiões da bacia, contem com os
1144 resultados, o mais importante é termos esta base técnica à disposição dos órgãos
1145 gestores para podermos fazer análise, esse é o propósito disso tudo, ou seja então
1146 o cronograma e a nossa responsabilidade é ter esta base técnica quanto antes
1147 melhor para podermos fazer as análises em cima e com base nesses dados.

1148

1149 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1150 **do CNRH)** - Entendido, não adianta você tirar o sobrestamento que na análise para
1151 fazer ou não a liberação vai depender dos estudos que estão sendo feitos. Eu acho
1152 que isso tá ok. Alguém mais para discussão que não se manifestou ainda não só
1153 para colocar aqui o encaminhamento vai colocar, MME é quarta que vocês se
1154 manifestam.

1155

1156 **Senhor Guilherme Godoy (Ministério de Minas e Energia - MME)** Primeiro
1157 suplente da vaga do setor elétrico. Só para deixar claro o qual foi o nosso
1158 entendimento que à medida que os resultados dos estudos iriam sendo concluídos
1159 e houvesse áreas que pudessem ser sobrestadas a ANA, se comprometia de
1160 imediato instruir o processo para sobrestamento esse é o entendimento.

1161

1162 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1163 **do CNRH)** - Está OK pessoal esse...

1164

1165 **Senhora Christianne Dias (Diretora-Presidente da ANA)** - Começo falando,
1166 sem microfone.... Depende de reunião colegiada depende do diário, então são
1167 fatores variáveis que extrapolam o nosso controle de modo que eu não tenho como
1168 garantir dia da publicação da resolução que a gente tem aqui e como dá o
1169 compromisso de quê em sendo analisado o estudo em seguida será dado o início
1170 do trâmite para publicação da resolução.

1171

1172 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1173 **do CNRH)** - Então vamos eu vou tentar desenhar assim me corrija se eu estiver
1174 errado, mas pelo que eu entendi é uma preocupação grande em relação as
1175 resoluções de revisão dos planos das bacias das regiões geográficas por

1176 dois motivos, uma necessidade de quando houver alteração, que isso fique em
1177 destaque, fica em evidência para facilitar a análise pelo Conselho e também essa
1178 análise prévia dos impactos regulatórios que essa mudança pode trazer, se todos
1179 estão de acordo o encaminhamento, vai nessa linha. Então, primeiro o
1180 requerimento para mudança da errata entre recomendações e diretrizes, hoje está
1181 diretriz só para que todos tenham ciência eu vou colocar aqui em votação se a
1182 gente aprova ou rejeitar este requerimento que pedia a alteração de diretriz para
1183 recomendação condicionada, calma, o encaminhamento primeiro a gente preciso
1184 primeiro encaminhar o requerimento que aqui não está pendente de aprovação não
1185 posso simplesmente ignorar que ele existe então primeira votação tem que ser
1186 sobre o requerimento se a gente aceita ou rejeita o requerimento de mudança da
1187 errata. Agora sim podemos fazê-lo condicionado como foi colocado, condicionado
1188 a uma melhoria do processo de revisão dos planos que tem esta análise prévia do
1189 impacto regulatório e que também qualquer alteração do texto que venha das
1190 câmaras, que fica evidenciado para deliberação do Conselho, eu coloco dessa
1191 forma o encaminhamento então só para deixar claro a todos os conselheiros. O
1192 requerimento é para alteração do que está na resolução, hoje está diretriz, o
1193 requerimento pede que seja alterado para recomendação. O requerimento é que
1194 para com isso colocando junto à melhoria do processo de alteração da revisão dos
1195 planos então coloca em votação para aprovação ou rejeição deste requerimento.

1196

1197 **Senhor Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de**
1198 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário** - Desculpa só para colaborar
1199 e para facilitar, pra gente votar de alma branca e tranquila, sabendo que nós
1200 estamos votando, eu acho um pouco fluido e dizer que nós não temos controle
1201 sobre o prazo da publicação. Se pudermos aqui já está estabelecido a ANA já disse
1202 que vai cumprir a análise técnica tá entendido né, mas se pudermos ter constando
1203 em ata minimamente uma perspectiva de prazo entre análise e a publicação eu
1204 acho que auxilia, porque nós votarmos em um voo cego eu acho que fica
1205 complicado. Desculpa eu não falei meu nome na Instituição, Wanderley Paganini,
1206 Usuários Prestadores de Serviço, perdão.

1207

1208 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1209 **do CNRH)** - Obrigado Wanderley. Eu entendo a posição, assim agora entendo. A

1210 gente pode colocar em ata um compromisso médio, uma expectativa que a Ana
1211 tem de 60 dias, de 30 dias a partir da finalização do estudo só que a gente precisa
1212 colocar uma ressalva que isso pode variar evidentemente não pode ser algo
1213 taxativo que é Reserva do Impossível, às vezes não é possível que isso se cumpra
1214 então a gente não pode fazer uma norma que não é possível ser cumprida, mas a
1215 ANA tem alguma objeção para colocar um prazo? 60 dias são razoáveis? Mas,
1216 Aparecida, a máquina pública ela tem suas dificuldades e a gente não consegue
1217 fazer tão rápido existe um todo processo para ser instruído, assim vamos chegar
1218 também no meio termo no bom senso, vocês querem um prazo em cima da
1219 finalização do estudo a partir da finalização um prazo para esse processo todo
1220 correr e poder editar resolução. Lembre-se que a ANA também é um órgão
1221 colegiado que uma diretoria, com prazos, tem várias análises têm que ser feitas
1222 tem a questão jurídica que analisada, então tem todo um processo que tem que
1223 encaminhar assim eu estou perguntando para ANA, 60 dias é razoável a gente
1224 pode abaixar um pouco colocar 45, 30 é possível 30? Sim, 30 dias a ANA concorda
1225 em ser um prazo que é a meta a ser buscado, mas claro que pode ser alterado por
1226 outras contingências, desse jeito Ok? Posso colocar na votação, o
1227 encaminhamento, então a aprovação do requerimento que pede a alteração da
1228 resolução 196 de diretriz para recomendação colocadas demais condicionantes
1229 aqueles que aprovam, concordam. Vou falar ao contrário que a rejeição maior
1230 aqueles que rejeitam o requerimento permaneçam como estão eu aí entendi que
1231 é maioria então: Está rejeitado o requerimento com a ressalva de que conste em
1232 Ata o aprimoramento da análise das revisões dos planos para que primeiro
1233 qualquer alteração fica em destaque quando vem da câmara para que o conselho
1234 possa deliberar sobre os destaques especificamente e também faça uma avaliação
1235 prévia dos impactos regulatórios então, o requerimento está rejeitado com essas
1236 ressalvas constantes em atas. Pois não.

1237

1238 **Sr.não identificado** - Só para esclarecimento essa proposta de incluir análise de
1239 marco regulatório como obrigatoriedade para os planos isso é matéria para uma
1240 nova deliberação não tem nada a ver com a resolução que nós acabamos de...
1241 Estou entendendo que isso é apenas uma recomendação porque visto que se vai
1242 mexer com os planos e tornar algumas coisas obrigatórias tem que ser motivo de

1243 uma deliberação, discussão aprofundada neste conceito. Estou entendendo dessa
1244 forma.

1245

1246 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1247 **do CNRH)** - Uma proposição ainda a ser analisada, porque aqui é o
1248 condicionamento, foi condicionar que é uma proposta que se analisa os efeitos
1249 regulatórios na revisão do plano, o senhor coloque que tem que liberar sobre se
1250 isso realmente vai ser...

1251

1252 **Sr. Não identificado** - Passar por um processo, inclusive é de interesse dos
1253 comitês de bacias em primeiro lugar.

1254

1255 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1256 **do CNRH)** - É razoável a gente coloca na Ata e se a proposição é que faça essa
1257 análise, então isso vai ser encaminhado pelas câmaras técnicas aqui responsáveis
1258 para verificar se é possível tanta questão do destaque quanto a questão da análise
1259 do impacto regulatório prévio, ok! Entendendo essa errata, agradecendo essa
1260 contribuição. O requerimento foi rejeitado vou passar aqui para o próximo item,
1261 esse eu acredito que seja um pouco mais simples é a Moção nº 72 foi uma Moção
1262 que foi feita ad referendum assinado por mim inclusive, quando o desastre de
1263 Brumadinho no dia 25 de janeiro o que aconteceu a Moção basicamente ela
1264 recomenda a todos os órgãos fiscalizadores que reforcem as ações junto às suas
1265 barragens que também abre um espaço para que pudesse encaminhar uma
1266 necessidade adicional de auxílio técnico para que o governo federal pudesse
1267 auxiliar aqueles órgãos fiscalizadores estaduais. Então nesse caso só peço aí a
1268 compreensão do Conselho por ter feito de forma isolada, pessoal e não deliberado
1269 pelo conselho, mas foi urgência da situação, não trouxe nenhum tipo de obrigação
1270 era uma recomendação a gente tomou esse cuidado para que a gente recomende-
1271 se os demais órgãos, então eu coloco aí primeiro em discussão, se alguém que
1272 se pronunciar sobre a moção especificamente sobre a questão do ad referendum,
1273 alguma manifestação não coloca em votação aqueles que referendam a Moção 72
1274 permaneçam como estão. Referendada a Moção, agradeço a compreensão de
1275 todos, digo que este expediente do Ad referendum, vai ser usado com muita cautela
1276 não a ideia não é ir além do que o conselho determina finalmente a gente vai para

1277 apresentação do relatório de segurança de barragens que é compilado e
1278 coordenado pela Agência Nacional de águas, um item de extrema relevância em
1279 virtude dos últimos acontecimentos os olhos do Brasil estão voltados para
1280 segurança de barragem o próprio conselho agora tem uma câmara técnica
1281 específica para esse fim e com isso eu cedo a palavra, que peço primeiro que a
1282 gente Agência Nacional apresente o relatório depois a gente discutir aqui um pouco
1283 sobre os resultados desse relatórios dados apresentados quem da ANA que vai
1284 apresentar? Olha, a gente tem aí tem que ser rapidinho 10 minutos.

1285

1286 **Senhor Rodrigo Flecha Ferreira Alves (Agência Nacional de Águas- ANA) -**

1287 Vou voar aqui Ministro. Fala em segurança de barragem, significa falar em
1288 desenvolvimento socioeconômico, significa falar em segurança energética,
1289 segurança hídrica, e significa dizer também que é um tema complexo e
1290 multidisciplinar. Pode! Bom aqui é só para deixar claro quem que é o fiscalizador,
1291 eu acho que todos já sabem que é o fiscalizador, e que não há hierarquia entre
1292 esses fiscalizadores, ou seja, em particular Agência Nacional de Águas não tem
1293 prerrogativa de colocar nem uma condicionante para os demais fiscalizadores, e é
1294 importante dizer também que em função das características de cada barragem o
1295 mundo muda se nós temos uma barragem para geração de energia hidrelétrica nós
1296 temos a água exerce um papel de ativo praticamente para aquele
1297 empreendedor. Isso muda completamente o cenário está certo, assim como para
1298 barragem de mineração que é a ponta da linha entendeu, abordagem
1299 completamente distinta também para as barragens de resíduos industriais e no que
1300 diz respeito às barragens de uso múltiplo a água, muitas vezes é ativo e na maioria
1301 dos casos que a gente tem percebido acaba sendo um passivo tá certo porque você
1302 não tem como recuperar aquele empreendedor do barramento não recupera seus
1303 custos de operação e manutenção. O relatório de segurança de barragem é um
1304 instrumento da política nacional de segurança de barragem e está também escrito
1305 dentro de um programa de educação e comunicação em segurança de barragens
1306 que Agência Nacional de Águas já está conduzindo esse programa, ele é elaborado
1307 anualmente pela ANA com informações provenientes dos órgãos fiscalizadores tá
1308 certo, ANA não audita essas informações encaminhadas ela recepciona essas
1309 informações e em alguns momentos ela faz algumas verificações a periodicidade
1310 anual de Janeiro a Dezembro, a ANA encaminha ao CNRH de maneira

1311 consolidadas esse relatório o CNRH faz uma apreciação deste relatório emitindo
1312 um parecer e encaminha ao Congresso Nacional e ele tem a função basicamente
1313 de registrar os avanços da política nacional de segurança de barragem. E aí é
1314 importante dizer Ministro que o RSB precisa de ter consequência regulatório
1315 quando o RSB é concluído e muitas das ocasiões desde 2011 a equipe da
1316 Superintendência de regulação da ANA vai ao Congresso Nacional apresentar o
1317 relatório mas a gente não vê o dia seguinte não vê as consequências regulatórias
1318 de um relatório tão importante como esse que é elaborado e nós estamos editando
1319 relatórios desde 2011 já é, muito importante deixar claro esse papel aí do Conselho
1320 Nacional de Recursos Hídricos no que diz respeito a zelar pela implementação da
1321 Segurança de Barragens como o senhor colocou, esse zelar acaba sendo um
1322 pouco vago a gente precisa de dar passos mais fortes e mais céleres nessa
1323 questão isso eu tenho dito em todas as apresentações anuais que eu faço aqui
1324 nesse plenário do Conselho, o ciclo de elaboração é esse que está colocado, e
1325 ele, a ANA em 30 de dezembro, 30 de setembro ela estabelece o conteúdo das
1326 contribuições, definem os formulários padronizados e encaminha aos
1327 fiscalizadores sendo que os empreendedores têm que encaminhar informações as
1328 suas respectivos órgãos fiscalizadores até 30 de Janeiro para que os fiscalizadores
1329 encaminha essas informações a Agência até 30 de Abril, em 31 de agosto esse
1330 ano foi atípico em função da reestruturação do Conselho, nós teríamos que
1331 encaminhar a ANA tem que encaminhar RSB de forma consolidada ao CNRH esse
1332 ano foi bastante atípico e o ciclo recomeça novamente o CNRH ao final de cada
1333 ano ele tem que apreciar o relatório para que a gente possa avançar sobretudo nas
1334 consequências regulatórias com reservatório do relatório dessa natureza tem que
1335 apresentar o conteúdo eu não vou entrar em detalhes a gente Segue o conteúdo
1336 da Resolução 144. É desnecessário acho que os senhores podem ler aí passa
1337 desde cadastro sobre a relação das barragens que apresentam categoria de risco
1338 alta etc, e passando inclusive um detalhamento de todos aqueles fiscalizadores
1339 que encaminharam informações a ANA e também os recursos orçamentários esse
1340 é um dado que já tá colocado pela resolução do Conselho, o relatório daí desde
1341 2011 os dois primeiros, 2011 2012 e 2013, a gente teve como foco bastante os
1342 fiscalizadores, 2014 e 2015 o foco foi nos cadastros barragens, 2016 naquelas
1343 barragens que mais preocupam, 2017 implementação da política e 2018 na
1344 comunicação sociedade, sem esquecer os outros aspectos relativos ao cadastro,

1345 eu não sei aqui se todos já conhecem esses relatórios, mas é importante que todos
1346 aqui sobretudo os novos membros possam baixar esses relatórios do nosso
1347 sistema de informação www.ines.gov.br ele já falei que ele compreende esse
1348 período, ele não inclui Brumadinho vai ser abordado futuramente, reúne e analisa
1349 informações de 35 órgãos fiscalizadores sendo que são 32 efetivos na prática,
1350 outros três, a CPRM, A FEPAN e o Ibama que não possuem declaração não possui
1351 a barragem de resíduos industriais e ele busca incorporar as recomendações
1352 técnicas do parecer do GT do CNRH, esse Parecer Técnico nº 1. Aquelas que foram
1353 consideradas pertinentes já que o papel do Conselho é apreciar o relatório, e agora
1354 ele procura também passar uma informação por leitor de forma mais fácil, tem
1355 que buscar a transparência com a sociedade já que o papel da sociedade no
1356 processo de segurança de barragem é fundamental sobretudo no que diz respeito
1357 aos planos de contingência associados a Defesa Civil também. Demos uma nova
1358 cara ao RSB 2018, no formato muito na linha com Sérgio mencionou dos Relatórios
1359 de Conjuntura, dar uma nova editoração para que pudesse ter uma compreensão
1360 melhor por parte dos leitores, trabalhamos com infográficos, trabalhamos com
1361 diagrama de rodapé e uma exceção final perguntando a sociedade e o que que eu
1362 tenho a ver com isso entendeu. É para colocar essa importância das barragens de
1363 suas perspectivas seguranças, está aí a cara do sumário a gente passa pelo
1364 capítulo 1 a barragem e seus usos, o capítulo 2 segurança de barragem, trata
1365 basicamente como essas barragens são avaliadas, a classificação, os cadastros, a
1366 gestão de barragens no capítulo 3, o quer que é a política propriamente dita da
1367 segurança de barragem, as segmentações, a fiscalização, a classificação, as
1368 constatações atuais do capítulo 4, e as recomendações, conclusões no capítulo 5.
1369 O capítulo 1 ele aborda, basicamente, explica o que é a segurança de barragem,
1370 apresentam também os principais problemas, os mais rotineiros que estão
1371 colocados nos barramentos ele aborda também os principais usos distribuída e
1372 registrando como eu coloquei no início que mais de 90% das nossas barragens,
1373 são barragens de usos múltiplos no Brasil que são dessedentação de animais,
1374 abastecimento humano, e outros usos como recreação e etc. E são barragens
1375 sobretudo de porte pequeno e médio e isso muda muito a sustentabilidade
1376 financeira da operação e manutenção que um dos grandes desafios que nós temos.
1377 O capítulo 2 aborda basicamente, nós tínhamos no RSB de 2017 um conjunto de
1378 24.092 barragens esse ano caímos para 17.604 porque o estado de São Paulo

1379 declarou o número, retirou do seu cadastro um número importante de barragem
1380 basicamente, e é importante dimensionar aqui todas as barragens devem estar
1381 cadastradas no Sistema Nacional de informações sobre segurança de barragens
1382 independentemente do porte independentemente de estarem ou não escrita
1383 submetidas a política nacional de segurança de barragens e que 61% destas
1384 barragens ou cerca de 10.812 não possuem informação suficiente para se dizer se
1385 ela se submetem ou não a política nacional de segurança de barragens ou seja tem
1386 muito caminho ainda a ser percorrido. No capítulo 2 a gente aborda com foco na
1387 recomendação do CNRH a gente dá um foco naquelas 4.830 barragens que foram,
1388 estão submetidas a política nacional de segurança de barragens como eu disse
1389 sendo que o dever de casa avançou bastante no diz respeito ao setor elétrico e a
1390 mineração a ANMP tem trabalhado forte também junto com ANEEL juntos na
1391 questão da fiscalização, o número maior de os empreendedores que possuem um
1392 número maior de barragem sujeitos ao SPDENOX com 247, a Vale 120 ,a
1393 companhia gerenciamento de recursos do Ceará com 93 Paraíba com 71, codevasf
1394 52, Compesa 39 e a BASE 34. E cerca de 2.399 é o número de empreendedores
1395 com barragem sujeita PSB, ou seja, do total de 4830 alguns empreendedores têm
1396 mais de duas barragens como pode ser visto aí no nosso slide. O capítulo 3, ele
1397 explica o que é a política nacional quais são as bases submetidas à política e os
1398 fiscalizadores que existem 44 potenciais fiscalizadores e que 32 efetivos na prática
1399 e aí nós temos um problema grande que 75% dos órgãos fiscalizadores
1400 basicamente os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos possuem uma
1401 equipe de no máximo quatro pessoas e com a dedicação que nem sempre é
1402 exclusiva e esse é um problema grave viu Ministro que faz com que necessite
1403 estruturar mais uma vez apesar do grande apoio que a ANA tem fornecido
1404 através do Programa do Progestão, eu acho que esse aí é um gargalo importante,
1405 a ANA em particular nós temos 10 pessoas envolvidas a capacitação, ali do lado
1406 caiu bastante mas pós acidente, Brumadinho e com o programa de educação e
1407 comunicação que a ANA estruturou recentemente esse ano basicamente a gente
1408 vai ter um número bastante elevado no ano de 2019 nós vamos ter basicamente
1409 quase que 20 mil horas, o homem de capacitação com diversos cursos, né
1410 Cristiane que a gente estruturou, diversos eventos, diversos workshop também.
1411 Fizemos curso em vários estados por fim está aí, Paraíba, Rio Grande do Norte,
1412 Pernambuco, participação do Ceará Piauí, no sul, Porto Alegre, Paraná, Santa

1413 Catarina, Goiás Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, foram cursos focados em
1414 expressão regular de segurança de barragem. Mas sete, a questão da
1415 regulamentação eu não vou entrar em detalhes, mas basicamente já não é um
1416 desafio, mais basicamente é poucos órgãos fiscalizadores de segurança. Me dar
1417 mais um tempinho porque senão eu não conluo, com o tempo, o debate anterior
1418 foi grande. Então a questão da regulamentação eu acho que já não é o nosso
1419 gargalo mais aí é só um Panorama de como é que a gente tá no que desrespeita a
1420 regulamentação do plano de segurança de barragem do pai do das expressões de
1421 segurança regulares e da revisão periódica de segurança de barragem, nós
1422 precisamos avançar muito na fiscalização, eu acredito ainda 2018, 928 barragens
1423 foram fiscalizados é um número muito reduzido, mas acredito que com a emoção
1424 que foi lançada e referendado aqui em 2019 acredito com a Moção que foi lançado,
1425 referendado aqui em 2019 acredito que esse número não vai ser bastante superior
1426 aí tem uma tabela de quem mais fiscalizou a ANM com 214, ANEEL 140, a
1427 Naturatins também teve um avanço importante com 147 fiscalizações, ANA com
1428 64. Apesar de que a ANA possui só 108 barragens em Rio que são escritas na
1429 PMSB, o cadastro também avançou do Snib, avançou muito lentamente em 2018
1430 cerca de 1700 Barragens foram inseridas totalizando 3116. Mas como nós tiramos
1431 Ministro a trava da outorga da autorização do cadastro e a gente colocou para esse
1432 ano nível de completude das informações diferenciado hoje nós já temos cerca de
1433 18620 barragens inscritas no Snisb em 2019 e a gente colocou uma graduação
1434 com relação ao nível que concretude de informações. 18316 e 11619 e 18618 e a
1435 gente estava avançando o bastante, mas a gente colocou uma graduação também
1436 no Snib e com relação a completude de informações é um indicador Variant 1 até
1437 5, 5 seria aquele fiscalizador que está fazendo todo dever de casa, nível 1 aquelas
1438 informações mínimas que uma barragem tem que ter, como Unidade da Federação
1439 coordenadas e coisas dessa natureza, a gente apresenta também 6577 barragens
1440 classificados quanto ao DPA 5086 classificados quanto à categoria de risco sendo
1441 que 68% dessas barragens são submetidas a PMSB e apresentam DPA alto, 23%
1442 são submetidas com a categoria de risco alta e 19% das barragens cerca de 909
1443 possui categoria de risco e dano altas concomitantemente, só aumentou um pouco
1444 26% em relação ao relatório do ano passado e avaliação da pontuação com relação
1445 à categoria de risco que foi solicitada pelo conselho a gente apresenta e não para
1446 todo o universo das 5086 barragens mais para cerca de 50% os maiores problemas,

1447 os maiores motivos pelos quais as barragens foram classificados como criar ou
1448 são esses, primeiro por falta de informação e a gente precisa de avançar nisso
1449 segundo no que diz respeito a anomalias com grave deformação e recalque,
1450 terceiro anomalia grave, percolação e anomalia grave no vertedor, o quatro
1451 aspecto. É no que diz respeito à implementação dos instrumentos 27% das
1452 barragens são os benefícios da pnsb possui o plano de segurança barragem 25%
1453 realizar ao menos uma inspeção 33% das barragens com DPA alto já elaboraram
1454 o Pae e a maioria dos PSBS e dos Paes eles têm vindo do setor de mineração e
1455 do setor de energia elétrica como era de se esperar pelo caso de Brumadinho pela
1456 questão da água ser um ativo para geração de energia elétrica, a evolução tá aí o
1457 quadro mostra essa evolução, sobretudo com relação ao pai 1088 barragens já com
1458 o pai estabelecido, mas esse é um dos desafios porque é importante que o plano
1459 de ação emergencial esteja acoplado ao plano de contingência que é um papel da
1460 Defesa Civil e esse no meu entendimento é um dos maiores desafios hoje, na
1461 sequência aí tem um espaço também dentro do relatório para que os respectivos
1462 fiscalizadores respondam essas duas questões que estão colocados o que evoluiu
1463 em 2018 com relação à implementação da política e quais foram as principais
1464 melhorias adotadas no que diz respeito à segurança de barragens por cada
1465 fiscalizador e também alguns fatos atuais a gente sempre abre essa sessão nos
1466 relatórios desde sempre não, desde 2 017 gente abriu a gente pergunta aos
1467 fiscalizadores quais são aquelas barragens que mais preocupam de acordo com
1468 critérios próprios e nesse ano de 2018 nós tivemos 18 fiscalizadores que
1469 reportaram 68 barragens em situação crítica em 17 estados contra 45 que
1470 apresentaram em 2017, quer dizer são informações fornecidas por cada fiscalizador
1471 a partir de critérios próprios, a questão dos recursos aplicados também Ministro os
1472 recursos estão muito baixos também a gente precisa da questão é uma reclamação
1473 genérica pelo país afora já que a gente não tem sustentabilidade financeira
1474 sobretudo para aqueles açudes públicos e açudes de pequeno e médio porte, a
1475 gente já discutiu uma ocasião isso a questão da taxa de fiscalização e também a
1476 taxa pela prestação do serviço de reservação e regularização, é algo que a gente
1477 precisava de incorporar também, evolução do número de acidentes e incidentes
1478 reduziu, mas não significa muita coisa isso, é mais uma constatação não significa
1479 que a gente esteja fazendo dever de casa é mais uma constatação e muitas vezes
1480 também por ausência de informação que é um problema grave. Para concluir tem

1481 11 conclusões nesse RSB de 2018 e eu vou tentar aqui resumir para vocês a
1482 primeira aborda a questão dos fiscalizadores que eles precisam de avançar no
1483 refinamento dos seus respectivos cadastros, regularizando... As barragens, todas
1484 tem que ter outorga gente precisa de conhecer toda a parte hidráulica, hidrológica
1485 de cada barragem, e identificação de empreendedores também, o segundo ponto
1486 diz respeito à necessidade de estruturar os fiscalizadores, que eu já falei as equipes
1487 tem que ter quadro permanente a rotatividade é péssima a gente tem envolvido isso
1488 muito, gente capacita equipes, imediatamente alguns meses depois a gente tem a
1489 perda desse técnico, então tem uma rotatividade e os estados sobre todos os
1490 órgãos os 27 órgãos gestores de recursos hídricos tem que ter equipes exclusivas
1491 e estruturadas para avançar na questão da fiscalização, é importante também que
1492 a fiscalização documental e em enloco seja realizada, os fiscalizadores tem que ter
1493 um plano anual de fiscalização e um plano plurianual sei que a equipe é pequena,
1494 não vamos ficar no choro, vamos priorizar aquelas barragens que apresentam
1495 que são mais problemáticas. Estou tentando passar aqui, mas não estou
1496 conseguindo. O quarto e item, já quase encerrando, a questão dos fiscalizadores
1497 tem que articular com a Defesa Civil é muito importante isso e recentemente
1498 ACEDC, isso fez um evento importante que nós tivemos a participação de mais de
1499 dez defesas civis estaduais a questão de integração dos planos de ação
1500 emergencial e dos planos de contingência esse tema ainda não tá superado ainda
1501 a gente precisa de avançar e a gente precisa também de Defesa Civil municipais
1502 que estejam estruturados, esse é um grande problema, o item cinco os
1503 fiscalizadores ainda precisam complementar o seu cadastro. Faltam muito ainda
1504 esses cadastros tem que estar no Sistema Nacional de Informações para que a
1505 sociedade possa efetivamente ter acesso a essas informações, no item 6 Ministro
1506 essa é para o senhor, nós precisamos de fortalecer o Conselho Nacional de
1507 Recursos Hídricos para que ele possa efetivamente fazer o seu papel não só de
1508 zelar, porque zelar é muito frouxo, mas sobretudo de trabalhar na linha de um papel
1509 mais proativo que tenha consequências regulatórias, é necessário também o nosso
1510 item 7 e que seja criada uma rubrica orçamentárias específica para que a gente
1511 possa efetivamente saber qual o recurso que foi aplicado nesse contexto se não a
1512 gente fica sem informações concretas o oitavo item diz respeito à questão de
1513 disponibilizar as documentações relacionadas a revisão periódica de segurança de
1514 barragem, expressões segurança regulares ou especiais e checar junto aos

1515 empreendedores para verificar efetivamente se essas anomalias essas estão
1516 sendo efetivamente executadas, o item 9 aborda uma questão importante que a
1517 gente precisava de focar um pouco nós deveríamos ter como indicadores de
1518 efetividade da política implementação dos instrumentos e os resultados da
1519 implementação desses instrumentos e realizados pelos empreendedores, é muito
1520 importante isso, o décimo item de conclusão e recomendação aborda basicamente
1521 é a falta de recursos para empreendedores públicos sejam federais, estaduais ou
1522 municipais e a questão que a gente coloca no 11º item da sustentabilidade
1523 financeira como eu já falei a necessidade do fiscalizador ter uma taxa de
1524 fiscalização para fazer o seu dever de casa, assim como ANEEL tem o hoje, tem
1525 uma taxa da fiscalização da geração e também uma tarifa pela prestação do serviço
1526 de reservação e regularização, tem inúmeros outros desafios que a gente poderia
1527 apontar aqui como eu já mencionei alguns: Estruturar as Defesas Civis, a questão
1528 de abordar as barragens em Cascata que é um problema que a gente precisa de
1529 avançar ainda, o aperfeiçoamento da legislação que a gente já teve a oportunidade
1530 de abordar a questão de infrações e penalidades, governança, os critérios de
1531 classificação que precisam ser revisados. Estou quase Cris, espera aí um
1532 minutinho. Só vou fazer o meu papel aqui. E a questão da necessidade que eu acho
1533 Ministro que a gente: Barragem não é para amador a gente precisa de um corpo é
1534 a barragem as pessoas que trabalham e a gente tem um acordo de cooperação
1535 técnica com o CDBD, e o comitê brasileiro de barragens, cada barragem tem o
1536 seu DNA cada barragem tem a sua impressão digital e a gente precisa de corpo
1537 técnico remunerado, específico para fazer auditoria para fazer emitir pareceres e
1538 para fazer uma série de outros trabalhos, eu já coloquei isso para o senhor algumas
1539 ocasiões e finalmente aqui a nossa equipe a nossa coordenadora da Coser- que a
1540 coordenação de regulação de serviços públicos segurança de barragem do
1541 Fernando Laus que tá ali Fernando por favor levanta o braço que a mãe do relatório
1542 de segurança de barragem o pai é o André Petri nosso técnico especializado em
1543 Recursos Hídricos e a equipe toda da Coser o Alexandre Éderado , o Márcio
1544 Bonfim a Maristela e o Francisco Carlos e que atuaram bastante forte também na
1545 elaboração deste relatório estamos aqui à disposição Ministro para eventualmente
1546 em caso de dúvidas sanadas.

1547 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1548 **do CNRH)** - Agradeço muito, Rodrigo. Eu não vi a Fernanda. Cadê a Fernanda?

1549 Parabéns Fernanda e toda a equipe. Senhores eu vou ser muito breve aqui nos
1550 comentários, concordo quase em tudo com o Rodrigo. Tenham em mim uma
1551 pessoa que defende a fiscalização pública eu acredito que essa relação público-
1552 privado ela é muito positiva mas tem que ter uma regulação e tem que ter a
1553 presença do estado, um estado capacitado, técnicos treinados que possam falar
1554 de igual para igual muitas vezes com empresas bilionárias e que vão lá pagar
1555 auditores que ganham verdadeiras fortunas, mas que tenha a capacitação por isso
1556 que a gente defende a capacitação não só nacional como internacional para que
1557 os técnicos, auditores dos órgãos de fiscalização cheguem com presença com
1558 gabarito que possam realmente falar ou tem que ser assim tem que ser assado,
1559 não adianta vir um consultor de uma grande empresa porque eu sou a
1560 representação do Estado, e isso é essencial acho que muito tem que avançar na
1561 fiscalização do Estado nesse sentido. Financiamento nem se fala, é essencial a
1562 gente buscar fontes mais da eu gostei muito primeiro resultado do prático eu acho
1563 que o Conselho, um Conselho Político, nós temos aqui definições técnicas, mas
1564 tem que usar a força de um colegiado desse tamanho para interagir com Congresso
1565 Nacional, fazer com que essas pautas de regulação de avanço normativo e
1566 legislativo aconteçam, isso então o relatório tá chegando a ANA, mais que a gente
1567 simplesmente tomar conhecimento que como Conselho que realmente a Câmara
1568 Técnica de Segurança de Barragens avalia essas recomendações se entender
1569 pertinente referende e que a gente faça isso entregue de fato ao Congresso
1570 Nacional, mas entregue com a chancela de todos nós falando da necessidade
1571 prática que isso aconteça, se há uma necessidade de alterar alguma norma que
1572 isso fique claro na nossa manifestação, nisso, uma sugestão a câmara técnica e
1573 quando faça essa análise do relatório que realmente olha essas recomendações
1574 finais e transforme em algo que seja efetivo para a gente levar para o Congresso
1575 eu acho que é importante a gente entregar o material que o Congresso saiba o que
1576 precisa fazer caso assim decida fazer, não podemos obrigar a gente pode mostrar
1577 o Caminho das Pedras em relação a transparência parabênizo a equipe eu acho
1578 que é esse o caminho é transformar dados técnicos em dados que são viáveis
1579 para população para que a população começa a conhecer os sistemas e entenda
1580 que a gente trabalha para eles, a gente trabalha para o cidadão. Então todo o
1581 material que é construído é muito mais construído para que o cidadão possa
1582 entender a realidade do que nossos corpos técnicos que isso a gente sabe pegar

1583 as bases de dados sabe trabalhar então é muito bom saber que o relatório de
1584 segurança de barragens está indo na mesma linha do Conjuntura, e que a gente
1585 tenha uma diagramação muito melhor e parabeniza apresentação levou mais
1586 tempo, mas foi muito boa eu acho que não tem muito o que aprender. Por fim só
1587 digo que em relação a Brumadinho o Governo Federal não ficou parado a gente fez
1588 um investimento de mais de 150 milhões desde então em segurança de barragem
1589 específica capacitamos mais de 250 pessoas com o apoio da ANA, e também as
1590 28 barragens do projeto integração São Francisco tiveram seu plano de segurança
1591 de barragens e o plano de ação de emergência finalizada então algumas outras
1592 respostas foram dadas também, mas só para mostrar que houve algo efetivo após
1593 o desastre que aquilo ali serviu de um alerta e que o governo federal desde então
1594 está tem tentando se mexer no que é possível para que a gente atende a melhor
1595 maneira e eu peço todos os senhores levem também esse alerta essa preocupação
1596 aos órgãos estaduais, aos reguladores e fiscalizadores estaduais para que a gente
1597 replique isso é importante que aquilo não fica no esquecimento, foi uma tragédia
1598 imensa, centenas de pessoas ficaram soterradas é o que a gente tem que evitar
1599 a todo o custo aconteceu com rejeito mineral mas pode acontecer com o uso
1600 múltiplo pode acontecer com resíduos tão importante que a gente tem é sempre
1601 esse cuidado dito isso eu coloco aqui que abram apesar do adiantado do tempo
1602 algum Conselheiro que queira comentar sobre o relatório e que a vontade por
1603 gentileza.

1604

1605 **Senhor Ramon Rodrigues (Representando o Conselho Estadual de Recursos**
1606 **Hídricos do Ceará e o Grupo Ceará, Piauí e Maranhão)** - Bom dia a todos e
1607 todas, Ramon Rodrigues representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos
1608 do Ceará e o grupo Ceará, Piauí, Maranhão, queria parabenizar a ANA por esse
1609 trabalho evidentemente como foi dito pelo Rodrigo é um trabalho que é feito junto
1610 com os estados e com os fiscalizadores, eu queria só dar um depoimento de que
1611 nós lá no Ceará, nós criamos uma estrutura específica dentro da Secretaria de
1612 Recursos Hídricos para a fiscalização, nós com essa questão de Brumadinho com
1613 a questão esse ano nós tivemos uma barragem que nós com a ANA fizemos lá,
1614 em Ibiapaba, nós tivemos que atuar quase descomissionar essa barragem e isso
1615 a opinião pública fica muito vulnerável, qualquer coisa com a barragem a gente
1616 recebe sistematicamente solicitação de expressão, gente recebe sistematicamente

1617 a preocupação da opinião pública e a gente tá fazendo um trabalho muito grande,
1618 nós estamos como os senhores sabem com quase oito anos sem recarga nos
1619 nossos reservatórios e nos preocupa muito quando chover acima da média, o
1620 enchimento desses reservatórios, nós temos feito um trabalho de levantamento
1621 através do trabalho que a FUNCEME faz com Espelhos D'água, mas levantamos
1622 que nós temos no Ceará mais de 50 mil barragem, 50 mil barragem com área acima
1623 de meio hectare aí vai tudo mas monitoramos 157 mas a preocupação nossa
1624 exatamente essas barragens em efeito cascata o que pode levar quando a gente
1625 tiver um inverno no período chuvoso satisfatória, então a gente está fazendo esse
1626 trabalho nós temos feito em todas as regiões, reuniões explicando a legislação,
1627 explicando como a gente pode ajudar as prefeituras, o difícil é achar quem é o
1628 dono dessas pequenas barragens ninguém quer ser dono por conta do que a lei
1629 preconiza né então a gente tá usando do artifício não tem dono então vamos
1630 descomissionar, no instante uma Prefeitura assume alguns INCRAS entra mesmo
1631 tem muitas barragens e não tem nenhum é tudo dos assentamentos então vai por
1632 aí. Eu queria parabenizar o Ministério pelo trabalho que vem fazendo no DENOX,
1633 que tem mais barragens no nordeste são fundamentais para a nossa sobrevivência
1634 e não podia deixar de pedir que o ministro a medida do possível agregar- se mais
1635 recurso na recuperação dessas barragens que passando tanto tempo sem uma
1636 expressão favorável sem uma intervenção na sua operação e manutenção e dizer
1637 que é fundamental esse trabalho que vem sendo feito e meu tempo acabou não
1638 posso mais dizer nada. Obrigado!

1639

1640 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1641 **do CNRH)** - Muito obrigado, Ramon. Nós agradecemos a contribuição.

1642

1643 **Senhor Porfírio Loureiro (Representando o Conselho Estadual de Recursos**
1644 **Hídricos da Paraíba)** - Essa questão de segurança baixo eu acho que falei ontem
1645 na reunião do FNOGA, acho que é o maior problema das agências dos órgãos
1646 gestores porque na Paraíba nós temos dois programas, o programa de
1647 recuperação e barragem pela secretaria de infraestrutura e recursos hídricos nos
1648 já recuperando 55 barragens e o governador deu mais ordem de serviço para 23
1649 barragens agora e criou desde o dia 2 de janeiro um programa de manutenção e
1650 Conservação da barragem pela própria AESA e nós já recuperamos esse ano 18

1651 barragens e além disso a secretaria terminou agora 13 plano de segurança de
1652 barragens e a Cagepa que é outro empreendedora tá contratando mais 9 planos,
1653 quando a gente recebeu esse plano que nós é que aprovamos o plano o órgão
1654 gestor, eu sou o presidente da mesa de lá , é onde vai o terceiro grande problema,
1655 falta de recurso para recuperar é o primeiro, o segundo é falta de recursos para
1656 contratar os planos e o terceiro e aí a gente descobre que é o maior problema é o
1657 recurso para implementar o que o plano e o pai diz, esse é o mais caro ainda,
1658 entendeu! E o que o Rodrigo falou é deficiência nas defesas civis municipais
1659 porque essa sim tem que ser a parceiro na implementação. Quero parabenizar a
1660 ANA pelo trabalho que tem feito em segurança barragem em todas as áreas era só
1661 esse alerta que eu quero deixar que quando a gente faz o dever de casa, você veja
1662 a gente tem um processo, processado Ministério Público Federal sobre a
1663 transposição que pega as barragens de Poções e Camalaú, o estado fez o plano
1664 de segurança e o pai de Camalaú, o DENOX ainda tá na licitação para contratar.
1665 Quando a gente entregou o plano de segurança do Estado ao Ministério Público
1666 Federal as recomendações para o DENOX foi faça o plano e as recomendações
1667 que o estado foi quase 40 páginas, quer dizer e implementar o plano, então o
1668 grande gargalo a gente tá descobrindo agora que não é nem recuperar nem manter
1669 em recuperar as barragens não é nem fazer o plano de segurança nem os pais é
1670 sim implementá-los.

1671

1672 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1673 **do CNRH)** - Agradeço a contribuição. Parabéns a Paraíba!

1674

1675 **Sr. Paulo Varella (Conselho Estadual Rio Grande de Norte)** - Tá vendo aqui a
1676 bancada do Nordeste aqui toda juntinha. E esse tema é realmente nos une a todos
1677 eu queria só acrescentar aqui muito rapidamente sem repetir o que já foi dito, meus
1678 parabéns e etc, mas nós somos do semiárido a civilização da Sudage, essa
1679 civilização da está ali e vive daquele jeito dos assuntos que estão postos, se nos
1680 tirassem dali nós não teríamos civilização. Então esse é um assunto muito
1681 sensível, Rodrigo já colocou aqui já foi posto, mas eu queria aqui trazer de forma
1682 muito clara é preciso além da recuperação essas barragens não adoece do dia para
1683 noite, tem 30 anos que elas estão aí para não ter problema então questão de
1684 recurso para operação e manutenção e o Rodrigo colocar aqui o número de

1685 barragem do DENOX principalmente, nós precisamos ter uma rubrica permanente
1686 para essas manutenções não é para que depois a gente não tem que ter problema
1687 e uma outra coisa também que tá acontecendo a figura de um cachorro correndo
1688 atrás do rabo me permite a figura, nós estamos avançando no diagnóstico,
1689 antigamente não sabia agora vai dormir angustiado e aí nós não temos como
1690 muitas vezes resolver e aí começa a indústria da multa daqui a pouco estamos
1691 devendo mais de multa que de modo que ele iria para resolver o problema da
1692 própria barragem, seja o DENOCS para própria ANA, seja a gente para ANA, seja
1693 enfim os olhos do gestor e aí por diante. Esse é um caminho, foi criado uma
1694 inclusive uma câmara técnica específica que nós temos que aqui agora usar fosfato
1695 para ver caminhos para esse processo, a gente tem que conversar, estamos aqui
1696 em Pernambuco, todos nós temos a mesma problemática então tenho que
1697 encontrar um caminho para financiar esse processo principalmente das que são
1698 mais importantes temos que priorizar melhor, mas é Doutor Marcelo sabe aí o
1699 trabalho a luta que a gente tá tendo para recuperar algumas barragens que se não
1700 intervi pode ter problema grave aí na frente, e aí com ajuda de vocês todo esforço
1701 de todo mundo mas não pode viver de batalhas de guerras que surjam atrás da
1702 outra apagando fogo então procurar caminhos para que a gente possa ter uma
1703 sustentabilidade mais permanente, recuperando o que já está com problema agora
1704 intervindo imediatamente, mas principalmente criando caminhos porque senão
1705 vamos enxugar gelo.

1706

1707 **Sr. Não identificado** - Complementando a informação Ministro metendo todas
1708 essas barragens foram recuperados com recursos próprios do Estado.

1709

1710 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1711 **do CNRH)** - Está certo! Fernanda

1712

1713 **Senhora Fernandha Bastista Lafayette (Conselho Estadual de Recursos**
1714 **Hídricos Pernambuco)** - Bom dia. Parabéns Ministro e toda a equipe da ANA e
1715 da Secretaria, por essa retomada, muito importante, complementando a fala dos
1716 colegas nordestinos a gente tem uma preocupação muito grande em relação ao
1717 que vem pós implementação da política, a política é um passo muito importante e
1718 que objetivamente requer buscar a garantia da segurança, mas depois disso a

1719 gente chegou a esse ano no caso de um conflito muito grande que eu queria deixar
1720 claro aqui porque talvez isso possa tá ocorrendo em outras áreas também, mas
1721 Apaç a nossa agência, fiscalizadora, identificou uma barragem que teve um
1722 problema pelo que está posto na lei tem que descomissionar a barragem. Só que
1723 essa barragem é essa água era utilizada para 12 mil pessoas para o abastecimento
1724 de 12 mil pessoas e isso foi um conflito no estado porque tem que descomissionar
1725 sem saber o nível ou seja até que ponto essa barragem seguraria esse volume de
1726 água ou qual o percentual de volume enfim que seria passível de ser mantido em
1727 prol do uso daquela água para o abastecimento humano, então isso foi um conflito
1728 é decidimos por descomissionar barragem foi necessário uma obra emergencial 4
1729 milhões ou obra não tão onerosa, mas às vezes também a gestão do medo
1730 interfere nessas decisões, então a posição da Apac foi tem que descomissionar e
1731 quanto a Compesa entrou no processo assim como que a gente vai abastecer,
1732 então assim que haja uma ponderação. Se for possível é na normativa porque
1733 senão às vezes a gente pensa na segurança e mata o povo de sede então é que
1734 haja um uma concatenação de sistemas que são todos importantes é isso,
1735 Obrigada.

1736 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1737 **do CNRH)** - Agradeço a Fernanda. Pois não!

1738

1739 **Senhor Paulo Paim (Representando os estados do Sul, Paraná, Santa**
1740 **Catarina e Rio Grande)** - Do Nordeste direto para o sul o Paulo Paim
1741 representando aqui os três estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio
1742 Grande, reforçar Ministro um dos itens que o Rodrigo apresentou sobre o papel
1743 deste Conselho, ontem disseram aqui que o Conselho tinha muita gente nova e
1744 alguns antigos tipo assim aqueles que não desistem. Eu sou um deles e nós somos
1745 pego na verdade eu particularmente acredito que todos nós que trabalhamos, mas
1746 com gestão fomos pego de uma hora para outra com problema absolutamente
1747 concreto e o desafio para todos nós e, e aí como é que um Conselho de Recursos
1748 Hídricos tem a prática acumulada que teve até agora, incorpora de uma forma
1749 usando as suas palavra absolutamente concreta, esse assunto, esse para mim é
1750 um desafio e o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná também à disposição
1751 de todos.

1752

1753 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1754 **do CNRH)** - Agradeço Paulo principalmente pela resiliência é persistência em
1755 acreditar no Conselho. Obrigado. Alguma outra manifestação. Não. Eu agradeço e
1756 concordo com a Fernanda eu acho que assim a gente tem que fazer gestão do risco
1757 não existe uma resposta ótima, descomissionar barragem que apresente qualquer
1758 problema não é a resposta ideal, ela existe por um motivo e principalmente essa
1759 que faz abastecimento humano tem que ser muito criterioso onde tem que
1760 realmente trabalhar na regulação e na legislação para que a gente leve todas as
1761 variáveis em conta não é tão simples assim não é simplesmente para alerta e no
1762 caso logo depois de Brumadinho existiu realmente uma preocupação exacerbada
1763 tirar as famílias da das casas tudo isso causa um transtorno, claro segurança vem
1764 em primeiro lugar mas ela não é o único fator que tem que ser analisado por isso
1765 que é um tema difícil e por isso que o trabalho da Câmara Técnica vai ser um
1766 trabalho muito complexo e a Câmara precisa realmente se dedicar a ver tudo a
1767 esfera toda a situação todo o ambiente e não focar apenas na segurança porque
1768 as barragens existem e elas são necessárias, dito isso coloco aqui encerro as
1769 manifestações. Acontece temos um problema aqui na mão prazo regimental que
1770 existe inclusive a encaminhamento do relatório ao Congresso até o final do
1771 ano, o problema é que a gente não é simplesmente encaminhar o relatório,
1772 encaminhar o relatório subsidiado por um parecer da câmara técnica, e depois
1773 referendado pelo próprio conselho, não há tempo hábil para a gente fazer isso em
1774 virtude da alteração do Conselho então o que eu queria colocar aqui para plenária
1775 para os conselheiros é uma proposta que a gente encaminha ao Congresso
1776 Nacional não o relatório mas uma justificativa do porque que nós não cumpremos
1777 o prazo e colocamos um compromisso de entregar na próxima reunião que
1778 acontecerá em março, então a gente sugere o Congresso e explique a situação
1779 porque que não foi possível cumprir, mas eu particularmente prefiro que a gente
1780 faça um estudo para dar justamente legitimidade e credibilidade a esse conselho e
1781 coloque em março a gente encaminha. Vou abrir aqui pessoal para gente, se for
1782 fazer discussão desse ponto a gente vai levar muito tempo. Então se o senhores
1783 concordarem eu coloco em votação se tiver alguma algum ponto de
1784 divergência, alguém que queira falar a gente coloca mais que ele já abre direto
1785 para votação. Esse encaminhamento, os senhores estão de acordo em colocar
1786 diretamente para votação. Excelente, vou colocar em votação a proposta de

1787 encaminhamento ao Congresso Nacional das justificativas ou não cumprimento do
1788 prazo e o compromisso de encaminhamento em março após a próxima Reunião
1789 Ordinária do relatório segurança de barragem devidamente acompanhado do
1790 relatório e das nossas ponderações e aí fazendo coro ao Rodrigo que essas
1791 ponderações elas sejam não apenas um papel, mas que a gente vai lá defender
1792 junto ao congresso que elas de fato aconteçam aí eu me comprometo aqui como
1793 figura política que não só entregarei, mas também farei gestão aos diferentes atores
1794 políticos daqui a que ele se transforma em realidade que algum Deputado
1795 ou Senador apadrinhe alguma daquelas iniciativas e possa transformar no projeto
1796 de lei, uma alteração normativa. Então coloco aqui a proposta em votação aqueles
1797 que estão de acordo permaneçam como estão então aprovada proposta de
1798 encaminhamento ao Congresso das justificativas com compromisso de encaminhar
1799 o relatório devidamente referendado e lastreado no relatório em março. Agora
1800 vamos ao Plano Nacional de Saneamento eu vou falar o seguinte eu peço
1801 desculpas aos senhores têm já tá 12h30, mas também digo que é difícil reunir a
1802 todos então peço a paciência na próxima pode ter certeza a gente faz um trabalho
1803 para chegar mais cedo que daí a gente tem um tempo mais longo para poder
1804 discutir peço que os conselheiros fica para gente ter o coro, vamos passar um
1805 pouquinho de fome mas são acho que são temas muito relevantes para a gente
1806 não tratar da maneira adequada, então se o senhores, só peça essa paciência a
1807 primeira vez que a gente se encontra e eu estou pedindo uma gentileza mas da
1808 próxima a gente começa mais cedo para respeitar o horário do almoço. Então é que
1809 eu coloco apresentação do Plano Nacional de Saneamento Básico um tema
1810 extremamente sensível é importante no momento ímpar de discussão e aqui o
1811 MDR que vai apresentar quem que vem para convidar o Rogério Borges Marques
1812 coordenador para apresentar, Rogério seja breve eu sei que é difícil mas não
1813 pessoal aqui vai morrer de fome daí não volto para reunião na próxima tem uma
1814 pessoa que estava no plano nacional de saneamento básico ferramenta de
1815 planejamento importantíssimo para a gente mudar essa realidade tão triste dos
1816 brasileiros hoje segundo os dados do SNIS, só 105,5 milhões de pessoas tem
1817 acesso à rede coletora de esgoto é uma situação muito difícil, por favor Rogerio.

1818

1819 **Senhor Rogério Borges Marques (Assistente da Coord.-Geral de**
1820 **Planejamento e Regulação/SNS/MDR)** - Bom dia senhor Ministro e demais

1821 integrantes da mesa, conselheiros e demais presentes, era já uma apresentação
1822 breve, mas eu vou tentar sintetizar ainda mais até porque o documento já foi
1823 disponibilizado para os conselheiros e tá então aguardando apreciação. Plano
1824 Nacional de saneamento básico PLANSAB, ele é um instrumento que está previsto
1825 na lei 11.445 de 2007, foi aprovado em dezembro de 2013. Pode deixar aquele
1826 slide mesmo. E que tem um horizonte de planejamento de 20 anos, ou seja, 2014
1827 a 2033 ele contempla os quatro componentes do saneamento básico que é
1828 abastecimento de água e esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de
1829 águas pluviais e ele então é um instrumento de orientação das políticas públicas
1830 com vistas a universalização dos serviços de saneamento básico. E se pular então
1831 contém diretrizes metas necessidade de investimentos para isso as estratégias e
1832 programas também, por força normativos, o PLANSAB tem que ser revisada a
1833 cada 4 anos está prevista na própria lei no Decreto que regulamenta a Lei , o 7.217
1834 e também no Decreto que aprovou por lá no 8141 então cumprido o primeiro
1835 período que foi de 2014 e 2017, a Secretaria Nacional de Saneamento iniciou em
1836 2017 a revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico, foi um trabalho que foi
1837 realizado por uma equipe própria não houve contratação então foram 20 servidores
1838 da própria secretaria, 4 colaboradores da parceria que o Ministério tem, concedeu
1839 também a UNB e também alguns Estagiários. Esse trabalho então durou 18 meses,
1840 foi 8 de julho de 2017 até dezembro de 2018, muitos trabalhos foram realizados no
1841 início algumas oitivas para a gente ter alguns subsídios para iniciar a discussão,
1842 depois reuniões com órgãos setoriais e mais 20 reuniões no âmbito da própria
1843 secretaria para discutir os principais temas de aprimoramento do documento. Então
1844 conforme previsto no decreto 7.217, essas são as etapas para a revisão do Plano
1845 Nacional de saneamento, um diagnostico de propostas em uma fase de divulgação
1846 e debates e na sequência apreciação pelos Conselhos, então é por isso que nós
1847 estamos aqui para apresentar brevemente para os conselheiros porque a gente
1848 está pendente ainda dessa apreciação pelo CNRH. O plano já foi apreciado pelo
1849 CNS já teve uma aprovação por lá então nós aguardamos apreciação aqui pelo
1850 CNRH e ainda pelo CONAMA e na sequência ele então será encaminhado para
1851 apreciação para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano que é o
1852 Conselho que substituiu o Conselho das Cidades, e depois segue para deliberação
1853 do Ministro. No artigo 62 ele fala que apreciação pelo CNS, CNRH, CONAMA é
1854 simultânea em 30 dias o documento foi encaminhado em Julho de 2019 desse ano,

1855 então a gente ainda tá aguardando, por conta de todo esse contexto apreciação
1856 pelos CNRH. É a lógica conceitual e a estrutura do documento foram mantidos,
1857 então foi feito uma atualização na verdade do plano não é um novo plano é o plano
1858 original atualizado e revisado então nós temos esses 10 capítulos que são os
1859 mesmos da versão original, Capítulo 2 de Bases legais foi feita só uma atualização
1860 os demais eu vou passar brevemente para comentar só alguns pontos. Capítulo 3
1861 por exemplo de princípios fundamentais e diretrizes ele mantém os princípios
1862 originais, a versão original do PLANSAB que são estes, a universalização,
1863 Equidade é integralidade, então esse princípios estão todos lá só foi feito um
1864 trabalho de revisão dos textos que eram muito tensos com viés muito acadêmico,
1865 então a gente fez uma síntese em alguns trechos para poder ficar um documento
1866 mas acessível, no caso das diretrizes eram 41 máquina diretrizes na versão
1867 original muitas delas repetida algumas com caráter de estratégia, então foi feito um
1868 trabalho de análise de uma a uma para gente tentar sintetizar, agrupar e também
1869 transformar estratégia aquelas que eram que possui o caráter estratégias
1870 chegamos ao número de 15 tem um plano novo tem uma vez de 41 foi a 15
1871 diretrizes, na sequência temos um diagnóstico uma análise situacional faz todo o
1872 panorama do saneamento no ano de 2017. Eu trouxe um único slide sobre
1873 abastecimento de água para ser mais sintético, mas a gente tem para todos os
1874 componentes e a gestão. No caso da água o plano, e também pelos outros
1875 componentes trabalham com os conceitos de atendimento adequado precário e
1876 sem atendimento no caso da água esses conceitos foram mantidos, a gente só
1877 teve uma alteração no de resíduos sólidos porque foi incluído a coleta indireta na
1878 área urbana como adequado que antes era só a coleta direta que era considerada
1879 atendimento adequado dos resíduos mas na água a gente tem aí o atendimento
1880 adequado é o abastecimento por rede, poço e nascente ou cisterna com
1881 canalização interna e sem intermitências. O precário então é ausência de
1882 canalização quando há intermitência quando a gente não tem segurança né da
1883 qualidade da potabilidade da água e também os casos em que abastecimento por
1884 cisterna que não tem quantidade suficiente ou segurança hídrica e o uso de carro
1885 pipa e seu atendimento a pessoa tem um acesso mas ele é precário então a gente
1886 observe os números ali de 10 para 17 que a gente teve no caso do atendimento
1887 adequado até uma redução do percentual mas aí devido à crise hídrica, , que no
1888 ano de 2017 então muitos dos habitantes que tinham o acesso adequado ele passa

1889 ter um acesso precário porque a gente teve racionamento até o caso de Brasília
1890 mesmo, racionamentos, a gente teve os rodízios, então tem uma queda mas a
1891 gente percebe um decréscimo significativo ali do percentual de atendimento de 6,8
1892 para 2,7 isso é muito positivo, o capítulo 5 trata de cenários então o plano de tinha
1893 na versão original três cenários muito parecidos entre si dificultava muito análise de
1894 cenários. Nessa versão revisada nós temos três cenários que advém do próprio
1895 estudos originais do PLANSAB, do Panorama do saneamento foi feito na época
1896 que tinha lá 11 cenários possíveis para o saneamento nos revisitamos esse
1897 documento e vimos dos onze, três que se adequam mais a realidade atual, é então
1898 nós temos um cenário mais otimista que nós chamamos de universalização, um
1899 cenário intermediário que o busca da universalização em um cenário mais
1900 pessimista que é o distante da universalização, o cenário escolhido para o plano
1901 foi um intermediário busca da universalização como os recursos disponíveis com
1902 moderado crescimento previsto, a redução do papel de estado com maior
1903 participação do setor privado a gente espera avançar no acesso mas não chega a
1904 universalizar todos os serviços Então esse é o cenário foi escolhido para esse
1905 trabalho. No caso dos indicadores e metas a gente tinha na versão original 23
1906 indicadores, temos agora seis novos indicadores tem um plano passou a ter 29
1907 indicadores para água e esgoto e resíduos, drenagem e gestão, e então mais um
1908 indicador para água, mais três para resíduo um mais um indicador de drenagem
1909 que a gente só tinha um na versão original e mais um indicador de gestão que agora
1910 são cinco. Esse é o quadro de metas com algumas apenas, dos indicadores então
1911 só trouxe para ilustrar a gente tem ali no caso por exemplo do esgoto que é o
1912 percentual de domicílios urbanos e rurais serviços de rede coletora ou fossa séptica
1913 que é o atendimento adequado né, a gente tá de 2017 com percentual de 73,6%
1914 para chegar em 23 com 80,5 e 33 92% ou seja neste cenário a gente não
1915 universaliza, mas avançamos bastante, a necessidade de investimentos, já é o
1916 número conhecido por todos temos o previsão de 600 bilhões de reais para todos
1917 os componentes no primeiro período 19 a 23 um total de 112 bilhões de reais e ali
1918 embaixo o percentual previsto para os agentes Federais e para os outros agentes,
1919 na verdade houve uma inversão em relação a versão original que era 60/40, então
1920 responda do nosso contexto de crise fiscal a gente tem agora uma previsão de 40%
1921 pelos agentes Federais e o restante para os outros agentes que são os próprios,
1922 estados municípios e prestadores de serviços e organismos internacionais no

1923 privado então a gente entende tem que ser uma somatória de esforços porque só
1924 o governo federal sozinho não vai conseguir, no caso das estratégias também uma
1925 redução de 137 para 87 pelos mesmos motivos que eu falei das diretrizes e a gente
1926 aprimorou um pouco mais estratégias fazendo uma associação delas com os OD'S
1927 e foi feito um trabalho de priorização para orientar os entes na implementação,
1928 então a gente tem aqui um exemplo desse quadro é só um pedaço, do quadro de
1929 87 estratégias e que nós temos ali aquelas estrelas que indicam a prioridade no
1930 caso da Estratégia B3 mais prioritário 3 estrelas e associada ali ao objetivo, a meta
1931 6.1 do OD'S. Os programas são previstos três programas o Saneamento Básicos
1932 Integrado é o primeiro deles, O Programa 2 ao saneamento que agora Funasa
1933 detalhou e passou a se chamar saneamento Brasil, Programa Saneamento Brasil
1934 Rural que é um programa dois do PLANSAB que a atuação no rural e o programa
1935 3 que é estruturante com as Ações de Gestão e capacitação etc. Então é o plano
1936 trabalha com esses três programas, para materializar todo esse esforço, diretrizes
1937 estratégicas e de metas que eu mencionei, por fim no capítulo 10 é trabalhado o
1938 monitoramento e avaliação do plano, nós temos análise também por força
1939 normativa uma avaliação anual do plano, então nós avaliamos os indicadores
1940 principais, o avanço das metas, as estratégias, temos um conjunto de indicadores
1941 auxiliares que ajudam e complementam a análise dos indicadores principais
1942 análise dos cenários presente para a gente analisar se estamos naquele cenário 2
1943 projetado você sente saiu do dois foi para um outro três então é feito esse trabalho
1944 e também a avaliação dos programas. Os relatórios já publicados estão disponíveis
1945 no site do ministério e a gente está no momento de elaboração do relatório de
1946 avaliação de 2018 que é um relatório novo também com mais gráfico, mais visual,
1947 mais acessível, que vai ser lançado em fevereiro do próximo ano, tivemos então na
1948 fase de consulta pública duas audiências nas audiências e consultas públicas foram
1949 duas audiências em março deste ano uma no auditório do ministério uma outra no
1950 Instituto serzedello Corrêa que contou com transmissão via streaming ampliando a
1951 possibilidade de participação de todos e nesse momento da audiência quem tinha
1952 contribuições a fazer a gente orientou a fazer pelo formulário da consulta pública
1953 que já estava em aberto na época da audiência, então foram 2.653 emendas ou
1954 seja um número bastante expressivo de contribuições nós recebemos, essas
1955 emendas foram analisadas uma a uma pela equipe responsável pela revisão do
1956 PLANSAB e elas constam de um relatório que tem toda a justificativa individual

1957 para cada emenda está disponível também no site do ministério, nesse rol todo
1958 tivemos 39% das emendas acatadas ou acatadas parcialmente, essas emendas
1959 foram incorporadas no documento que já constam desta versão que foi
1960 encaminhada aqui para o CONSIGO e para finalizar voltando lá na questão do
1961 passo a passo das fases, o CNS já aprovou em agosto o plano revisado e a gente
1962 então tem apreciação no CONAMA, CNRH aguardando para ser depois
1963 encaminhado para as próximas fases, para o CNDU e depois para o Ministro, então
1964 a gente só reforça a importância dessa aprovação porque o PLANSAB é um
1965 instrumento que orienta o planejamento de ações do setor nível Nacional. Ele
1966 aguarda essa versão revisada para ser disponibilizada para esses outros gestores,
1967 a versão do relatório que nós estamos elaborando está toda embasada nessa
1968 versão revisada, então já vai nessa ficar pronta em fevereiro, mas a gente precisa
1969 ainda está aprovação do documento original, do documento principal e também
1970 porque o plano ele também tem que estar alinhado com outras políticas setoriais
1971 então resíduos sólidos, recursos hídricos, o próprio planos do PNRH, então a
1972 gente precisa desse instrumento também já aprovado para poder ser
1973 disponibilizado, a equipe da secretaria então está à disposição dos conselheiros
1974 oportunamente para poder esclarecer alguma dúvida, e o documento então já foi
1975 disponibilizado deve ser encaminhado para todos e nós agradecemos muito esse
1976 espaço aqui para fazer essa breve explanação para deixar mais claro em linhas
1977 gerais o conteúdo da revisão PLANSAB. Muito obrigado e boa tarde.

1978

1979 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
1980 **do CNRH)** - Obrigado Rogério, parabéns pela apresentação muito boa, o
1981 PLANSAB, a gente sabe da importância aqui, o relatório para o conselho, a
1982 necessidade de que a gente faça essa aprovação o mais rápido possível claro que
1983 se depender de uma análise técnica então aqui foi mais uma apresentação nossos
1984 comentários faremos aqui é sobre apresentação se alguém tiver alguma
1985 contribuição, esclarecimento, mas a apreciação do PLANSAB virar só depois que
1986 a Câmara Técnica de Planejamento fizer uma análise subsidiar o Conselho para
1987 deliberação. Então hoje foi apenas realmente apresentação do plano. Dito isso
1988 coloco aqui à disposição microfone alguém que queira comentar, contribuir,
1989 alguém. Por gentileza.

1990

1991 **Senhora Célia Rennó (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
1992 **Ambiental)** - Bem a gente tem trabalhado com o Mistério em todos os planos,
1993 trabalhar também, contribuindo com a nova política que tá se desenhando aí e a
1994 gente pretende também aqui nesse Conselho, contribuir com essas ações de
1995 saneamento, então a gente se coloca à disposição para trabalhar na Câmara para
1996 trazer as nossas contribuições efetivas e já vem sendo feitas em diversos foros.
1997 Muito obrigado.

1998

1999 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2000 **do CNRH)** - Agradeço alguém mais? Fernanda

2001

2002 **Senhora Fernanda Gomes Pereira (Pernambuco)** - Só um comentário que
2003 percebi que na apresentação não foi abordado, mas acho que foi muito pertinente
2004 dentro do tema é a questão do reuso, se o reuso da água é tratada no PLANSAB a
2005 gente tem certa dificuldade de implementar a técnica do reuso essa tecnologia
2006 enfim. Já países que superam os 50% do uso da água através da reutilização, então
2007 eu acho que isso é um tema importante pra gente considerará no momento
2008 oportuno, claro e não queria deixar de comentar. Obrigada.

2009

2010 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2011 **do CNRH)** - Algum outro comentário?

2012

2013 **Senhor Aristeu de Oliveira Junior (Ministério da Saúde, Conselheiro e**
2014 **Suplente)** - Olá boa tarde eu sou Aristeu do Ministério da Saúde, Conselheiro e
2015 suplente. A minha pergunta bem direta como é que foram essa discussão da
2016 questão de harmonizar o alcance das metas no prazo que o PLANSAB alcança
2017 2033 e com essa convergência as ODS que tenho 2030 como é que tá sendo
2018 encaminhada a discussão nesse sentido, se nós vamos ter esses 3 anos a mais
2019 ou vamos trabalhar na lógica da universalização do saneamento nos quatro eixos
2020 se possível já o mais breve possível não prorrogar por mais três anos.

2021

2022 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2023 **do CNRH)** - Alguém mais outro algum comentário, contribuição. Não. Rogério você
2024 me ajuda a contribuir. Com relação ao Ministério da saúde vou responder ele

2025 primeiro o que está sendo desenhado realmente em 2033 planos, ele é um
2026 indicador da ONU Mundial que avalia a situação cada nação participante,
2027 integrantes da ONU, mas o nosso normativo interno ele é preponderante, assim
2028 todo o trabalho de planejamento está sendo feito para 2033 inclusive o Marco legal
2029 do saneamento que se tudo correr bem a sessão que vai abrir daqui a pouco vai
2030 ser bem sucedida a gente sabe que é um assunto muito delicado especialmente
2031 para os Estados, mas é que eu vou colocar minha opinião pessoal como Ministro
2032 responsável pela política de saneamento que o deputado Geninho ouviu, fez
2033 alterações no texto para principalmente entender que há uma diferença grande
2034 entre companhias exitosas, eficientes, e de qualidade daquelas que não são, não,
2035 o projeto hoje não tem o objetivo de acabar com as Companhias Estaduais de
2036 Saneamento. Na verdade tem o objetivo de fazer com que aquelas companhias que
2037 vão aderir as metas e indicadores e que tem condição de entregar o serviço
2038 permaneço e aquelas que não têm desapareça, objetivo básico é esse a gente quer
2039 a independência se for privado ou público que entregue e presta o serviço e atingir
2040 as metas até 2033, então todo o normativo que foi trabalhado em várias mãos aí,
2041 economia, Casa Civil e MDR e Congresso foi nesse sentido que a gente
2042 conseguisse realmente separar o joio do trigo colocasse prestadores públicos bons
2043 permanecessem prestadores privados bons permanecessem tanto um quanto o
2044 outro que não fossem bons que não prestação serviço saíssem da prestação,
2045 saísse do mercado esse objetivo, mas entendo que a meta é a de 2033, não é
2046 Rogério. Em relação a pergunta Fernanda eu não sei se tem um indicador
2047 específico no PLANSAB para reuso sei que são vários, mas aí eu peço ajuda.

2048

2049 **Rogério Borges Marques (Assistente da Coord.-Geral de Planejamento e**
2050 **Regulação/SNS/MDR)** - A gente tem Fernanda, no rol daquelas 87 estratégias que
2051 eu mencionei, tem as estratégias que orientam para o reuso é não temos um
2052 indicador ainda que seja específico para o reuso, mas está previsto o incentivo às
2053 ações de reuso naquele rol, procurei aqui, mas não vou saber agora de cor qual é
2054 das 87, mas está contemplado ali.

2055

2056 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2057 **do CNRH)** - Mas acho que vale o alerta e ressaltar isso porque é importantíssimo.

2058

2059 **Sr.^a não identificada** - Só complementando aqui que no documento tem um
2060 indicador de reuso.

2061

2062 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2063 **do CNRH)** - A gente vai olhar isso com cuidado eu acho que o reuso é um caminho
2064 a gente principalmente em regiões mais áridas como Nordeste não dá para gente
2065 ficar jogando fora água não só contaminam nossos Rios, mas também não
2066 aproveitando esse recurso hídrico que é tão raro e escasso, então o reuso é uma
2067 política que temos que defender principalmente nas regiões mais áridas. Senhores
2068 alguém mais. Vanderlei.

2069

2070 **Senhor Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de**
2071 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário)** - Eu queria enfatizar
2072 à importância do uso racional, mesmo na linha da colega no uso racional
2073 envolvimento da sociedade parece uma coisa supérflua, mas eu posso lhe dizer
2074 que na crise de 14, 15 e um pedaço de 16 nós conseguimos com envolvimento da
2075 sociedade na economia de 10.000 mil litros por segundo no período é quase o que
2076 nós conseguimos com as obras emergenciais, então eu acho que vale a pena a
2077 gente voltar os olhos análise da câmara porque nós como disse o ministro nós
2078 estamos aqui atuando pelo cidadão e eu acho que é mais importante não é fazer
2079 esse elemento só com obra é fazer saneamento para as pessoas envolvimento das
2080 pessoas e da sociedade no alinhamento do uso racional estou lhe dizendo sem
2081 medo de errar depois que terminou a crise hídrica na região metropolitana de São
2082 Paulo que utilizava a 74 mil litros por segundo, acabou a crise, eles voltaram
2083 utilizar 64 e não 74 foi um dos vetores importantíssimos para a gente ultrapassar
2084 aquele vendaval, então acho que vale a pena voltar os olhos para isso, não digo
2085 que não seja uma novidade, mas na linha da colega o reuso e o uso de incluindo
2086 o nosso jargão uso racional e envolvimento da sociedade, para que ela utilize bem
2087 aquilo que a gente disponibiliza, então eu só queria fazer esse lembrete para que
2088 na hora que a Câmara pudesse analisar para gente voltar na próxima reunião, se
2089 entendi foi isso, presidente que a gente tivesse uma pitadinha desse assunto não
2090 vai fazer mal para ninguém mas nos ajuda a sinalizar para a população e para a
2091 sociedade que também estamos atentos ao cidadão.

2092

2093 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2094 **do CNRH)** - Agradeço muito Wanderley. Peço às respectivas que coloque isso essa
2095 recomendação tanto o reuso quanto à questão do uso racional para que a câmara
2096 leve isso em consideração quando da análise muito bem colocado. Obrigado!

2097

2098 **Senhor Jefferson Nascimento de Oliveira (Representante das Avaliações**
2099 **Técnicas de Ensino e Pesquisa da UNESP)** - É só para colocar aqui para os
2100 novos membros deste Conselho que já foram feitas três Oficinas nesse Conselho,
2101 na Câmara Técnica de Tecnologia sobre primeiro uso racional e reuso, uma sobre
2102 o uso racional e reuso na indústria depois na agricultura e no ambiente doméstico
2103 certo, isso foi pautado isso foi desenvolvido e temos um relatório salvo engano
2104 minha Roseli pode me corrigir sobre exatamente isso, esse assunto foi
2105 pautado desde 2007 seu ministro, com esse tema o uso racional primeiro e reuso,
2106 e aí realmente você tem toda a questão de análise de perdas dos municípios não
2107 é porque nós temos hoje uma perda de 32% ou até muito mais em alguns
2108 municípios, então é assim talvez não faça a reinvenção da roda, mas observamos
2109 o que é essa rota já foi feita, assim essa tecnologia, as Universidades, as zonas de
2110 ações técnicas já desenvolveram trabalhos a respeito disso, resgatar isso junto
2111 com a Agência também que tem vários manuais sobre o uso racional e o reuso da
2112 água para que possamos realmente implementar isso no país, fora isso também
2113 contamos com seu apoio Ministro para politicamente verificarmos quais são as leis
2114 das gerações que estão tramitando do Congresso, salvo engano o meu existem
2115 mais ou menos cinco ou mais leis a respeito disso e o assunto sempre volta a tona
2116 quando temos crises, a gente tem que realmente fazer o que é segurança hídrica e
2117 o guardar para podemos usar isso depois não simplesmente nós nos atermos numa
2118 situação de emergência, então eu gostaria de colocar aqui para os colegas que já
2119 foi pautado que deve ser retomado neste novo Conselho, agora para que temos
2120 um desenvolvimento maior e uma implementação real de leis e diretrizes para o
2121 uso racional e reuso. Muito obrigado.

2122

2123 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2124 **do CNRH)** - Muito obrigado, alguém mais? Encerrado as contribuições. Agradeço
2125 a todos os conselheiros que contribuíram, acho que é essencial isso e como
2126 indicação aqui também para o encaminhamento para Câmara Técnica de

2127 Planejamento e Articulação que faça esse resgate do que foi trabalhado na Câmara
2128 de Ciência e Tecnologia para que a gente possa não refazer todo o trabalho que
2129 já foi executado e aproveitar, e de fato que vem o material aqui para o Conselho
2130 que quando apreciação do PLANSAB, a gente tenha indicativos, justamente para
2131 mandar para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano essas contribuições
2132 que lá mais ainda esse tema é muito sensível, reuso, uso racional de resíduos a
2133 questão do desenvolvimento urbano está muito ligada ao aproveitamento de
2134 recursos naturais de maneira sustentável porque a gente sabe que se não fizermos
2135 dessa maneira todos os passaremos necessidades no futuro não adianta ter
2136 dinheiro se uma classe social mais alta porque se faltar água, se todos os rios
2137 tiverem contaminados, todo mundo vai pagar o preço, então a gente tem que
2138 começar a trabalhar esse conceito na cabeça que o poder, o financeiro não resolve
2139 tudo na natureza tem seus limitadores ou a sociedade inteira trabalha para isso ou
2140 nós teremos problemas muito sérios no futuro mesmo sendo ricos ou não, países
2141 milionários ou países pobres passaram pelas mesmas necessidades para evoluir.
2142 Aqui é só a informação o documento vai ser encaminhado para a Câmara Técnica
2143 de planejamento é articulação e vamos aqui para o último item da pauta é **Item 8**,
2144 um item muito caro ao Ministério do Desenvolvimento Regional, especialmente para
2145 o Nordeste, que é justamente a prorrogação do prazo para início da operação
2146 comercial do projeto integração São Francisco. Em virtude de algumas
2147 condicionantes e problemas que aconteceram isso já passou pela ANA, mas a ANA
2148 pediu aqui oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, então eu peço aqui
2149 ao nosso representante do MDR, o Rafael Silveira, que faça uma breve explanação.
2150 Está todo mundo com fome já, mas que deixe claro nosso recado e principalmente
2151 a que eu já peço minhas sinceras escusas porque isso ainda não aconteceu, ao
2152 final da apresentação a gente faz alguns comentários. Mas o fato é que o ministério
2153 está imbuído desde o início, em conjunto com os estados beneficiados para que a
2154 gente possa o quanto antes iniciar sua operação comercial, pré-operação já deu o
2155 que tinha que dar, Marcelo, vamos fazer esses dois eixos funcionarem de acordo,
2156 entregarem a água, projeto emblemático mais de 10 bilhões, 11 bilhões investidos,
2157 12 anos de execução vai trazer o benefício para milhões de pessoas esperado de
2158 todos da região Nordeste uma obra de estado muito mais que de governo a gente
2159 sabe disso é uma continuidade é um compromisso e que vai trazer um benefício
2160 tremendo. Quem já visitou a transposição do São Francisco? Aos Conselheiros que

2161 queiram podem se manifestar a gente faz questão é uma obra magnífica,
2162 lindíssima, você ver um rio cortando o sertão nordestino é algo que emociona o
2163 coração é realmente difícil você ver aquela região tão árida que só tem bode, cabra
2164 e os arbustos com pessoas vivendo e sobrevivendo. Euclides da Cunha não estava
2165 errado quando falou que o sertanejo e antes de tudo um forte, quem conhece a
2166 região, eu tive oportunidade de ver o que é o sertão nordestino é muito difícil
2167 sobreviver, naquelas condições. Então a transposição é algo essencial e que a
2168 gente defende aqui com unhas e dentes, defenderemos sempre. Mas precisamos
2169 aqui do apoio dos senhores para que nos dê mais esse prazo, para que a gente
2170 possa realmente passar essa operação e ter o início da operação comercial com
2171 todas as restrições e todas as garantias que existem, mais lutando para que isso
2172 seja modico aos estados, o qual os estados o Presidente Bolsonaro com a
2173 autorização do leilão foi nesse sentido, a gente sabe que a tarifa tá muito alta, a
2174 gente quer reduzir essa tarifa para preço que fica (in)compatível com sistemas
2175 pressurizados. Por isso está tendo todo um trabalho junto de concessão para que
2176 a gente, nem sabia o que é responsabilidade dos Estados pagar essa conta, mas
2177 a gente quer que seja uma conta também que caiba no bolso dos cidadãos dos
2178 Estados beneficiados, então trabalho está sendo conjunto. Aproveito agradeço aqui
2179 os representantes do Nordeste e transmitam aos respectivos governadores o meu
2180 apreço pela gentileza que eles trataram o tema, pela sempre cordialidade parceria
2181 e o espírito muito republicano em tratar essa obra que todos nós aqui temos a
2182 consciência que é uma obra de estado em nenhum momento o governo atual quis
2183 trazer para si os louros dessa obra. O que a gente quer é ser mais uma parte da
2184 concretude da entrega dessa obra. Dito isso Rafael, apresente nossas justificativas,
2185 convença nosso Conselho para nos dar mais esses seis meses de prazo. Obrigado!

2186

2187 **Senhor Rafael Silveira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Boa tarde
2188 a todos, primeiro cumprimentar toda a mesa, ao senhor Ministro do Estado Gustavo
2189 Canuto, Senhora Cristiane Dias Presidente da ANA, Senhor Secretário Marcelo
2190 Borges, senhor Secretário Executivo Mauro Biancamano, a todos os presentes e a
2191 todos os membros do Conselho. Eu prometo Ministro ser bastante objetivo, que a
2192 nossa intenção é uma apresentação bem simples que apresente nossos motivos,
2193 os motivos para ampliação de 6 meses para o prazo de outorga, mas vou tentar ser
2194 breve também. Primeiro queria apresentar para vocês aqui o nosso

2195 empreendimento, são os eixos norte, o eixo leste para quem não é familiarizado,
2196 são 477 quilômetros de canais, 4 turbo, quatro túneis com 23 km de extensão, 14
2197 atributos, 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 9 Estações e 9 sustações
2198 e 270 linhas de transmissão, isso só mostra o tamanho do nosso desafio o quanto
2199 que o porquê que essa hora vem se alongando a tanto tempo, hoje ela é dividida
2200 em 6 lotes o eixo Norte dividido em meta, 1 Norte meta 2 Norte, meta 3 Norte, 2
2201 e 3 nortes, já em conclusão e a gente tá com o desafio de determinar meta 1 norte,
2202 no eixo Leste como o Ministro já falou já está em fase de pré-operação e já está
2203 apto para fornecer a água para o que foi destinado, sobre o eixo leste ele já está
2204 em fase de operação desde 2017 e ainda estamos com as fases de testes. O
2205 Caminho das Águas já está apto para o abastecimento, nós tivemos um problema
2206 com a rescisão contratual da construtora responsável pela meta 1, 2, 3 leste, que
2207 hoje abandonou a obra, nós fizemos já todos os levantamentos dos serviços
2208 remanescentes e já estamos pronto para fazer licitação e essa licitação deve entrar
2209 na praça no início de 2020, sobre o nosso grande encaço do eixo leste que foi a
2210 barragem de Cacimba Nova como todos devem a quem é mais familiarizado o
2211 sobre o assunto já deve estar sabendo, nós tivemos um problema em 2017 pelo
2212 problema de nós temos que abastecer Campina Grande de forma emergencial,
2213 tivemos um problema de Taipe na região de Cacimba Nova, nós fizemos uma
2214 situação emergencial, com o fim do problema de Campina Nova de Cacimba Nova,
2215 vimos que a jusante da barragem gente não consegui medir o quanto que estava
2216 sendo percolado por debaixo da água, por debaixo da barragem, então
2217 declaramos a barragem situação de emergência e tivemos que parar operação
2218 com a paralisação da operação fizemos a drenagem de toda a jusante da barragem
2219 como pode ver ali de hoje como está e conseguimos medir a vazão e colocamos
2220 ela no plano a situação de atenção, mas hoje conseguimos trabalhar hoje a
2221 operação dela no nível operacional numa pressão nível com medição de área de
2222 qual percolação para ver que a gente não perceba que há aumento das vazões
2223 percolados conseguimos fazer a operação. Já está em pregão eletrônico para
2224 contratação para a sondagem para a gente ter certeza à sondagem da fundação
2225 para a gente ter certeza qual é o diagnóstico elaboração do projeto de intervenção
2226 para que ela possa operar de forma normal. Sobre o eixo norte temos 97 e 38
2227 execuções físicas e temos um atraso na contratação da Metro norte, nós tivemos
2228 um abandono da Empreiteira também no início de 2017 fizemos a nova contratação

2229 de emergência, e as outras contratadas que assumiram trecho também foram
2230 abandonando e hoje nós estamos com uma contratada que começou a pouco mais
2231 de dois anos e executando a Metro norte, durante a Metro norte mesma não acho
2232 que nós tivemos um problema no dique Negreiros da percolação foi muito acima do
2233 esperado e tivemos que fazer a paralisação de toda obra e esforçar todos os
2234 esforços para que a gente resolva esse problema do dique Negreiros isso causou
2235 um atraso na entrega, fazemos a injeção de calda de cimento, até que a gente
2236 conseguisse hoje a percolação abaixo do esperado que a situação atual, em 22 de
2237 novembro nós conseguimos encher o reservatório do Negreiro, já conseguiu vê
2238 nas fotos o DIG NEGREIRO, já está em operação e conseguimos encher o
2239 reservatório NEGREIRO com a finalização do enchimento do reservatório
2240 Negreiros para 22 do 12, o reservatório Negreiro já é depois da estação de
2241 bombeamento do 3 do eixo norte e agora a água só desce por gravidade . O que
2242 traz uma grande esperança para gente que a gente consiga chegar com água em
2243 Jati e março de 2020. O único ponto preocupante para gente hoje é no
2244 desemboque do túnel milagre chegando noturno Milagres existe uma situação que
2245 o terreno é muito frágil e não foi possível fazer canal estão fazendo na galeria, com
2246 a previsão feita, entregue pela contratada hoje é para o dia 29 de Janeiro de 2020,
2247 bom para o início da operação comercial são necessários foram exigidos os
2248 seguintes requisitos A emissão da licença de operação que já temos desde 2018,
2249 o Ibama concedeu a licitação a licença de operação 14/64, aprovação do plano de
2250 gestão anual que é o PGA, os estados beneficiados apresentaram seus planos de
2251 operações anuais que entregaram para Codevasf que hoje na resolução é como é
2252 tida como a operadora, estão se separando seus pais estão liberados pela para
2253 aprovação do PGA, os medidores os principais pontos de entrega já estão
2254 funcionando já tem os medidores funcionando, a conexão do sistema de
2255 automação dos medidores está contratada mas a gente tem um receio de fazer
2256 instalação devido ao problema de segurança na região, a gente tem medo que a
2257 gente coloque o sistema de acumulação e sem a vigilância adequada a gente
2258 possa perder esses Sistemas de Automação e a gente já começou a trabalhar o
2259 sistema de operação de sistema de aferição dos medidores eletrônicos para os
2260 pequenas captações. Estamos também dependendo da assinatura do contrato de
2261 prestação de serviço de adição que esse a conversão que está sendo conversado
2262 com os estados via câmara de consideração da AGU. Sobre a conciliações as

2263 negociações foram bastante exaustivas desde 2016 até 2018 e sobre os modelos
2264 como fazer o pagamento e as garantias para tratar. Como não conseguimos
2265 avançar nessa consideração para tratar um ambiente formal a gente foi proposta
2266 aos Estados instalar uma Câmara de Conciliação no âmbito da AGU, em 2019 essa
2267 Câmara foi instalada em outubro foram negociadas as propostas finais e
2268 atualmente as estão em análise jurídica com expectativa de realização de
2269 assinatura contrato, ainda em dezembro deste ano. O nosso pedido de
2270 condicionante, ela se estendeu um pouco porque sempre estamos nossa diretriz
2271 para a execução das obras da transposição do São Francisco, sempre foram
2272 baseados na parte de segurança, sempre preocupado com a segurança do nosso
2273 empreendimento e da manutenção da vida, então a gente até poderia ter condições
2274 de acelerar essa obra para que a gente conseguisse hoje, conseguir operação.
2275 Mas a nossa preocupação não é essa, mas preocupação que ela seja feita ficou
2276 boa prática de Engenharia para que a gente possa ter uma decisão responsável,
2277 por isso que a gente pede a solicitação da prorrogação da data limite por mais seis
2278 meses era isso que eu tinha a dizer, obrigado.

2279

2280 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2281 **do CNRH)** – Obrigado, Rafael. O representante da ANA que fazer uma
2282 manifestação sobre a nota técnica. Não. OK! Então isso é só para dizer que a ANA
2283 fez uma análise, ela prorrogou, e pediu a oitiva aqui do Conselho. Os Conselheiros
2284 têm oportunidade de falar se manifestar a respeito, a gente vai fazer a transcrição
2285 da manifestação e encaminhar ANA e ANA com as transcrições, tomar-se o que
2286 julgar procedente ai faz as mudanças que julgar pertinentes, então eu abro a
2287 palavra para os Conselheiros que não se manifestar sobre esse pedido de
2288 prorrogação, contribuir, OK. Por gentileza.

2289

2290 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia- MME)** – O
2291 processo de conciliação em principio vai até agora dezembro, é prudente você ter
2292 a prorrogação, caso isso não tenha alguma intercorrência, mas eu fiquei na dúvida
2293 sobre a licença de operação do eixo norte, tem previsão ou isso é um limitador para
2294 ter a operação ou não?

2295

2296 **Senhor Rafael Silveira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - A gente
2297 conseguiu a do eixo leste, a do eixo norte, eu posso te passar depois Pompermayer.

2298

2299 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia- ME)** – Mas
2300 isso é um limitador para a gente ter a operação?

2301

2302 **Senhor Rafael Silveira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Como é um
2303 requisito para a operação ter a licença de operação.

2304

2305 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia- MME)** – E
2306 para o contrato, que o caminho das águas do Norte já também está previsto para
2307 março, abril, alguma coisa?

2308

2309 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente
2310 do CNRH)** – Sim, a operação do Norte ainda depende, tem que terminar a obra
2311 civil, tem que chegar água, tem algumas questões para ser finalizadas, a previsão
2312 que continua para os representantes do Ceará é que chegue a água no
2313 reservatório, jatinho em março e já derive a água para o cinturão das águas Ceará
2314 ainda em março, tá doutor Marcelo, não esqueça disso e março para chegar e
2315 derivar esse é o cronograma, mas objetivo aqui principal e a gente precisa a ANA,
2316 ela reviu a posicionamento é uma apresentação de ser slides que queria apresentar
2317 aqui para gente para o conselho para saber então quem vai apresentar é o próprio
2318 Rodrigo, o André , fica à vontade, mas eu vou fazer um comentário no final sobre
2319 essa questão da operação comercial em relação ao que está na AGU, e os estados
2320 só queria que finalizasse para a gente fazer esse..

2321

2322 **Sr. não identificado** – A dúvida e que precise de 6 meses mesmo, se não pode
2323 ser um prazo menor.

2324

2325 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente
2326 do CNRH)** - Eu acho difícil porque a gente precisa não só disso, precisa também
2327 da assinatura com os estados e precisa que o contrato de operação da Codevasf
2328 finalize para a gente poder começar de fato a operar, até onde eu sei o nosso
2329 contrato de pré-operação a gente não poderia aproveitá-lo, a gente precisa dessa

2330 condicionante dupla. Tem o problema burocrático que nós estamos finalizando,
2331 mas eu quero crer que os estados farão isso no final deste ano, que a gente resolve
2332 a questão dos contratos aí depois uma questão prática da prestação de serviços
2333 de operação após entrada para (...) eu acho que é salutar e prudente a gente fazer
2334 isso, mas a busca aí falando dela igual a economia é mais rápido possível tirar isso
2335 do colo da viúva tirar isso do colo da União e repassar para os Estados o pagamento
2336 gradual conforme acordado lá na Câmara. Fica tranquilo, compartilhamos da
2337 mesma intenção. Por favor, André.

2338

2339 **Senhor André C. M. Onzi (Agência Nacional de Águas- ANA)** - Boa tarde a
2340 todos! a gente vai passar o posicionamento da ANA quanto essa prorrogação do
2341 pedido de prorrogação da condicionante, rapidamente porque já foi discutido aqui
2342 o próprio ministro também já expôs. Só para lembrar aqui a gente tá tratando da
2343 outorga 411/2005 e foi dado para o PISF lá atrás da gente não tá discutindo outorga
2344 em si, a gente tá discutindo simplesmente a prorrogação do prazo da condicionante
2345 e isso lembrando rapidamente das características, a outorga tem prazo de validade
2346 de 20 anos e ela tem a vazão firme de 26.4 metros por segundo que isso é demanda
2347 projetada para 2025 e ela pode também pode captar até 114.3 metros cúbicos por
2348 segundo, então a condicionante que a gente tá discutindo aqui hoje seria a
2349 condicionante 3 do artigo 4º que é o início da operação da primeira fase, ela deve
2350 valer até seis anos da primeira fase do empreendimento contados da data de
2351 publicação. Mas antes de discutir ela, eu gostaria de lembrar essa condicionante
2352 4ª que ela é muito importante, porque ela fala que a implementação, o início da
2353 operação da cobrança da água bruta, tanto no âmbito da União dos Estados, tem
2354 que ter o instrumento de cobrança implementado pois bem, aqui é um pequeno
2355 histórico dessa condicionante. A outorga foi emitida lá em 2005 com validade e ela
2356 já teve cinco prorrogações certo sempre baseada na Lei Federal 9984 de 2005 no
2357 seu artigo 5º, inciso 2º onde a gente considera o porte e a importância social e
2358 econômica do empreendimento sempre ouvido o CNRH, portanto nós já estivemos
2359 aqui cinco vezes essa é a sexta vez que a gente vem fazer essa alteração de
2360 validade da outorga. Esse sexto pedido de alteração aí está baseado
2361 principalmente, como nosso colega do MDR já falou, quanto a não conformidade
2362 na barragem Cacimba Nova e baseado, como eu já falei, sobre o porte, importância
2363 social econômica e diante dos avanços da tratativa da Câmara de Conciliação e

2364 Arbitragem para assinatura do contrato de gestão dos custos, então Agência
2365 Nacional de Águas, ela mostra-se favorável essa prorrogação até o dia 31/07/ 2020,
2366 basicamente seria só isso como já foi falado.

2367

2368 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2369 **do CNRH)** - Agradeço ao André, fiquei preocupado, aí você vai me complicar a
2370 vida, dessas cinco vezes a gente não estava aqui ainda, então vou deixar claro que
2371 a primeira vez que eu peço para o Conselho essa oitiva, mas vamos continuar aqui.
2372 Algum Conselheiro que se pronunciar se manifestar por gentileza.

2373

2374 **Senhor Ramon Flávio Gomes Rodrigues (Representante do CERH Ceará)** - A
2375 minha intervenção é para pedir aos conselheiros que não conhecem a realidade do
2376 Nordeste, da importância dessa obra nós temos certeza que o tal governo não está
2377 muito imbuído em terminar essa obra o mais rápido possível. Por uma questão de
2378 operação nós precisamos que essa água chegue na hora que esteja chovendo até
2379 porque para o caso do Ceará para essa água chegar ao Castanhão, que é o
2380 principal reservatório de abastecimento do Estado, ela percorre uma boa parte 53
2381 km no (...) que é uma obra também financiada com recurso no Desenvolvimento
2382 Regional Federal que a gente está correndo para colocar em condição de receber
2383 essa água ele hoje já passa água militar operacional nós estamos fazendo as
2384 proteções, inclusive agradecer ao Ministro e ao Secretário Marcelo, ao governo
2385 federal pela liberação de recursos recentes e a gente tá correndo com isso mas, a
2386 gente tem um grande trecho para aquecer água chegue no Castanhão a fio da água
2387 ou seja transportado através dos rios e se essa água foi transportada na época
2388 seca na época que não tá chovendo ela desaparece, seja uma parte por
2389 evaporação, uma parte para uma grande infiltração e uma parte por utilização
2390 mesmo, que você veja a água passando na sua porta, você não vai deixar de usar,
2391 então a gente tá precisando que essa água chegue agora para que a gente possa
2392 recebê-la. E dizer que é fundamental essa prorrogação e eu sou um daqueles
2393 antigos aqui como o Paulo colocou e acompanhei essas prorrogações e todas
2394 foram suas motivações necessárias, nós sabemos que uma obra desse tamanho
2395 ela tem seus problemas, nós tivemos alguns problemas aí com essas empresas
2396 que saíram dessa obra e fica só como a gente diz no jargão da construção fica só
2397 o osso e para gente dimensionar esse osso e ver quem tem interesse de terminar

2398 esse osso é mais difícil tenho acompanhado o trabalho que o ministério vem
2399 fazendo através da Secretaria de Nacional de Segurança Hídrica e eu queria pedir
2400 a compreensão dos outros conselheiros que analisassem essa solicitação com
2401 muito carinho porque ela é fundamental para o abastecimento de uma população
2402 que vem sofrendo com problemas hídricos há muito tempo e nesses últimos anos
2403 mais ainda. Eu queria deixar esse depoimento aqui, obrigado.

2404

2405 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2406 **do CNRH) –** Obrigada, Ramon Rodrigues.

2407

2408 **Sr. Porfírio Caixeta (CERH da Paraíba) -** complementando a fala de Ramon a
2409 gente do estado da Paraíba e juntamente com Pernambuco já utilizamos essa água
2410 em 10 de Abril de 2017, essa água chegou ao portal Monteiro, em 10 de Março e
2411 28 de Abril chegou ao Açude Boqueirão que estava com 2.9% na sua capacidade
2412 quase que um milhão de pessoas entrariam em colapso, a gente sabe da
2413 importância dessa obra e o que o ministério fez para que essa água chegasse
2414 em Março inclusive esses problemas que está ocorrendo no eixo leste podem ter
2415 sido ocasionado exatamente pela presteza do MDR de ter feito esse adiantamento
2416 do Caminho das Águas para liberar a transposição e também aqui registrar eu estou
2417 desde o início de 2006, quando começou a negociação com os estados a gente vê
2418 a abordagem diferente nesse novo modelo aqui com o ministro e também com a
2419 AGU, foi outra abordagem você passa 2 anos a gente praticamente avançou e de
2420 abril para outubro finalizamos quase 100% do acordo, então essa prorrogação é
2421 muito importante a gente vê o esforço do MDR, os quatro Estados já tá faltando
2422 como prova apresentação de si só a questão da parte das PGES, mais todo o
2423 acordo já foi praticamente modulado e só deixar assim mesmo a essa nova
2424 abordagem que foi que aconteceu para que houvesse o destravamento das
2425 negociações, ouvir por parte do governo federal a compreensão de que esse
2426 projeto não podia ser colocado de uma vez só e eu acho também que houve a
2427 compreensão dos quatro estados que os quatro Estados não tomarem as aula para
2428 ser é só para ver se acabar tem uns quatro estados, se os 4 estados não tomarem
2429 essa obras para si, essas obras vão se acabar, então os 4 estados que são e são
2430 os mais beneficiados, eles realmente tiveram interação muito boa e a gente

2431 também faz como o Ramon a gente pede a compreensão dos conselheiros para
2432 que conceda essa nova prorrogação.

2433

2434 **Senhora Fernandha Bastista Lafayette (Conselho Estadual de Pernambuco) -**

2435 É só um comentário, complementar na verdade que no estado de Pernambuco hoje
2436 cerca de 400 mil habitantes dependem das Águas de São Francisco, então tem as
2437 sete cidades que os reservatórios existentes colapsaram totalmente têm menos de
2438 1,5% do volume de água que não dá mais para fazer captação, então a gente pede
2439 a compreensão dos conselheiros para permitir que a aprovação seja concedida.

2440

2441 **Senhor Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de**

2442 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) -** Antecipo meu voto

2443 favorável, parabenizo a tua posição pública de assumir que é importante que nós
2444 queiramos isso, mas eu acho que a vida é uma arte de tentar cometer erros novos
2445 não os velhos e eu já participei do CNRH, estava aqui nas outras prorrogações
2446 além das questões de uma empresa abandonar, sair, quebrar que é coisa de difícil
2447 gestão, tem também a questão do arranjo institucional com os estados que você
2448 passou de uma triscada no assunto de como pagar, porque também não adianta
2449 você mandar água e arrebentar com o estado, então a minha pergunta é muito
2450 simples será que seis meses dá? Por isso que eu estou sugerindo, será que não
2451 vale a pena a gente fazer uma análise, o colega falou não dá para três meses eu
2452 acho que é muito desgastante, 5 prorrogações eu participei de algumas delas e
2453 assim, é uma pergunta muito simples é para os colegas, já de antemão estou
2454 antecipando o meu voto, favorável. Claro sem dúvida a pior obra é aquela que não
2455 termina, não tem obra que tem viabilidade econômica sem ela ter terminado, então
2456 eu acho que a gente deveria avaliar se seis meses são suficientes é um pouco
2457 diferente do colega será que não dá para fazer em menos tempo acho que nós
2458 temos que ser realista ter pé no chão e votar algo que traga benefício mesmo. Tem
2459 esse arranjo institucional entre os estados que até onde eu sei ainda tem algumas
2460 pendências a serem resolvidas, não é? Não adianta mandar água e arrebentar
2461 financeiramente o estado.

2462

2463 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2464 **do CNRH)** – Obrigado, Wanderley! Vou passar aqui para a Cristiane responder
2465 especificamente.

2466

2467 **Senhora Christianne Dias Ferreira (Diretora-Presidente da Agência Nacional**
2468 **de Águas)** - Então Wanderley, bom dia. A Agência vem acompanhando de perto
2469 essa Câmara de Conciliação da AGU e são muitas questões complexas inclusive
2470 do ponto de vista jurídico e a gente avaliou esse prazo com muita precisão. Então
2471 a gente não quis deixar um prazo muito longo justamente para não deixar questão
2472 solta, uma vez que a intenção real de os contratos virem a ser celebrados. Mas
2473 também entendemos que o prazo de três meses não é suficiente para que esse
2474 arranjo final seja feito, então o prazo de seis meses foi detalhadamente, cada dia
2475 aí, foi estudado e nos entendemos que é o prazo razoável para se fazer a
2476 prorrogação menos tempo a gente corre risco de termos do pedido de prorrogação
2477 daqui a três meses então para não correr esse risco nós vamos nessa linha aí de 6
2478 meses, tá bom.

2479

2480 **Senhor Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de**
2481 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário)** - Fico feliz de ouvir você falar
2482 isso, que houve uma calibração e não uma estimativa de seis meses, mais seis
2483 meses, mais seis meses. Desculpa está sendo claro com isso, mas eu participei
2484 das outras prorrogações.

2485

2486 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2487 **do CNRH)** - Vai ser diferente, temos que ter confiança nos Estados. Então isso vai
2488 acontecer.

2489

2490 **Senhor Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de**
2491 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário)** - Por isso fico feliz, de ouvir
2492 você dizer que houve uma calibração e se por acaso algo acontecer, mas que
2493 houve calibração então está ótimo.

2494

2495 **Senhor Jefferson Nascimento de Oliveira (Organizações Técnicas de Ensino**
2496 **e Pesquisa- OTEP)** - Minha preocupação aqui é com relação a medição

2497 dessa vazão que foi colocado aqui, externalizado pelo colega, é porque a gente
2498 vai cobrar dos Estados e tem que saber exatamente quando a gente tá cobrando,
2499 então eu solicito aí que já está na mão do MDR, acredito eu para verificar
2500 assim qual seria os melhores equipamentos com menor prejuízo porque a gente
2501 sabe que furtos haverá sempre, então tenta ver tecnologias que sejam mais
2502 adequadas certo, onde você não precisa do material humano também de forma
2503 exagerada, e para que a gente consiga realmente medir isso porque é uma
2504 preocupação que foi falado aqui, internalizado aqui se ele não tivesse a medição
2505 correta a gente pode ter furto de água, a gente pode ter uma série de situações a
2506 gente não tá esperando aí também pode cobrar indevidamente, então para sermos
2507 justos será importante uma brevidade na implementação dessa medição.

2508

2509 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2510 **do CNRH)** – Obrigado! Alguém mais? Só respondendo a entrega, tem portagem
2511 entrega que a vazão é vista nesses portais de entrega, essa é uma preocupação
2512 com os estados tem, justamente por isso que pedem que seja na época da chuva
2513 porque questão que vai cair na cara dos rios e vai na verdade molhar aquela terra
2514 e não chegar até o destino e o que a gente entregar no portal vai ser muito menos
2515 do que vai chegar lá no reservatório e armazenar, então essa é a preocupação
2516 principal. As transcrições aqui que vão ser feitas, o momento do Conselho é colocar
2517 uma posição para que a ANA pudesse, frente essas posições, verificar e se colocar
2518 na nota, fazer as alterações por sequência, então não precisa de uma votação,
2519 mais para que o senhor tivesse à oportunidade de falar e se manifestar. Quanto
2520 aos Estados, eu faço um apelo, eu fico feliz em saber que realmente perceberam a
2521 mudança de tratamento, a gente sempre teve um lado sim muito respeitoso eu acho
2522 que isso é mútuo e a gente precisa agora avançar nossa intenção é que se a gente
2523 pudesse acontecer ainda esse ano a gente faz isso e muito mais uma questão de
2524 segurança que a gente acha que essa questão dos arranjos já está alinhada. Os
2525 investimentos, eu vou ligar pessoalmente para cada um dos governadores, pedir
2526 apoio deles para que faça suas respectivas consultorias jurídicas entregue mais
2527 rápido possível. A gente sabe da necessidade do Rio Grande do Norte para o
2528 ramal da Apodi, sabe na cidade do Ceará do Salgado, sabe que tem algumas obras
2529 ainda associadas que precisam caminhar, não estamos alheios a isso, mas a
2530 dificuldade orçamentária, já assinalei isso aos governadores, o compromisso do

2531 MDR em buscar esses recursos pensar nisso a gente sabe que ela ainda não está
2532 entregue que ela está entregue parcialmente essa é uma atribuição que a União
2533 trouxe para si, que a gente quer compartilhar, nós não entregamos todos, mas
2534 entregamos parte, para Pernambuco e Paraíba já tem se beneficiado um tempo
2535 razoável dessa água que nos ajudem a pagar a conta porque isso viabiliza inclusive
2536 os investimentos nessas obras associadas, estão aí, principalmente Pernambuco
2537 e Paraíba podem ajudar que a gente consiga atender o Ceará e Rio Grande Note
2538 que esse recurso não é pouco são 300 milhões de operação e manutenção ano,
2539 vai chegar a 600 pode chegar a um bilhão muito em breve, quando os dois
2540 estiverem em operação, então qualquer ajuda qualquer milhão é bem-vindo para
2541 que a gente possa iniciar os projetos da andamento das obras, então e é um apelo
2542 aí mas os governadores receberão minha ligação em breve tem gente que é isso
2543 finalizado, que esses contratos assinados que é o contrato de operação da
2544 CODEVASF pronto e que a gente possa avançar e olhar o benefício, a gente que
2545 vê as pessoas realmente recebendo água e fico feliz que os 400 mil estejam
2546 recebendo, dependo do São Francisco mas são 12 milhões nossa meta então, é
2547 muita gente que vai se beneficiar. Dito isso eu agradeço a todos peço só que as
2548 transcrições e interesses dos conselhos que manifestaram chegue ao
2549 conhecimento da ANA. Rafael, você quer falar alguma coisa? Pois não.

2550

2551 **Senhor Rafael Silveira - (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – É só para
2552 informar Fabiano que eu pesquisei aqui à licença de operação, em operação é
2553 separado do Leste para o Norte, então agora a gente está providenciando a
2554 atualização do eixo Norte que já está com Caminho das Águas prontas e assim que
2555 o eixo norte ao eixo leste. Desculpa assim que o eixo norte estiver pronto a gente
2556 vai fazer o mesmo procedimento são obras separadas. Obrigado!

2557

2558 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2559 **do CNRH)** – Então eu aqui encerro as discussões e agradeço a todos os
2560 conselheiros, por essa manhã, a parte da tarde quem vai conduzir vai ser o
2561 secretário executivo ou no caso, o Renato não sei como é que vai ser
2562 disposto, peço que o senhores permaneça para ter *quórum*, eu acho que vocês
2563 definem que horas está previsto para voltar às 2h00 mas são 1h30min todo mundo
2564 ia sair para almoçar, então vocês alinhem eu acho que é melhor a gente definir

2565 14h30min. Os senhores estão de acordo com colocar em votação rápida aqui seus
2566 conselheiros estão satisfeitos, pode ser 14h30min, então volta às 14h30. Eu
2567 agradeço e obrigado pelo tempo aí e peço desculpas...

2568

2569 **Sr^a Maria Aparecida Vargas (ABRAGEL)** - Ministro, antes que o senhor se
2570 retire eu queria fazer um destaque, eu sou membro do Conselho Nacional desde
2571 a instalação ajudei a preparar todo o processo de instalação antiga como Paim, eu
2572 queria primeiro parabenizar sua condução hoje pela manhã com total conhecimento
2573 de toda a pauta e dos temas dessa pauta. Nesses 21 anos de governo e de CNRH
2574 é a primeira vez que a gente tem um presidente do CNRH tomando a frente do
2575 CNRH dessa forma, trazendo uma maior tranquilidade para todos nós nessa
2576 condução do CNRH. Te dar os parabéns e dizer que isso só contribui para dar um
2577 empoderamento maior para o conselho que a gente precisa. Obrigado. Parabéns!

2578

2579 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente**
2580 **do CNRH)** – Obrigado pela gentileza e obrigado a todos. Veremo-nos em março,
2581 ou antes, se precisar. Tudo de bom pessoal, bom almoço. Começaremos antes na
2582 próxima, garanto.

2583

2584 **REUNIÃO- PARTE DA TARDE.**

2585

2586 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Boa tarde a
2587 todos vamos dando sequência à nossa reunião. Então os Estados estão presentes,
2588 nós temos a representação dos Estados, dos Usuários, Organizações Civis,
2589 Governo Federal, pelos nossos cálculos têm em torno de 25 e 26 titulares
2590 representantes, então seguindo a pauta da parte da manhã o primeiro ponto da
2591 tarde... Vocês viram que se organizou a pauta de forma que as agendas mais
2592 temáticas, estratégicas fossem realizados na parte da manhã contou com a
2593 presença do Ministro e agora à tarde são pautas mas administrativas poderão dizer
2594 assim, então, dando sequência, o nosso próximo ponto de pauta refere-se a
2595 prorrogação do prazo de trabalhos da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia do
2596 Parnaíba. O Comitê Parnaíba foi criado em 2018 que também só diretoria
2597 provisória vem realizando trabalhos desde então, vai uma série de reuniões, mas
2598 ainda a necessidade de um tempo para que ele venha se estabelecer a

2599 consolidação e a instalação do Comitê. Infelizmente o Avelar que é o presidente
2600 do Comitê não pode estar presente, então nós pedimos que o Humberto Gonçalves
2601 que é superintendente da ANA que é responsável pela Superintendência que trata
2602 da relação dos Comitês faça o relato da situação.

2603

2604 **Senhor Humberto Cardoso Gonçalves (Superintendente da Agência Nacional**
2605 **de Águas - ANA)** - Essa Diretoria provisória foi formada no final do ano passado,
2606 na última reunião do Conselho e foi dado um prazo de um ano para essa diretoria
2607 provisória preparar o processo de eleição e identificação dos membros do
2608 Comitê, esse processo a ANA participa. Nós contratamos recentemente agora em
2609 novembro, já demos a ordem de serviço para uma empresa que vai fazer a
2610 mobilização da Bacia, são três estados do Rio Parnaíba corta três estados
2611 Maranhão, Piauí e o Ceará. Nós estamos programando 15 Seminários Regionais
2612 para a identificação das parcelas da sociedade dos segmentos da sociedade que
2613 devem fazer parte do comitê. Por ser um processo já começou, já estamos pagando
2614 o primeiro produto de mobilização dessa empresa agora em Janeiro já tem todos
2615 os materiais de divulgação prontos, nós estamos levando uma reunião em janeiro
2616 com o Comitê para a diretoria provisória para começar a desencadear o processo
2617 de seminários, então a gente entendi que é relevante o pedido e pertinente na
2618 medida em que a gente espera até junho desse ano temos essa mobilização pronta
2619 e já e com a comissão eleitoral já atuando e definido, membros do comitê e aí sim
2620 a gente eles estão pedindo mais um ano eu acho razoável nós achamos
2621 interessante porque permite mesmo você sabe como é que funcionam esses
2622 contratos, 15 seminários regionais pelos três estados, a data limite estabelecemos
2623 até Junho, mas a gente acha que pode acontecer atrasos então eles estão
2624 solicitando uma prorrogação até dezembro de 2020, então a gente considera
2625 razoável na medida em que a gente pode ter atrasos nesse processo de
2626 mobilização, mas o mais relevante aqui a empresa já tá contratada os seminários
2627 são 15 seminário já estão definidos os locais e tal material de divulgação já está
2628 definido então agora em Janeiro começamos dia 15 de Janeiro exatamente
2629 começamos uma reunião lá no Piauí para desencadear o processo.

2630

2631 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) Obrigado**
2632 Humberto. Gostaria de saber se alguma instituição quer fazer algum comentário
2633 sobre essa interrogação do prazo da Diretoria Provisória do Rio Parnaíba. Se não
2634 tiver nenhum comentário então encaminhamos a matéria para votação, então
2635 seguindo a mesma orientação do Ministro na parte da manhã pedimos então quem
2636 concorda com essa prorrogação permanece como está. Alguém discorda? Alguma
2637 abstenção? Então está aprovada a prorrogação por mais um ano da Diretoria
2638 Provisória do Comitê do Parnaíba. Seguindo agora em nosso ponto de interesse
2639 de todas as nossas instituições aqui presentes, exatamente o tema das Câmaras
2640 Técnicas e dos seus grupos de trabalho que na verdade são a motriz o
2641 funcionamento do Conselho, lembrando como Montes falou no seminário que por
2642 conta de todos os ajustes que realizamos, precisamos fazer essa fusão que era as
2643 10 Câmaras Técnicas em 5 Câmaras com seus textos e atribuições originais, então
2644 a Câmara Técnica de plano houve a fusão com a Câmara de Projetos, a de
2645 Cobrança e Outorga também houve a fusão a de assuntos ASSETIU passou até
2646 designação de assuntos legais não mais ficando com aquela Câmara de Recursal
2647 que ela tinha, de papel mas com um olhar mais dos assuntos legais e assuntos
2648 comuns como esses inclusive da estruturação de Comitês da parte dos arranjos
2649 institucionais, também houve a fusão de três Câmaras que é de Setecoste, a de
2650 recursos transfronteiriços e águas subterrâneas numa Câmara só, e a Câmara
2651 mais vinculado ao social, com a mobilização social, educação e a Câmara nova
2652 que é de segurança de barragens então vou pedir para a Cláudia fazer uma
2653 exposição, que nós temos um prazo até o dia 5 de dezembro para as entidades
2654 que tinha interesse de compor as Câmaras, de apresentar suas propostas então a
2655 Secretaria Executiva estruturou uma proposta a partir do que foi demandado.
2656 Cláudia.

2657

2658 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - A Secretaria Executiva enviou e-mail para
2659 todos os Conselheiros solicitando confirmação, o interesse em participar das
2660 Câmaras Técnicas, o prazo foi até dia 5 de dezembro e os recebimentos foi
2661 conforme a próxima tabela. E a primeira Câmara Técnica a gente vai tratar é da
2662 CTAL que é a antiga CTIL, basicamente com as mesmas atribuições, com uma
2663 vinculação mais legal. Uma coisa que é muito importante a gente colocar desde o

2664 começo eu acho que todos já sabem, mas são 17 vagas por Câmara Técnica.
2665 Consegue colocar em tela inteira, um momentinho que ele vai colocar para a gente.
2666 Para a gente conseguir ver inteiro, que o Excel. Tivemos 16 instituições
2667 interessadas e dessas 16 instituições, nós da Secretaria Executiva colocamos o
2668 Ministério do Meio Ambiente, apesar dele não ter se posicionado a gente colocou,
2669 eu gostaria até de uma opinião aqui.

2670

2671 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Ainda não
2672 está em discussão. Mas a matéria está sendo apresentada.

2673

2674 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Então vamos só colocar até o fim, Glalber.
2675 Como é que se é o rapaz me avisou que eles estão com problemas e vai demorar
2676 a chegar até o finalzinho, coloca no final para ver o total, 16, então nesses 16 o
2677 Ministério de Minas e Energia teria pleiteado duas vagas a gente colocou que
2678 ficasse com uma para poder abrir para os outros agora a gente vai tentar entrar
2679 numa discussão consensual para a gente abrir quanto mais qualificar o debate para
2680 pegar instituições que estejam afim com o tema que não adianta a gente diminuir
2681 para há o Ministério do Meio Ambiente não está aqui mas é nós precisamos dele
2682 para avançar nas discussões de recursos hídricos. A primeira é CTAL teria uma
2683 vaga isso, que tem uma Ministério de Minas e Energia e aí poderíamos abrir para
2684 discussão, uma o Desenvolvimento Regional o nosso Ministério também tinha
2685 pedido duas até não coloquei o ministério MDR também tinha pleiteado as duas a
2686 gente colocou uma só aí ficou, uma do MDR, uma da Infraestrutura, uma do
2687 Mapa, uma do Minas e Energia totalizando 4 do Governo Federal. Temos 4
2688 também dos Estados sendo Distrito Federal, Minas, Rio de Janeiro e São Paulo ,
2689 Ceará, Piauí, Maranhão e Bahia, Sergipe, Alagoas totalizando quatro também e
2690 oito dos Usuários e Organizações Civis. Então eu penso que está bem balanceado.
2691 Dos Usuários, só os Hidroviários não se manifestaram. Olha, até o dia 5 de
2692 dezembro não se pediu nomes para a gente conseguir ter agilidade, não pediu para
2693 colocar o nome do técnico que não haveria tempo daqui para frente a gente... Nós
2694 pegamos por segmento, eu acho mais fácil por segmento vai ser mais prático... Sim
2695 porque não foi colocado o nome Associação tal ou, a pessoa tal ou a secretaria tal
2696 do Ministério a gente pediu uma indicação depois cada segmento vai se sentar
2697 entre seus pares e decidir o nome da pessoa para cada segmento.

2698 **Senhora Roseli dos Santo Souza (MDR)** - Eu acho que o Anivaldo está querendo
2699 é que a gente fale, quais as instituições que estão pleiteando. Então vamos lá:
2700 Governo Federal: Ministério do Desenvolvimento Regional, Infraestrutura,
2701 Agricultura e Pecuária e Abastecimento e Minas e Energia. Conselhos Estaduais já
2702 foram então DF e Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Ceará,
2703 Piauí e Maranhão, Bahia, Sergipe e Alagoas e os Usuários Irrigantes, Indústria e
2704 Prestadores de Serviço Públicos de água e esgoto, Concessionárias
2705 autorizadas, Geração Hidrelétrica, Pescadores e Usuários de Recursos de Lazer
2706 e Turismo, todos eles conseguiram a vaga, Organizações Cívicas, Comitês de Bacias
2707 Hidrográficas Organizações de Ensino e Pesquisa e Organizações não
2708 governamentais, o que é a gente tá aqui é que sobrou uma vaga E aí...

2709

2710 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Então. OK.
2711 A gente abre para a manifestação do Plenário.

2712

2713 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Eu peço que as manifestações se
2714 atenham há 3 minutos.

2715

2716 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - E esse
2717 atenham aos titulares, dos suplentes delegados pelos titulares.

2718

2719 **Senhor Paulo Paim (Representante dos Estados do sul: Rio Grande do Sul,
2720 Santa Catarina e Paraná)** - O José Luís que é o nosso titular teve um problema,
2721 nós acabamos não indicando ninguém ficamos absolutamente fora das Câmaras
2722 Técnicas, motivo pelo qual eu corri aqui para colocar a representação dos três
2723 estados como candidato preocupar exatamente com essa vaga que não foi
2724 ocupada na inscrição, é isso.

2725

2726 **Senhor Jefferson Nascimento de Oliveira (Representante das Avaliações
2727 Técnicas de Ensino e Pesquisa da UNESP)** - com relação a essa posição agora
2728 do Paulo Paim, eu acho que seria interessante à gente verificar com bons olhos
2729 porque aí as cinco regiões brasileiras serão contempladas certo, e vamos ao
2730 encontro do que o Ministro falou, não olhamos somente o que a gente tá querendo
2731 de melhor, mas o que é melhor para o país. Muito obrigado.

2732 **Senhor Gabriel Silva Pedrazzini (Ministério da Justiça)** - A gente em
2733 princípio enviou um e-mail se disponibilizando para todas as Câmaras, teriam
2734 algumas que a gente teria maior interesse nesse caso a participação do governo é
2735 esse e si Ministério do Meio Ambiente não estiver presente, não sei a gente se
2736 disponibiliza tá participando dessa Câmara também porque inclusive foi o e-mail
2737 que a gente enviou, então não sei se não constou esse e-mail mas aí em princípio
2738 a gente se se candidatou aí tal ,está em todas as Câmaras

2739

2740 **Senhor Igor Ribeiro (Ministério de Minas e Energia - MME)** - Primeiro esclarecer
2741 que o Ministério de Minas e Energia, ele é representado no Conselho Nacional de
2742 Recursos Hídricos por duas vagas titulares, como eu disse pela manhã, claramente
2743 pela divisão dos dois setores de energia elétrica e da parte de mineração, não à toa
2744 nós solicitamos nessa Câmara Técnica duas representações porque dentro do
2745 Ministério inclusive há essas duas representações bastante distintas, nós
2746 estranhamos simplesmente a exclusão do nome de uma das vagas do Ministério
2747 de Minas Energia transferindo essa vaga ao Ministério do Meio Ambiente que nem
2748 solicitou uma vaga, todavia nós entendemos que realmente duas vagas para o
2749 Ministério de Minas e Energia nesse caso específico pode ser flexibilizado em prol
2750 de outro Conselheiro dado que esse Conselheiro manifeste interesse de fato à
2751 gente não pode aceitar que o Ministério do Meio Ambiente seja contemplado por
2752 uma coisa que ele nem solicitou. Obrigado.

2753

2754 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Alguma
2755 manifestação a mais. Pois não.

2756

2757 **Sr. Não Identificado** - Eu concordo com a sua posição agradeço a compreensão
2758 porque eu acho que a proposta do Paim, está vindo ao encontro de uma
2759 representação em uma representatividade do país, concordo também peço data
2760 vênia, salvo melhor juízo peço desculpas aí é o Ministério do Meio Ambiente, mas
2761 tivemos tempo hábil para isso. Agora acho importante nas Câmaras que a gente
2762 tenha uma representação das bases, então eu acho que eu parablenizo pela
2763 postura e acho que a gente deveria contemplar o sul do País.

2764

2765 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia - ME) -** Eu
2766 estou vendo está um pouco desbalanceado, todos os usuários está com oito
2767 representantes... seis usuários, não... Parece que tem um 8 lá embaixo, os
2768 usuários e o que é 8 vagas está somado ali os oito...

2769

2770 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) - -** Gente só
2771 um pouquinho, por favor...

2772

2773 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia - MME) -**
2774 Qualquer forma tem 5, 3, com 6 Estaduais...

2775

2776 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Os Usuários e a Sociedade Civil, o único
2777 que não está contemplado é o hidroviário. Fica muito mais fácil pensar, um único
2778 hidroviário. Facilitou totalmente o raciocínio.

2779

2780 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia) -** E o
2781 Ministério da Infraestrutura vai olhar para a hidrovía, estou imaginando que está
2782 representado lá em cima, agora me preocupa não está nem Justiça e nem Meio
2783 Ambiente nesta lista.

2784

2785 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Meio Ambiente está até em vermelho.

2786

2787 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia - MME) -** Não
2788 está...

2789

2790 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Tem uma sugestão de incluir o Meio
2791 Ambiente.

2792

2793 **Senhor Jefferson Nascimento de Oliveira (Representante das Avaliações**
2794 **Técnicas de Ensino e Pesquisa da UNESP) -** Desculpa estar sendo tão
2795 impertinente, mas isso me lembra muito as Câmaras Técnicas, que eram colocados
2796 os Ministérios à revelia, eles não participavam, a gente como Presidente da
2797 Câmara Técnica cumpriu a lei 3 reuniões sem justificativa ele teve que tirar então
2798 aí é o seguinte desculpa colega da Economia mas esse Ministério não se

2799 manifestaram, Ah, sim eu não entendi isso não desculpa então Ministério da Justiça
2800 também mas o Meio Ambiente não se manifestou e também não está aqui
2801 presente, então. Não está presente Ministério do Meio Ambiente, salvo engano
2802 salvo o meu, salvo o maior juízo.

2803

2804 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Ok, então
2805 vamos ter que... Ok então nós vamos ter que fazer um encaminhamento, temos 17
2806 vagas e tem 2 demandas. Então nós vamos colocar em votação as duas propostas
2807 para ver qual das instituições que solicitam sejam incorporados, então em primeiro
2808 lugar a proposta eu peço para os titulares e suplentes, quem concorda que essa
2809 vaga será preenchida pelo Estado do Rio Grande do Sul levante seu crachá. Peço
2810 para o pessoal...

2811

2812 **Sr. Não identificado** - É o cartão de votação, cartão de votação do Conselheiro
2813 do titular ou na sua ausência o seu suplente.

2814

2815 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Ok!
2816 Contaram?

2817

2818 **Sr. Não identificado** - Por favor, permaneçam com cartão levantado. 19.

2819

2820 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
2821 19. Quem concorda que a vaga seja do Ministério da Justiça. Três votos, então
2822 aprovada à exceção do Governo do Rio Grande do Sul na Câmara Técnica de
2823 Assuntos Legais, então passamos para próxima Câmara Técnica. Por favor,
2824 Cláudia. O MMA não estava incluído na lista. Havia uma proposta.

2825

2826 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Glalber volta na CTAL só para a gente
2827 vê certinho.

2828

2829 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - O
2830 MMA não estava na lista. Pediu apoio para o pessoal da cabine para colocar tabela
2831 inteira na tela, mesmo que diminua um pouco para todos enxergar a tabela. É

2832 possível ou não. Fica pior? Então tá, então vai para os setores mesmo. Está certa
2833 gente? Então vamos passar para próxima Câmara.

2834

2835 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Antiga CTPNRH que juntou com a
2836 Câmara de Projetos que é CTPA... Você colocaria o final da planilha para ver. Foi
2837 uma composição 17 também com alguns. Vai subindo, três os estados, Ministério
2838 de Minas e Energia novamente e da Saúde. A Camila que teria que se manifestar
2839 também aqui, que aí daria 17.

2840

2841 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
2842 Vai escrevendo cada Ministério, por favor.

2843

2844 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Aí teria que vê se mantém a Saúde ou
2845 não.

2846

2847 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
2848 Espera um pouquinho, o Ministério do Desenvolvimento Regional, uma vaga.

2849

2850 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - O Ministério do Desenvolvimento
2851 Regional está com duas vagas, uma da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
2852 e a outra da outra Secretaria Nacional de Saneamento, essas foram mantidas por
2853 causa da... Vai ser discutido novo Plano Nacional de Recursos Hídricos e vai ter a
2854 discussão. A Secretaria do plano e a outra Secretaria e a questão de obras e a
2855 Câmara Técnica de Projetos e de Planos, por isso que foi mantido, mas é uma
2856 proposta, aí o Ministério da Infraestrutura, o Ministério da Cidadania, da Saúde,
2857 que teve essa proposta de retirada ou não, o próximo e da Mulher, Família, Direitos
2858 Humanos, Minas e Energia ficariam com um só, Ministério da Economia e
2859 Planejamento que tem uma, Estado DF e Espírito Santos que tem uma, Minas
2860 Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Piauí e Maranhão e Bahia, Sergipe e
2861 Alagoas, seriam 3 Estados, a não Bahia, Sergipe e Alagoas não estão, são só 3.
2862 Mas embaixo, é o mesmo caso, foram todos menos o Hidroviário, estaria Irrigantes,
2863 Indústrias, Prestadoras de Serviços Públicos, Concessionárias, Pescadores,
2864 Indústria e lazer, Comitês, Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa, em

2865 Organizações não governamentais. Eu peço desculpa que aqui é difícil de ler pra
2866 cá ou pra ali também... Vou ficar aqui para ler.

2867

2868 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Então essa
2869 apresentação, abrimos para a manifestação quanto à composição da Câmara que
2870 trata de Planos e Projetos.

2871

2872 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Por favor,
2873 passe para a parte do Governo Federal.

2874

2875 **Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde)** - O Ministério da Saúde
2876 tem interesse nessa questão de planejamento e articulação porque uma das
2877 nossas principais bandeiras nos próximos anos e estimular e incentivar o plano de
2878 segurança da água que é uma metodologia que o Ministério da Saúde tem feito
2879 esforços para fazer com que ele entre em vigor e que seja efetivo mesmo dentro
2880 do país, é uma metodologia inclusive orientada pela OME, então é uma Câmara
2881 que acredito que vá poder nos ajudar a fomentar essa discussão que a gente tem
2882 reforçado dentro da saúde por isso que a gente está pleiteando participar dessa
2883 Câmara. Agora eu gostaria de saber por que que foi colocado a questão de retirada,
2884 que eu não tive informação.

2885

2886 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Olha Camila, foi um exercício bem árduo.
2887 A gente viu aqui o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pleiteiou
2888 somente esta Câmara Técnica. O Ministério da Economia também só pleiteou duas,
2889 foi uma análise aqui bem de um joguinho de xadrez não foi assim, Saúde não deve
2890 vir aqui. Agora que a gente pode perguntar se algum setor está
2891 melhor representado como os Usuários e Organizações Civas alguém poderia abrir
2892 mão para o Ministério da Saúde.

2893

2894 **Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde)** - É porque eu gostaria de
2895 manter a indicação do Ministério de Saúde e especificamente para essa Câmara.

2896

2897 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Sim, claro, mas para tentar fazer a se
2898 acomodar, essa acomodação de número que 18 não pode tem que ser 17, se
2899 alguém poderia se candidatar.

2900

2901 **Senhor Thiago Prado (Ministério de Minas e Energia)** - Boa tarde. Bom, embora
2902 entendermos que tenhamos justificativa para manter o pedido de duas
2903 vagas, pelos motivos que o Igor já colocou não só por esse motivo, mas pela
2904 importância do grupo para os planos que a gente tem de longo prazo, mas temos
2905 planos de 30 anos e planos decenais que são revisados todos os anos, então nós
2906 temos um Ministério que historicamente tem uma relação com planejamento de
2907 longo prazo, então entendemos que a matéria é completamente pertinente para
2908 manutenção dessas duas vagas, no entanto dada a escassez é a participação de
2909 outros Ministérios e a gente acha que é adequado permanecemos com uma vaga
2910 mas eu gostaria de questionar qual foi o critério de colocar o Ministério de
2911 Desenvolvimento Regional com duas vagas já que a gente está discutindo uma
2912 posição de governo e a princípio estamos suprimindo outros Ministérios. Qual foi
2913 o critério para que o MDR mantivesse duas vagas e pudesse cortar outros
2914 Ministérios.

2915

2916 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - O critério que a gente adotou foi a
2917 questão dessa Câmara Técnica Específica de Planos que esse ano é do Plano
2918 Nacional de Recursos Hídricos e esse plano é capitaneado pelo Ministério
2919 Desenvolvimento Regional. Então quem vai capitanear as discussões, que vai levar
2920 os pareceres, vai levar material, vai ser o MDR, foi esse o critério, até peço desculpa
2921 que eu não expliquei bem é a questão até do ano de que está sendo refeito um
2922 novo plano, esse foi o critério não foi uma questão de vamos tirarem deles, que foi
2923 o mesmo uma matemática estratégica.

2924

2925 **Senhor Thiago Prado (Ministério de Minas e Energia)** - Mas aí veja essa
2926 questão, esse argumento que você está utilizando não pode ser utilizado pela
2927 própria secretaria porque assim esse argumento que você está utilizando você tem
2928 instrumento de apoio, e aí você poderia ceder uma vaga para uma outra pasta.

2929

2930 **Senhor Anivaldo Miranda (Representante dos Comitês das Bacias de rios de**
2931 **Domínio da União)** - Estou me pronunciando apenas para reforçar, o Cleiton aqui
2932 do Ministério da Saúde, nós que trabalhamos com Comitês de Bacias lá na ponta,
2933 nós sabemos o quão é importante é a intervenção da saúde no contexto da política
2934 das águas. Infelizmente essa articulação institucional entre saúde e os demais
2935 órgãos que tem contato direto com a gestão hídrica ela ainda deixa muito a desejar
2936 e nós sabemos e a bacia do São Francisco é um exemplo absolutamente atual
2937 disso que é essa interação com a saúde é fundamental, por exemplo, estamos com
2938 problemas de intrusão Salina na foz do rio São Francisco, então os municípios que
2939 estão mais próximos da Foz tanto do lado de Alagoas quanto de Sergipe tem
2940 problemas com a ingestão de água salgada acima daqueles parâmetros que a
2941 Organização Mundial de Saúde determina e aí eu pergunto isso é um problema de
2942 recursos hídricos é um problema de saúde as duas coisas porque esse tá causando
2943 não é doenças de pressão arterial já detectadas acima daquilo que seria
2944 absolutamente o esperado, então eu não sei como vai ser engenharia mas nós
2945 reforçamos, estamos inteiramente de acordo com a manutenção aí do Ministério
2946 da Saúde. Muito obrigado!

2947

2948 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - O que fazer uma parte uma questão de
2949 ordem até peço desculpa que eu esqueci que acho que foi a discussão calorosa, na
2950 primeira Câmara Técnica quem não entrou fica na suplência então todo mundo que
2951 não entrou, vou colocar aqui na hora da suplência se houver desistência e faltas
2952 assumir a vaga.

2953

2954 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - OK. Sempre
2955 dizer o nome e a Instituição.

2956

2957 **Senhor Gilson Pires da Silva (Secretaria Nacional de Saneamento)** - Boa tarde
2958 a todos, meu nome é Gilson eu trabalho na Secretaria Nacional de Saneamento.
2959 Essas questões dos planos nacionais. Hoje, o Ministério do Desenvolvimento
2960 Regional ele tem seis secretarias, e ele com essa junção dos dois Ministérios, o
2961 antigo Ministério das cidades, com o antigo Ministério da Integração estamos
2962 fazendo essa junção nesse momento nesse ano de juntar essas Secretarias
2963 Finalísticas então todos esses planos regionais tem bastante discussão em cada

2964 Secretaria dessas, tem um Plano Nacional de Segurança Hídrica, o Plano Nacional
2965 de Saneamento, Plano Nacional de Recursos Hídricos, todos eles têm muitas
2966 discussões nas diversas Secretarias Finalísticas do Ministério e então e por isso
2967 seria assim tão importante mesmo essa representatividade do Ministério do
2968 Desenvolvimento Regional com essas duas vagas aí.

2969

2970 **Senhor Vanderlei Paganini (Representante das Prestadoras de Serviços)** - Até
2971 para a gente ganhar tempo porque não corremos o risco de perder coro e esvaziar
2972 o final da reunião, a gente podia encaminhar, já quase para uma votação porque
2973 parece que vai virar isso, minha sugestão é que a gente inclua o Ministério da
2974 Saúde até por conta da diversidade e da forma de olhar alguns problemas que
2975 afetam a nação e Cláudia com todo respeito acho que Ministério de
2976 Desenvolvimento pode fazer um trabalho interno de se integrar e trazer a posição
2977 dele na Câmara, isso daí seria uma coisa interna porque senão fica vou pôr mais
2978 gente para voltar para ir para discutir, o Ministério do Desenvolvimento ele é
2979 transversal a tudo isso, então minha sugestão é que fica uma vaga no Ministério de
2980 Desenvolvimento e que a gente inclua Saúde nisso acho que é saudável inclui a
2981 Saúde.

2982

2983 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Podemos
2984 chegar nesse acordo?

2985

2986 **Senhor Gabriel Silva Pedrazzini (Suplente na cadeira do Ministério da Justiça)**
2987 - Só mais uma observação aqui, por favor, a cadeira é da Justiça, mas eu sou da
2988 FUNAI enfim reforçar que a gente solicitou e respondeu o e-mail no prazo
2989 solicitando para todas as Câmaras, inclusive a votação anterior não era uma
2990 proposta e eu queria que constasse o Ministério da Justiça em todas as Câmaras
2991 assim que fosse verificado esse e-mail, não estou conseguindo acessar aqui o e-
2992 mail da FUNAI, do está fora do ar, enfim não desmerecendo, acato à proposta acho
2993 que é fundamental o Ministério da Saúde aí, mas eu gostaria que constasse lá e a
2994 gente avalia-se essa situação também em cada Câmara Técnica de acordo com a
2995 disponibilidade de vagas aí eu interesse dos outros membros do Conselho.

2996

2997 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Então você
2998 está propondo para inclusão também do Ministério da Justiça? Então na verdade,
2999 tem a demanda da inclusão do Ministério da Saúde e do Ministério de Justiça não
3000 é isso, eu queria saber se a acordo com a área do Saneamento do Ministério no
3001 sentido da retirada de uma de nossas vagas. Ou então nós vamos ter que entender
3002 que essas duas vagas vão ficar com vagas suplentes. Então é assim é um processo
3003 que nós estamos de discussão todos já se manifestaram, então eu estou
3004 perguntando se há uma possibilidade de acordo, tentaria discutir uma vaga só, se
3005 não então nós vamos... Não há vagas para inclusão a proposta que teve foi de
3006 retirada de uma vaga do MDR para inclusão do Ministério da Saúde. Então é isso
3007 que nós colocaríamos em votação, é o único Ministério... A não ser que algum Setor
3008 de Usuários, Sociedade Civil ou Estado abra mão de alguma vaga. Seria uma
3009 composição.

3010

3011 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Não é bem abrir mão, não se esqueça de
3012 ficar na suplência e a Câmara Técnica é um ambiente que as votações não é que
3013 nem um Conselho que a votação, votação é muito antes da discussão. Mesmo você
3014 não sendo membro nada impede de participar de todas as discussões e eu vou te
3015 dizer que participo anos nas Câmaras Técnicas, raramente é uma votação
3016 principalmente quem já está em Brasília como os Ministérios podem muito bem
3017 participar da reunião como convidados, todas as reuniões, fica mais difícil de quem
3018 vem de outro estado. Mas quem está em Brasília como uma tentativa de coesão
3019 de se fazer um habitat de diálogo, por que não participa, o Ministério da Justiça
3020 pode vir, o da Saúde, todo mundo participando.

3021

3022 **Senhor Demétrios Christofidis (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - Eu
3023 já Participei de muitas Câmaras em tempo que eu fui Presidente de Câmaras,
3024 nesse caso aí o que eu estou vendo que a primeira suplência fatalmente pode
3025 ocorrer porque por falta é eliminado. Alguns dos participantes por faltas sucessivas,
3026 então assim o Ministério da Justiça nesse caso, o Ministério de Saúde entrando,
3027 Ministério Justiça ficar com a primeira suplência, fatalmente dentro de poucas
3028 reuniões ele pode ser que ele seja ele o primeiro a ser contemplado entrando e
3029 fazendo parte da Câmara Técnica. Se isso for conveniente o que eu estou falando
3030 é um fato real, inclusive representando outros, ministérios já fiquei em primeira

3031 suplência segunda eu acabei participando sem que houvesse muita dificuldade
3032 claro depois de um ano e meio, isso é só um esclarecimento.

3033

3034 **Sr. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (CERH Ceará)** - Tem uma vaga aí
3035 de Ceará, Piauí e Maranhão, a gente pleiteou em todas as Câmaras porque a
3036 gente vai dividir entre os estados que realmente fica meio pesado para um estado
3037 só vim para todas as reuniões de Câmara, mas para poder vamos dizer assim
3038 equacionar essa questão aí a gente vai ceder essa vaga nossa aí para o Ministério
3039 da Saúde. Tá certo?

3040

3041 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Então ainda
3042 resta a demanda do Ministério da Justiça. Ok. Então damos em votação a
3043 composição excluindo então o Ceará e incluindo o Ministério da Saúde. Os
3044 Conselheiros que aprovam essa composição levante seu crachá. São 24 votos.
3045 Alguém se abstém? Alguém é contra? Ok, a questão agora referente à inclusão do
3046 Ministério da Justiça, mantém a proposta ou aceita ficar na suplência, assim como
3047 o Ceará já e os estados vinculado vão continuar na suplência. A pergunta é para
3048 o Ministério da Justiça, se mantém a proposta de composição, porque daí eu teria
3049 que ter um novo acordo aqui no plenário.

3050

3051 **Senhor Gabriel Silva Pedrazzini (Ministério da Justiça)** - Bom, como eu
3052 disse antes a ideia era a gente se propor era a participar de todas, mas como ela
3053 foi bem lembrada, era preferencialmente e a gente tinha elencado e agora o
3054 Ministro esclareceu que a gente está presente na Câmara de Gestão Ambiental e
3055 Territorial, que isso tem muito mais relação realmente com a nossa participação,
3056 se eu estiver um minutinho aqui para explicar, porque a Funai e os povos indígenas
3057 eles estão presentes em vários Comitês de Bacias, são integrantes de Conselhos
3058 e Comitês de Bacias, então tanto essa questão do Plano Nacional tem
3059 repercussões nas terras indígenas que teria interesse nosso, e a gestão territorial
3060 que é o que mais a gente trabalha, e as barragens também que aí depois a gente
3061 possa esclarecer melhor também, mas a gente tem a participação no outro
3062 Conselho da Samarco que teve impacto também nos povos indígenas, então
3063 seriam mais ou menos essas três, as principais, e é claro, os assuntos legais

3064 anterior que eu acho que é assim Ministério da Justiça tinha que está, mas ninguém
3065 considerou essa questão e eu não sou do Ministério da Justiça, mais a cadeira é.

3066

3067 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**

3068 Então fica assim, retirada a proposta do Ministério da Justiça então damos
3069 aprovada por essa nova estruturação da Câmara que trata de Planos. Passamos
3070 agora para a discussão da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança.

3071

3072 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Essa tem mais candidatos. Claro.

3073

3074 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** É

3075 importante dizer que também temos uma Resolução do Conselho que define
3076 critérios para as entidades comporem as Câmaras Técnicas, por afinidades, os
3077 estatutos, e as suas atribuições, então foi com base também nessa resolução que
3078 fala da afinidade, dos Estatutos e das atribuições das Entidades com os temas
3079 que foi feito também essa repartição, sempre que extrapolou as dezessete vagas,
3080 é importante dizer isso aí.

3081

3082 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Só peço para ele colocar aqui... A

3083 Câmara Técnica de Outorga e Cobrança foi colocada os dois temas juntos, pela
3084 sua relação. Para ser cobrado tem que ser outorgado, só que são dois temas muito
3085 prementes da gestão de recursos hídricos então tem mais candidatos, então o
3086 mesmo caso aqui, o Ministério Desenvolvimento Regional já abriu mão de uma, já
3087 tinha colocado duas para também fazer essa acomodação, o Ministério da
3088 Infraestrutura está com uma vaga o da Cidadania, a gente fez essa proposta, da
3089 Saúde manteve, da Economia, de Minas e Energia como sempre a gente, como ele
3090 pleiteou duas, já está até me olhando aqui, em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso
3091 do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo,
3092 Ceará Piauí e Maranhão ele foi tirada agora e já fiquei meio em dúvida porque no
3093 outro, essa gente vai ter que repensar. Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco
3094 e Bahia Sergipe, Alagoas, aí obtiveram irrigantes, as indústrias, os Prestadores de
3095 Serviço Público, as Concessionárias e Pescadores Usuários de recursos hídricos
3096 de lazer e turismo. A gente também fez a proposta, desculpe que entre os usuários
3097 como o Outorga e Cobrança ficamos pensando muito qual o usuário menos

3098 impactado não que não seja sem muito bem que a indústria de lazer, turismo
3099 pescadores é impactado, tivemos que optar para alguém, teve essa proposta,
3100 comitês de bacia hidrográfica, organização técnicas, e organizações não
3101 governamentais, mesmo assim eu ainda tá 18. Então vocês veem que a cobrança
3102 e a outorga não é um tema muito mais difícil, mas vamos que novamente eu vou
3103 colocar você pode não estar na Câmara Técnica, mas pode vir nas reuniões, vão
3104 ter os grupos de trabalho de outorga vai ter o grupo de Carvalho de cobrança quem
3105 fica na suplência será chamada para o grupo de trabalho.

3106

3107 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3108 **É Vamos abrir para manifestação do Plenário.**

3109

3110 **Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde) -** Eu tenho uma boa
3111 notícia a gente não pediu vaga nessa Câmara.

3112

3113 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3114 **Muito bem, Camila, palmas para a Camila. Ok! Então por favor, então Ceará. Viu é**
3115 **dando que se recebe São Francisco.**

3116

3117 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Ceará, Piauí e Maranhão estavam
3118 cortados.

3119

3120 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Então, ótimo!

3121

3122 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Vamos dá uma olhadinha... Vamos
3123 somar aqui, 4 do Governo Federal, 6 dos Estados, 7 porque eram 8, menos os
3124 pescadores, 7. Agora tem que o senhor Wilson tem que se manifestar.

3125

3126 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3127 **Então se abre a manifestação do Plenário.**

3128

3129 **Senhor Wilson de Azevedo Filho (Representante Pescadores e Usuários de**
3130 **lazer e Turismo) -** Nosso segmento do Turismo dos pescadores, como é um
3131 segmento usuário ele tem que participar dessa Câmara Técnica, não é possível

3132 que um segmento usuário fique fora, quem usa a água não possa deliberar sobre
3133 valor de cobrança, sobre outorga, nós pedimos a nossa participação no tempo que
3134 foi solicitado aos membros do Conselho a manifestação, então nós fazemos
3135 questão de poder participar dessa Câmara.

3136

3137 **Senhor não identificado ()** - Realmente eu quero endossar essa proposta do
3138 representante dos pescadores que tem tudo a ver e desculpe-me o segmento de
3139 organizações não governamentais mas eu acho que essa vaga os pescadores
3140 deveriam substituir as das Relações não Governamentais, tem mais lógica, ainda
3141 mais porque se trata de outorga e cobrança já que na organização e serviço tem
3142 um Comitê ali representando, essa é a minha sugestão.

3143

3144 **Senhor Marco Antonio dos Santos (Representante do consórcio PCJ,**
3145 **representando as ONGs)** - Eu não concordo com a fala do colega porque a gente
3146 tem muita influência, tem muita, contribuir e a única organização não
3147 governamental somos nós se tirar a gente vai ficar sem representação nenhuma
3148 na organização Não-Governamental então eu não concordo, eu permaneço, insisto
3149 na permanência da ONG na CTOC.

3150

3151 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3152 Alguma manifestação a mais, alguma instituição faria a composição. Se não, então.
3153 Pois não.

3154

3155 **Senhor Fernando Farias (Representante de Associação de Usuários de água**
3156 **da região de Monte Carmelo)** - Cedo a palavra ao colega Gustavo do CNA.

3157

3158 **Senhor Gustavo (Representante do CNA)** - Boa tarde a todos. Nosso
3159 representante que é o titular da vaga não pode participar e eu acredito e também
3160 concordo com a fala do Wilson, acho que todos os usuários deveriam estar
3161 presentes nessa Câmara e a minha sugestão é que o Ministério de Infraestrutura
3162 uma vez que ele não representa nenhum segmento diretamente outorgado,
3163 ele representa talvez a questão de hidrovias, não trabalho com outorga diretamente,
3164 então ele poderia ser o retirado uma vez que não tem ligação direta com o meu
3165 entendimento.

3166 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3167 Alguém da Infraestrutura? Não tem a representação do Ministério da infraestrutura
3168 no momento? Bom então a proposta que temos, temos duas propostas, uma da
3169 substituição do Setor de Pescadores pela Sociedade Civil e outra proposta seria a
3170 inclusão dos pescadores com a retirada do Ministério de Infraestrutura. São
3171 essas duas propostas até o momento.

3172

3173 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia - ME) - A**
3174 gente tem que lembrar que essa discussão de outorga é para dar valor econômico
3175 à água tem que estar envolvido os setores usuários tem para saber o quanto isso
3176 afeta a atividade deles mas tem que ter representação da sociedade como um
3177 todo. Acho que não cabe tirar nem Ministério da Infraestrutura que diretamente está
3178 representando as hidrovias é o que tá olhando para hidrovias no sistema todo de
3179 transportes, não é outorgado. Não por enquanto não paga, e manter os
3180 representantes das ONGs, que vão está olhando com uma sociedade como um
3181 todo, eu acho que é mais interessante. A proposta não tira o Ministério da
3182 Infraestrutura, é contrário o encaminhamento foi dado anteriormente não tinha
3183 entendido encaminhamento, que tinha acabado de ser feito, que era substitui, botar
3184 hidrovia e tirar infraestrutura.

3185

3186 **Sr. Não identificado -** Eu só quero continuar defesa em relação, porque eu
3187 concordo com a fala do nosso companheiro que acabou de falar e a Infraestrutura
3188 teve a oportunidade de estar aqui e dá a sua defesa e eles nem estão aqui para
3189 fazer a defesa, então não interesse pela Câmara. Então acho que quem tá aqui é
3190 que tem que ter prioridade tanto que eu concordei inclusive com a fala do Paganini,
3191 e a fala do nosso colega lá da FUNASA, então quem está aqui é quem tem interesse
3192 quem tem que ter prioridade, se não está fica para depois.

3193

3194 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Fica
3195 mantida a proposta da substituição da Associação dos Pescadores pela Sociedade
3196 Civil, Ailton mantém a proposta, nós vamos votar duas propostas, troca dos
3197 pescadores e o Setor de Turismo pela Sociedade Civil ou pelo Ministério da
3198 Infraestrutura são essas duas propostas que estão colocadas. Precisa ser de 17

3199 vagas, nesse momento temos 18. Não, são duas votações, um dos três sai. O coro
3200 para votação são 19 votos.

3201

3202 **Sr. Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de**
3203 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário)** - Olha, pela mesma lógica
3204 do Ministério da Infraestrutura está em Brasília, pode participar não tem o menor
3205 problema, sempre vai colaborar. Eu acho que efetivamente tirar os pescadores é
3206 muito ruim, tirar as ONGs acho que é pior ainda. Vamos buscar representatividade.
3207 Minha sugestão é que a gente encaminhe no sentido de tirar o da Infraestrutura,
3208 que ele participa junto conosco paralelamente e mantém os pescadores e não mexe
3209 nas ONGs, essa é a minha proposta.

3210

3211 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3212 Retomo à pergunta que o Ailton fez a proposta, a original se ele retirar essa
3213 proposta já fica esse encaminhamento.

3214

3215 **Senhor Ailton Rocha (Representante da Bahia, Sergipe e Alagoas)** - Eu retiro
3216 minha proposta e sou favorável ao encaminhamento.

3217

3218 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3219 Ok, então temos só uma proposta de substituição do Ministério da Infraestrutura,
3220 pelo Setor de Usuários de Pescadores e Serviço de Turismo. Quem concorda com
3221 essa proposta, levante o crachá. Quem discorda quem se abstém. Deu tempo de
3222 contar? Então está definida a nossa composição da Câmara Técnica de Outorga
3223 Cobrança. Passamos agora para a Câmara Técnica de Integração para Gestão
3224 Ambiental e Territorial. É a Câmara Técnica que decorreu da fusão de Recursos
3225 hídricos transfronteiriços, Águas Subterrânea e Zoneamento Costeiro. Então eu
3226 peço para a Claudia apresentar a proposta a partir das demandas que foram
3227 apresentadas.

3228

3229 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - O Ministério do
3230 Desenvolvimento Regional também, novamente abriu de uma e ficou com uma
3231 vaga, Infraestrutura já está com uma vaga, desculpa o da Justiça também com uma
3232 vaga, que o Ministério da Justiça...

3233 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Ministério da Justiça, Infraestrutura,
3234 Ciência e Tecnologia, Turismo, Ministério de Minas e Energia uma vaga, o Meio
3235 Ambiente com uma, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com uma, Distrito
3236 Federal, Espírito Santo com uma, Minas Gerais ,Rio de Janeiro e São Paulo com
3237 uma, Ceará, Piauí e Maranhão com uma, Bahia, Sergipe e Alagoas com uma.
3238 Agora Indústria uma, Prestadores de Serviço de Água e Esgoto uma, desculpa,
3239 Pescadores uma, Comitê de Bacia Hidrográfica uma, Organização Técnica de
3240 Ensino e Pesquisa uma, Organização Não-Governamental uma, total de 17.

3241

3242 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - -
3243 Ok! Aberta a manifestação do Plenário sobre a composição proposta. Quem quiser
3244 falar, levante o braço aqui e pode falar se identificando.

3245

3246 **Senhor Luiz Taquiana (CERH do Amapá)** - Eu estou percebendo assim, nós não
3247 nos manifestamos. Vocês podem perceber que nenhum dos Estados do norte acho
3248 que se manifestou em termos das Câmaras Técnicas, eu particularmente como
3249 titular eu não tive tempo de manifestar tem até um alibi aqui que eu estava numa
3250 viagem para fora do Brasil, e assim eu gostaria de defender a participação dos
3251 Estados do norte nessa Câmara Técnica, apesar de ter faltado com a resposta,
3252 mas por dois motivos, primeiro a questão de nós temos fronteiras na Amazônia,
3253 grande Fronteiras na Amazônia então esse tema é da gestão territorial é muito
3254 importante para nós e também assim um dos maiores problemas da Região Norte
3255 são decorrentes de problemas fundiários, também ambientais então eu gostaria de
3256 propor a exceção aqui do Amapá, Tocantins e Rondônia pelo menos nessa Câmara
3257 Técnica eu digo também que vocês perceberam nós não estamos participando de
3258 nenhuma outra Câmara Técnica, então eu pediria aqui aos Conselheiros que
3259 revelassem essa solicitação para nos incluir nessa Câmara Técnica. Outro
3260 comentário que eu gostaria de fazer é que para nós é muito difícil vir a Brasília,
3261 muitas reuniões, nós temos problemas orçamentários, financeiros, de agenda,
3262 então para os órgãos que estão aqui em Brasília eles podem facilmente participar
3263 de todas as Câmaras Técnicas, mas nós não temos essa... Nós temos vontade,
3264 mas não temos como fazer isso, então queria que você dos conselheiros aí os
3265 demais conselheiros e relevassem essas questões para que a gente pudesse ser
3266 inserida nessa Câmara Técnica. Obrigada!

3267 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Pois não,
3268 está aberta a manifestação.

3269

3270 **Sr. Não identificado** - Suposição... É só conferir, foi mencionado que o Minas e
3271 Energia estava cortado, mas está contando, mas acho que não... Com o Minas e
3272 Energia conta sete ali no governo geral, e o Meio Ambiente está de vermelho,
3273 suponho que tenha sido proposição do ...

3274

3275 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - é
3276 porque é assim, a Câmara de Integração com Gestão Ambiental e Territorial. Então
3277 essa necessidade.

3278

3279 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Glauber você colocaria, O Minas e
3280 Energia....

3281

3282 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3283 Ok, quem mais, alguma manifestação. Pois não.

3284

3285 **Senhor Fernando Farias (Associação de Usuário de água da região de Monte**
3286 **Carmelo, Representante dos Irrigantes.)** - Solicitamos inclusão nessa Câmara e
3287 tivemos o pedido rejeitado já de pronto, entretanto gostaríamos de manter nossa
3288 demanda em função de que o próprio Ministério da Cultura não está contemplado
3289 e a gente compreende que os Irrigantes de alguma maneira são representantes do
3290 agronegócio e a grande extensão que temos aí de áreas que interferem
3291 habitualmente na produção da qualidade na produção da água na quantidade e
3292 na qualidade estão no agronegócio então a gente mantém o nosso interesse e as
3293 perspectivas que nós podemos contribuir de forma efetiva no melhor debate sobre
3294 o tema.

3295

3296 **Senhora Mônica Irion Almeida (Concessionárias de Geração Hidrelétrica -**
3297 **ABRAGE)** - Boa tarde, Mônica representando aqui a Abrage, no Setor de
3298 Concessionárias de Geração Hidrelétrica, até em função do que foi apresentado
3299 ontem com relação à gestão de recursos hídricos de forma integrada e com outros
3300 países, que entra essa questão de gestão de recursos hídricos transfronteiriços,

3301 olhando a atuação das Concessionárias que detém uma série de
3302 monitoramentos e atuação que passa por essa gestão, tanto transfronteiriça
3303 quanto de bacia hidrográfica, em sistemas e série histórica, a gente solicita que seja
3304 mantida a representação dentro da Câmara Técnica.

3305

3306 **Sr. Não identificado** - Gostaríamos apenas de dar uma palavra em peso ao que
3307 foi dito pelas Concessionárias Geração de Energia Elétrica o Mistério hoje com dois
3308 estudos de inventário para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos com
3309 Argentina, temos também andamento em discussão com a Bolívia aproveitamento
3310 de potencial hidrelétrico que afetam usinas hidrelétricas no Brasil principalmente os
3311 do Rio Madeira temos também uma case com a Itaipu, quer dizer nós temos uma
3312 série de casos transfronteiriços que tem relação direta com as usinas no Brasil, é
3313 por esse motivo a gente reforça o pedido que foi feito.

3314

3315 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Algumas
3316 das instituições que compõem, propõe algum acordo de retirada por já está
3317 compondo alguma outra Câmara. Não havendo proposição, então... Entre os
3318 Setores Usuários alguma composição?

3319

3320 **Sr. Não identificado** - A minha proposta era adiciona ai Amapá, Tocantins
3321 e Rondônia, então tem que colocar unzinho ali também para pode contabilizar,
3322 se for uma proposta, tá!

3323

3324 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – A Concessionárias também. Vocês estão
3325 vendo o número que está dando. Roraima, Amazonas e Para com uma proposta,
3326 não Amapá, Tocantins e Rondônia... Então o Problema desta Câmara e que juntou
3327 muitas temáticas. Vamos pensar que haverá grupos de trabalho, haverá um Grupo
3328 de trabalho transfronteiriço, haverá um grupo de trabalho de água subterrânea e
3329 um grupo de trabalho Costeiro, haverá os que quem fica na suplência poderá
3330 participar desses grupos de trabalho.

3331

3332 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3333 Algum acordo entre os Estados para entrada do Amapá? Teria que um conjunto
3334 de estados abre mão em função das outras composições da Câmara, se há algum

3335 acordo. Tem acordo com Ceará, o Ceará vai ficar com muito voto aqui na frente.
3336 Ok, então com isso o colegiado então do Ceará Piauí e Maranhão abre mão para
3337 que entre o conjunto de estados Amapá, Tocantins e Rondônia. Obrigado pela
3338 cooperação. Vamos em frente então entra os Setores Usuários. Inclui Amapá, e
3339 retirou o Ceará. Entre os Setores Usuários a alguma composição? A demanda da
3340 inclusão dos Irrigantes e das Concessionárias da Geração Hidrelétrica.

3341

3342 **Senhor Fernando Costa Faria (Irrigantes - Associação dos Usuários de Água**
3343 **da região de Monte Carmelo) -** Não é inclusão, é a manutenção, que a solicitação
3344 já estava feita.

3345

3346 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3347 Senhor Renato (Representante do CNRH)- Dos Irrigantes?

3348

3349 **Sr. Não identificado** - Dos Irrigantes, foram feita a solicitação dentro do prazo
3350 conforme manda o figurino e na verdade que esta solicitação só manutenção
3351 mesmo.

3352

3353 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3354 Mas então, não está em discussão a questão dos Irrigantes, a demanda única é
3355 do setor hidrelétrico.

3356

3357 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Foi uma proposta da Secretaria de
3358 alguns segmentos, isso é uma questão que teve mais candidatos que vaga não
3359 que eles não tivessem... Todos pleitearam, mas tem que tá tendo mais candidatos
3360 que vaga foi só uma proposta.

3361

3362 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Senhora Cláudia - Mas você pode olhar,
3363 está tendo... Tirou do MDR, e também do MME. Nem o MDR e nem o MME,
3364 reclamaram.

3365

3366 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Coloca o MME com aquele risquinho
3367 também para mostrar que o MME também... Um do MME com risquinho e o outro

3368 com um embaixo, só para ver que teve dois do governo federal que... E tira o MMA
3369 também é isso é... Não sem risquinho no MMA, é pode ser, pode ser. Mas os
3370 Irrigantes e as Concessionárias estão com o risquinho.

3371

3372 **Srª Não identificada** - A gente solicita que mantém as Concessionárias pelos
3373 motivos que eu já coloquei e por que até no Planejamento Estratégico da ANA está
3374 se falando um pouco de áreas, avançar nas áreas de restrição áreas que vão tem
3375 algumas restrições de uso e aí de nosso total interesse em participar dessa Câmara
3376 Técnica e manifestamos no prazo também que foi solicitado o interesse em
3377 participar. Obrigada!

3378

3379 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Estou vendo aqui só por uma proposta,
3380 pelo princípio olha, o Ceará, Piauí e Maranhão abriu mão, o Ministério do
3381 Desenvolvimento Regional tinha duas, tirou uma, Ministério de Minas e Energia, os
3382 Usuários estão com maior número em todas, uma só tentar sabe até... Sim, por
3383 uma questão matemática não vai cabe 20 pessoas em toda essa Câmara Técnica,
3384 então até uma questão de boa vontade todo mundo deu a sua contribuição.

3385

3386 **Sr. Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de**
3387 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário)** - Pedir para abaixar um
3388 pouquinho por gentileza, é isso mais um pouquinho. É muito deselegante o que eu
3389 vou falar eu acho que é até antiético, mas Ciência Tecnologia e Inovação e
3390 Comunicações tem uma Câmara quase que especifica um pouco adiante e está em
3391 Brasília. Eu acho que já foi dito diversas vezes que eu poder de voz todos terão,
3392 acho que eu vejo até com alegria isso, tudo aqui, que é a vontade de todos
3393 participarem, eu vejo com alegria isso, mas por outro lado é lembrando que a
3394 participação de toda a sociedade está ali nos usuários, está ali um pouco mais
3395 embaixo e nós não estamos em Brasília e o Ministério está em Brasília eu não sei
3396 eu estou só, acho que é chato isso que eu estou dizendo até para ouvir o colega
3397 de Ciência Tecnologia Inovação e Comunicação, vamos ver o colega se é isso
3398 mesmo que tem uma Câmara quase que especifica para isso, um pouco mais
3399 adiante não é isso tem de Educação Ciência e Tecnologia e pode também como a
3400 Cláudia tá falando pode participar como suplente, como ouvinte, como tem direito

3401 a voz, então podia minha proposta objetiva, perdão poderia ouvir o Ministério de
3402 Ciência e Tecnologia.

3403

3404 **Senhora Dione Vítor dos Santos (Ministério Da Ciência, Tecnologia,**
3405 **Inovações E Comunicações - MCTIC)** - Dione, do MCTIC, na verdade é nós já
3406 no período anterior a gente sempre participa desta Câmara, como houve essa
3407 junção é porque tem uma Coordenação Geral do MCTIC, que trata do Mar e
3408 Antártica e desenvolve tecnologia nessa área, aí por isso nós pleiteamos uma
3409 vaga nesta Câmara Técnica também, Ciências e Tecnologia, claro tem que ser
3410 pleiteada, mas nesse caso aí é porque nós já temos um histórico aí de participação
3411 nessa Câmara justamente por ter uma coordenação que trata disso, Mar e
3412 Antártica é isso. Obrigada!

3413

3414 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3415 Eu gostaria de registrar que em função dessa composição da Câmara, na verdade
3416 fazer a soma das atribuições de 3 câmeras anteriores, os grupos de trabalho vão
3417 ser permanentes, inclusive o próprio Ministério de Relações Exteriores abre mão
3418 da titularidade na Câmara Técnica porque o foco do Ministério vai ser o grupo de
3419 trabalho de transfronteiriço , então os grupos de trabalho vão ter 10 membros e
3420 um ano de trabalho, para aquela missão, então, nós vamos ter um conjunto de
3421 missões, nada impede do grupo está sendo recomposto a cada atividade ou
3422 resolução a ser elaborada, então é um processo. Na verdade, os grupos de
3423 trabalho, que vão ser um número de até três grupos simultâneos em cada Câmara
3424 dessas, na verdade vão ser o grande propulsor do resultado e do trabalho a ser
3425 levado para as Câmaras Técnicas. Então é nesse sentido que eu proponho, queria
3426 encaminhar para o Ministério das Ciências e Tecnologia, dessa possibilidade de
3427 abrir mão dessa vaga pensando que você, o Ministério com certeza ele vai ter o
3428 protagonismo nessa Câmara de Ciências e Tecnologia, com isso nós teremos
3429 apenas a discussão entre os Usuários ou ser algum Setor de Usuários abririam a
3430 mão para que se pudessem também incluir o setor do Irrigantes e do Setor Elétrico.
3431 Então, encaminhamos você retiraria a proposta ou não?

3432

3433 **Senhora Dione Vítor dos Santos (Ministério Da Ciência, Tecnologia,**
3434 **Inovações e Comunicações - MCTIC)** - No caso teria que dar essa resposta
3435 hoje?

3436

3437 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3438 Sim, então a gente vai votar. Porque pode ser por votação, se ficar ruim pra você,
3439 a gente faz uma votação. Então vamos fazer a primeira votação, porque a situação
3440 que temos em relação para a inclusão de um setor. Então a proposta... Sim...

3441

3442 **Senhor Fernando Farias (Irrigantes)** - É uma questão de ordem lá está no
3443 segmento de usuários, houve duas demandas de manutenção, Irrigantes e
3444 Concessionárias de Geração de Energia, um ao outro as duas instituições pedem
3445 para ser mantidas como foi feita a solicitação que resultaria numa conta de 19.

3446

3447 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3448 Por isso essa composição, vamos por partes, e o primeiro a se manifestar aqui no
3449 Plenário foi o Setor de Irrigantes. Então nós vamos fazer a proposta para a
3450 votação.

3451

3452 **Senhor Marco Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ)** -
3453 Marco da ONG, o consórcio PCJ, a gente abre mão da nossa vaga ali que já está
3454 definida e passa para quem e a gente pedem a suplência para o primeiro suplente
3455 vamos dizer assim nessa questão aí, a gente abre mão da vaga para poder
3456 acomodar.

3457

3458 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3459 Ok, então...

3460

3461 **Senhor Marco Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ)**
3462 - Eu abro mão, e o Plenário decide pra quem que vai.

3463

3464 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Já estava
3465 uma ordem primeiro... Para quem você abre mão.

3466

3467 **Senhor Marco Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ)**
3468 - Eu abro mão para os Usuários, e entre os Usuários eles decidem.
3469
3470 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - A primeira
3471 demanda, no Plenário foi o Setor de Irrigantes.
3472
3473 **Senhor Marco Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ)**
3474 - Então tá bom, então eu abro mão para o Setor de Irrigantes.
3475
3476 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Então a
3477 vaga é resolvida, então colocamos em votação o tema da inclusão do Setor Elétrico
3478 compondo a vaga proposta do Ministério Ciência e Tecnologia, quem concorda com
3479 essa alteração levante o seu crachá.
3480
3481 **Plenária** - Repete, por favor!
3482
3483 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - A proposta
3484 de inclusão do Setor Elétrico na vaga do Ministério da Ciência e Tecnologia,
3485
3486 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - 22 então,
3487 quem discorda quem se abstém, então está composta nossa Câmara de Gestão
3488 Ambiental e Territorial.
3489
3490 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Vamos conferir só um minuto aqui. Uma
3491 do Ministério do Desenvolvimento Regional, uma da Justiça e Segurança Pública,
3492 uma Infraestrutura, uma do Turismo e uma de Minas e Energia, que deu cinco,
3493 vamos somar ele certinho, Goiás Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Distrito
3494 Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Amapá, Tocantins, Rondônia
3495 e Bahia deu 5 certo, Irrigantes, Indústrias e Prestadoras, Concessionárias,
3496 Pescadores, Comitês e OTEPs, certo!
3497
3498 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Ok,
3499 fechamos, 17.
3500

3501 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Parabéns, gente!

3502

3503 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**

3504 Ok, vamos em frente. Câmara Técnica de Educação, Informação, Ciência e
3505 Tecnologia.

3506

3507 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Ministério do Desenvolvimento Regional

3508 um, Ministério da Justiça um Ministério da Educação um, da Cidadania um, Minas
3509 e Energia um, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Amapá,
3510 Tocantins e Rondônia, Irrigantes, Indústria, Prestadores de Serviço Público,
3511 Concessionárias, Pescadores, Comitês de Bacias Hidrográficas e Organizações
3512 Técnicas de Ensino e Pesquisa, eu acho que a Organização Não-Governamental
3513 estava, desculpe. Eu acho que na hora de colocar o Amapá também não estava.

3514

3515 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Maranhão

3516 havia demandado?

3517

3518 **Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde) -** Ministério da Saúde

3519 também enviou.

3520

3521 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Vamos refazer do começo aqui que eu

3522 acho que na hora sem querer. É a CTECT. Do começo, Ministério do
3523 Desenvolvimento Regional, Ministério da Justiça, Ministério da Educação,
3524 Cidadania e Saúde, Ciências tecnologia e Inovação e o Ministério de Minas Energia
3525 a outra vaga. DF, Minas e São Paulo, Ceará, Piauí e Maranhão, Amapá, Tocantins
3526 e Rondônia não está. Por último e a mesma coisa em todas, Irrigantes, Indústrias
3527 e Prestadoras, Concessionárias, Pescadores, Comitês Organizações Técnicas e
3528 de Ensino e Organizações Não Governamentais, no total, 18. Certo. Acho que
3529 na hora de colocar a outra Planilha mexeu nelas.

3530

3531 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento de Regional)**

3532 - Ok! Então está aberta para a manifestação. Minas e Energia.

3533

3534 **Senhor Thiago Prado (Ministério de Minas e Energia)** - Uma boa tarde, Thiago
3535 Prado, Ministério de Minas e Energia, gostaríamos então de abrir mão da nossa
3536 vaga.

3537

3538 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento do Regional)**
3539 - Muito obrigado. Então composta a Câmara de Ciências e Tecnologia. Vamos em
3540 frente, para a última Câmara, Câmara nova de Segurança de Barragens.

3541

3542 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – O Ministério de Minas e Energia fica
3543 como o primeiro suplente da SETECT, Segurança de Barragem, de Ministério de
3544 Desenvolvimento Regional, Ministério de Desenvolvimento Regional novamente,
3545 Ministério de Infraestrutura, Saúde, Ciências e Tecnologia e Inovação, Minas e
3546 Energia, Meio Ambiente, Goiás, Mato grosso do sul, e Mato grosso, DF, Espírito
3547 Santo, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Piauí e Maranhão, Rio Grande do Norte,
3548 Paraíba, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas, Irrigantes, Indústria, Prestadores
3549 de Serviço Público, Concessionárias, Pescadores, Comitês, Organização Técnica
3550 de Ensino e Pesquisa, Organização Não Governamental, vai está dando maior
3551 porque tem uns que está riscadinho, pode somar todos que vai dá um
3552 número maior, o que estão com o risquinho colocar o número de volta aqui para
3553 dá o número certo aqui.

3554

3555 **Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde)** - Nós não pleiteamos
3556 vaga para essa Câmara.

3557

3558 **Senhor Gabriel Silva Pedrazzini (Ministério da Justiça, Suplente da FUNAI)** -
3559 Reforçar que é essa a gente tem uma importância de contribuição no grupo lá da
3560 Samarco que atingiu os povos indígenas estão, os Tupiniquim até lá na Foz do
3561 Rio Doce chegou os impactos também e mais uma vez o Ministério do Meio
3562 Ambiente não tá aí, seria de suma importância a participação deles em todo mas
3563 também se não for na vaga no Ministério da Justiça, na vaga do Ministério da
3564 Saúde, na vaga do Ministério do Meio Ambiente, eu acho que a gente poderia
3565 estar presente aí no sentido também de que a gente pleiteou a tempo no prazo e
3566 abrimos mãos de outras Câmaras Técnicas também.

3567

3568 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Aqui por
3569 favor, o Comitê São Francisco.

3570

3571 **Sr. Anivaldo de Miranda Pinto (Comitê de Bacia em rios de domínio da União)**

3572 - Uma pergunta: O segmentos de Comitês de Bacias foi suprimido?

3573

3574 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – É uma proposta.

3575

3576 **Sr. Anivaldo de Miranda Pinto (Comitê de Bacia em rios de domínio da União)**

3577 - Bom, se é uma proposta, então vamos as Justificativas, se existe uma Câmara
3578 Técnica onde os Comitês precisam necessariamente estar representados nessa
3579 aí, e aqui eu falo em várias situações começando pela Bacia do Rio São Francisco,
3580 eu não vou repetir muitas coisas, mas basta o evento da Barragem Córrego do
3581 Feijão e o que aconteceu com o Rio Paraopeba que é um dossiê ainda
3582 completamente aberto depois daquele crime que foi cometido pela Empresa Vale,
3583 para justificar essa presença. Outra coisa, o Comitê do São Francisco, só para
3584 citar um caso que temos o Comitê do doce com o dossiê do Doce, está trabalhando
3585 um inventário de todas as ameaças constituídas por barramentos de rejeitos de
3586 minérios que podem potencialmente seja pelo potencial de dano ou de risco atingir
3587 o Rio São Francisco que não tem plano B para isso, inclusive esse é um dos
3588 assuntos que nós queremos trabalhar aqui no Conselho Nacional de Recursos
3589 Hídricos porque a questões estratégicas para o Brasil visto que se uma daquelas
3590 barragens sobretudo aquela mineração de ouro do Rio Paracatu, evidente que está
3591 cercada de uma série de parâmetros de segurança, mas basta um acidente ali e o
3592 Brasil quebra pelo meio literalmente, visto que o Rio São Francisco, como nós
3593 tivemos até discutindo agora é a família aumentou vai de Minas Gerais até o Ceará,
3594 então nós queremos essa vaga, existem razões muito concretas para isso temos
3595 situações ali no quadrilátero ferrífero na região metropolitana de Belo Horizonte,
3596 precisa ser resolvidos e imediatamente, inclusive de barramentos e de rejeitos de
3597 minérios que estão abandonados, que estão apenas 10 km de um dos pontos de
3598 captação mais importantes para a cidade de Belo Horizonte para não citar que com
3599 o evento do Paraopeba Belo Horizonte já perdeu uma das suas fontes principais de
3600 abastecimento está tentando construir outra a montante. Então por essas razões
3601 eu considero que os Comitês estarão representados. E só vou encerrar

3602 rapidamente, os Comitês tem nove, são nove Comitês Interestaduais e mais de
3603 200 Comitês Estaduais e eu acho que o Conselho precisa reconceituar essas
3604 coisas que estão ocorrendo aqui, o Comitê está aqui equiparado da Sociedade Civil
3605 nada contra, não tem nada a ver com a sociedade civil em termos de achar que nós
3606 não poderíamos estar, mas só que Comitê não é sociedade civil, Comitê é uma
3607 organização paraestatal que compõe a base do Sistema Nacional de recursos
3608 hídricos, e essa é um sistema estranho que não se reconhece na sua própria
3609 identidade, diz que os comitês são a base dessa pirâmide que se quer construir
3610 enquanto Sistema Nacional de Recursos Hídricos e nós portanto não só
3611 protestamos contra essa conceituação de Comitê enquanto Sociedade Civil, isso
3612 significa que grandes contingentes aqui que não entendem o que é que é Comitê,
3613 o Comitê uma representação inclusiva do próprio poder público que não se
3614 reconhece a si mesmo e por tanta que nós fizemos uma reivindicação mínima visto
3615 que somos nove comitês interestaduais e mais de 200 estaduais, então nós nos
3616 contentamos que sobre protesto de ter apenas um representante de cada uma
3617 Câmara dessa, portanto queremos que esse mínimo acordo que é injusto, visto
3618 que nós deveremos ter um Comitê de bacia por região brasileira no mínimo cinco
3619 deveriam estar ai representados e queremos pelo menos manter esse mínimo de
3620 justiça do que foi proposto aí.

3621

3622 **Senhor Demétrio Christofidis (Ministério do Desenvolvimento**
3623 **Regional)-** Quero passar a palavra para Cristiane Battiston, por favor.

3624

3625 **Senhora Cristiane Battiston (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Boa
3626 tarde meu nome é Cristiane, eu coordenava o GT de Segurança de Barragem que
3627 a gente tinha no âmbito da CTAP, aqui no Conselho Nacional de Recursos
3628 Hídricos, vários colegas que estão aqui participavam desse GT e eu queria
3629 destacar que assim o Conselho Nacional de Recursos Hídricos ele tem um papel
3630 muito importante na política e segurança de barragem, e um papel bastante de
3631 regulamentação então é muito importante que a gente consiga ter na Câmara,
3632 órgãos e entidades que vivenciam no dia a dia a implementação da política. Então
3633 vou pedir a compreensão de vocês de mesmo o Ministério do Meio Ambiente não
3634 estando aqui que a gente mantivesse a vaga e que lá pelo MDR a gente faça o
3635 movimento com o MMA para a manutenção, para indicação e participação efetiva

3636 na Câmara, porque a gente tem problemas com a dupla fiscalização no
3637 licenciamento ambiental e pelo IBAMA sendo o fiscalizador.

3638

3639 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3640 Obrigado Cristiane.

3641

3642 **Sra. Marília Carvalho de Melo (CERH Minas Gerais) -** Na verdade não é
3643 discussão de composição, mas como Minas Gerais foi citado, acho que cabe um
3644 esclarecimento para esse Conselho, na fala do Anivaldo não existe barragem
3645 abandonada na região metropolitana existe uma barragem que era de uma
3646 mineradora que faliu, uma mineradora Australiana, o governo do estado assim
3647 como a lei determina imediatamente assumiu a gestão dessa barragem para si,
3648 realizou uma série de obras para garantia de segurança dessa barragem. Então eu
3649 só gostaria de esclarecer essa questão para o Conselho. Obrigado!

3650

3651 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3652 Mais alguma Manifestação?

3653

3654 **Sr. Jair Vieira Tannús Júnior (CERH Distrito Federal) -** Senhor Presidente
3655 primeiramente gostaria de cumprimentar pela condução dos trabalhos, missão que
3656 eu já enfrentei e sei das suas dificuldades, cumprimentar também pela participação
3657 efetiva do nosso Ministro e presidente do Conselho que se disponibilizou em ficar
3658 a manhã toda aqui, participar dos trabalhos, isso é muito importante para dar a
3659 importância do Conselho, e eu gostaria então para o bom andamento dos trabalhos
3660 declinar da participação do Distrito Federal nessa Câmara técnica já estamos muito
3661 bem contemplado com as outras que já foram definidas, então o Distrito Federal
3662 declina desta vaga em prol do entendimento e da celeridade dos trabalhos. Muito
3663 obrigado.

3664

3665 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3666 Muito obrigado. Então as demandas que tem é de inclusão do Ministério da Justiça
3667 e de inclusão do MMA é isso? Não, MMA. Ajuda-me o pessoal que está me
3668 acompanhando aí, trocaria MMA por Justiça, essa foi a proposta ou uma das

3669 propostas, com o movimento do DF de abrir mão de uma vaga. Declinando a favor
3670 do Ministério da Justiça, é isso? É só essa demanda no presente momento?

3671

3672 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Pode olhar para o final, o número ao
3673 final, são 20, tem três que tem que. Ele não está declinando a favor do Ministério
3674 da Justiça eu acho que é melhor ele declinar e a gente continuar tentando compor,
3675 até pedi para algum outro setor do Usuários, lembrando que estão em uma
3676 participação maciça em todas as Câmaras Técnicas pelo princípio.

3677

3678 **Sr. Anivaldo de Miranda Pinto (Comitê de Bacia em rios de domínio da União)**
3679 - Só um esclarecimento, volto a perguntar se o Comitê de Bacias já estão
3680 ali incluídos.

3681

3682 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3683 Já está incluído.

3684

3685 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Anivaldo, aqui o Comitê de Bacias Está
3686 dando 20 vagas, 20 candidatos... Já tirou tinha 21 estão com 20 para 17, mesmo
3687 cortando, olha...

3688

3689 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3690 Já tirou o DF.

3691

3692 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Vê o total ali dos estados. Já tirou...

3693

3694 **Sr. Não identificado** - Senhor Presidente!

3695

3696 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3697 Pois não.

3698

3699 **Sr. Não identificado** - Confira ali, o Governo Federal a representatividade
3700 do Governo Federal a soma, são oito ali ó, aí vai dar mais....

3701

3702 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Desenvolvimento Regional 2, Justiça 3,
3703 Infraestrutura 4, Ciências e Tecnologia 5, Minas e Energia 6, Minas e Energia 7,
3704 Meio Ambiente 8.

3705

3706 **Senhora Fernanda Gomes Pereira (Representante de Pernambuco)** - Só uma
3707 sugestão, toda a parte de recursos hídricos é tocada pelo MDR, aí seria o de
3708 Infraestrutura ser reavaliado, eles tocam rodovia, ferrovia, portos, enfim talvez não
3709 caiba a preocupação com barragem que tá tudo dentro de órgãos vinculados ao
3710 MDR, DNOCS, Codevasp, não tem nenhuma ligada ao MI.

3711

3712 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3713 Você está propondo a retirada do Infraestrutura, é isso?

3714

3715 **Senhora Fernandha Bastista Lafayette (Representante de Pernambuco)** – Sim,
3716 seria isso.

3717

3718 **Senhor Fernando Farias (Irrigantes - Região de Monte Carmelo)** - Olha foi
3719 falado, havendo a possibilidade da retirada de algum Usuário, veja, o Ministério de
3720 Desenvolvimento Regional e o Ministério de Minas e Energia, cada um ocupa duas
3721 vagas e agora quer retirar uma vaga dos Usuários, acho meio contrassensual,
3722 porque os Irrigantes representam um interesse distinto da Indústria, que são
3723 distintos dos prestadores de serviços de abastecimento público, concessionária de
3724 abastecimento público, ao mesmo tempo que o Ministério de Minas e Energia,
3725 apesar de representar Minas e Energia, é uma instituição única, o Desenvolvimento
3726 Regional nas suas secretarias é uma instituição única, quer dizer, acho que
3727 primeiro a gente tinha que fazer uma retirada das instituições que estão pedindo
3728 duas vagas para si, para depois começar a discutir as outras que queira abrir mão
3729 da sua representação. Os Usuários, cada um tem seu interesse específico e
3730 distinto.

3731

3732 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Sobre MDR, mas nesse caso não
3733 discutimos de tirar o Ministério de Minas e Energia por causa da NM Agência
3734 Nacional de Mineração não esquecemos que as tragédias de barragens é com
3735 barragem de mineração e rejeito, que é um assunto afeto ao Ministério de Minas e

3736 Energia, quando eu fiquei naquela matemática de tentar tirar ali, não pensei jamais
3737 de tirar Minas e Energia daí, por causa da ANM. Antigo DNPM.

3738

3739 **Senhor Igor Ribeiro (Ministério de Minas e Energia)** - Até a Cláudia está
3740 sugerindo não tirar o Ministério de Minas e Energia, eu acho que vale a
3741 compreensão de todos os conselheiros nesse sentido porque realmente existem
3742 duas Agências Reguladoras que são fiscalizadores de barragens relevantes para
3743 essa parte de segurança de barragem vinculados ao Ministério de Minas e
3744 Energia, que ANEL e ANM então seriam esses representantes que estariam
3745 altamente qualificados e capacitados para contribuir na melhoria das práticas de
3746 segurança de barragens então é fundamental nossa participação em duas vagas
3747 nessa Câmara Técnica.

3748

3749 **Sr. Não identificado** - Presidente com quanto nós estamos, por favor?

3750

3751 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3752 Nos ajude!

3753

3754 **Sr. Não identificado** - Com quantos nós estamos aí, por gentileza.

3755

3756 **Sr. Wanderley da Silva Paganini (Prestadoras – CETESB)** - 21. Parece que
3757 aumentou, aconteceu alguma coisa ai. Tinha diminuído isso daí. Pode subir um
3758 pouquinho por gentileza a tabela. Não tínhamos entendido que iria retirar o Meio
3759 Ambiente? Porque olha, os colegas de Minas e Energias, eu entendo
3760 perfeitamente e os colegas do Ministério de Desenvolvimento não poderia ter um
3761 movimento de dentro do próprio Ministério, consolidar esse trabalho, dificulta
3762 demais? Não, pois é isso que eu estou perguntando o colega, então dentro
3763 do Ministério, vocês não conseguem se conversar?

3764

3765 **Sr. Não identificado** - Eu posso fazer defesa para o MDR? É só lembrando que o
3766 MDR ele tem várias políticas relacionadas à Segurança de Barragem, além disso
3767 tem vários setores, várias secretarias finalísticas que tem atuação nisso eu sou da
3768 Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e nós estamos diretamente
3769 envolvidos com esse tema com a política nacional de segurança de barragens.

3770 Além disso, a Câmara técnica diz que uma das atribuições não é uma das
3771 competências é justamente monitorar a implementação da política, promover a
3772 integração da política nacional de segurança hídrica com a política nacional de
3773 proteção e Defesa Civil, então eu diria que é na prática seria inviável conciliar os
3774 interesses da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil com a Secretaria
3775 Nacional de Segurança Hídrica, com o Dnocs, com Codevasp, que têm visões
3776 totalmente diferente para esse tema. Entendi. Então não teria como nós da
3777 Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil representar o interesse do
3778 Ministério, enquanto empreendedor no São Francisco, como construtor de
3779 Barragens, como possuidor de barragens como é o Dnocs é a Codevasf, então a
3780 gente não teria como fazer essa representação de todo o Ministério e não vejo, o
3781 restante, o outro representante de outra secretaria fazer também essa defesa dos
3782 nossos interesses, inclusive, não é questão de defender, a Câmara Técnica eu
3783 entendo que ela tem um papel de propor medidas que melhora implementação da
3784 política e faça essa integração entre as políticas se para isso, se você pode
3785 prescindir se é possível a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica fazer essa
3786 proposta para que se faça a integração com a política nacional de proteção e
3787 Defesa Civil é então não faz sentido a Secretaria Nacional de Defesa Civil está
3788 presente, eu acredito nem no Conselho. Desculpe-me. Mas eu vejo na prática
3789 como algo impossível de acontecer.

3790

3791 **Sr. Wanderley da Silva Paganini (Prestadoras – Sabesp)-** Só para concluir a
3792 minha fala então que fui interrompido. É um pouco demasiado tua fala não tá
3793 presente no Conselho, porque nós estamos misturando um pouco a representação
3794 com o voto. Câmara não tem voto se faz por consenso, então nós estamos
3795 misturando um pouquinho quando você fala não faz sentido participar do Conselho
3796 Nacional, acho que um pouco descabida sua fala, desculpa o final da tua fala eu
3797 acho que não cabe isso, único apelo que nós estamos fazendo é sim, é possível
3798 dentro do Ministério Minas e Energia e do MDR fazer este trabalho não foi dito
3799 não é possível foi só perguntado se é possível, então se não é possível
3800 continuarmos a discussão da mesma maneira que os Usuários também, podemos
3801 separar aquele que constrói a barragem do que aquele que opera e mantém,
3802 entendi, quer dizer então é um pouquinho, se de alguma forma foi indelicado você

3803 me desculpa, mas eu acho que dizer que não vale a pena nem entrar no Conselho
3804 Nacional acho que foi sua indelicadeza. Me perdoa.

3805

3806 **Sr. (...)** - Só corroborando um pouco aqui com a fala do Conselheiro, é que a
3807 gente de fora tá, olhando a composição parece que embora juntou no nome, mas
3808 na essência não juntou, parece que fica feia, uma coisa separada eu era de tal
3809 órgão agora vim para cá, mas eu continuo sendo de outro órgão que era antes
3810 essa é a impressão que passa e quando a gente fala que tem 2 MDR, quando tem
3811 2 MI, por causa disso, se conversa internamente que leva uma proposta de cada
3812 Ministério, aí separadamente mas leva uma proposta única eu acho que a fala
3813 consensual nossa aqui é por causa desse motivo não é por causa de participação
3814 que deve e o que não deve, mas eu acho que de fora a gente vendo parece que
3815 continua, olha juntou o Ministério da Integração como o Ministério da Cidade
3816 formou MDR, só que na cabeça parece de fora que ainda tem o Ministério de
3817 Integração e o Ministério, é isso que passa entendeu... Então por isso que a gente
3818 queria ver se o governo pudesse abrir mão nessa situação aí entendeu.

3819

3820 **Senhora Fernanda Gomes Pereira (Ministério da Economia)** - Eu sou Fernanda
3821 Ministério da Economia, a gente nem pediu participação nessa Câmara que não
3822 tem muita relação com a nossa atribuição, com a nossa atuação, só que eu queria
3823 me solidarizar com os meus colegas aqui do Governo Federal, inclusive com o
3824 Ministério que virou cinco Ministérios, a gente não é tão simples essa integração
3825 igual a você afirmou agora da gente não é fácil todo assunto que a gente discorda
3826 internamente, você tem que levar para a Secretaria Executiva, tem um zilhão de
3827 assuntos, então realmente você abre a possibilidade de ter um técnico ali que tá
3828 lidando com a mineração que é completamente distinta da parte das barragens
3829 da geração hidrelétrica eu acho que é primordial assim porque até no fim das
3830 contas quem a gente acaba tocando aqui de Brasília essas Câmaras, vocês, será
3831 aberto para contribuir com que quer assim, acho que ficou bem claro aqui que todo
3832 mundo pode contribuir dentro das Câmaras com que achar pertinente e participar
3833 voluntariamente, mas assim eu acho bem importante que essas duas classes, eu
3834 sou da área de energia elétrica dentro da Economia pelo menos a mineração
3835 energia elétrica é contra o desenvolvimento regional e eu concordo com o meu
3836 colega ali que acho que tem mais experiência do que eu na área, mas é não é tão

3837 simples esse saneamento e por isso é importante a representação dupla sim. Eu
3838 acho que é como a gente está no primeiro ano de governo desse novo modelo,
3839 dessa reforma institucional a gente ainda vai lidar com esse tipo de ajuste e essa
3840 importância precisa ser valorizada.

3841

3842 **Senhor Tiago Prado (Ministério de Minas e Energia)** - Senhores, eu queria
3843 colocar uma reflexão, muito além da questão das vagas o de tensionamento, de
3844 participação dos grupos, a matéria é diretamente associada a nossa pasta, veja a
3845 gente tem uma área de mineração, a gente tem uma área de geração de energia
3846 elétrica, os processos construtivos são diferentes, a regulação é diferente, quer
3847 dizer a gente estaria discutindo abri mão justamente dos principais agentes
3848 também da fiscalização, hoje pela manhã foi feita uma apresentação do relatório
3849 de barragens a ANM e ANEEL, não estão lá em primeiro lugar mas fizeram seu
3850 dever de casa, estão em segundo e terceiro lugar então a gente tá discutindo
3851 reduzir a possibilidade de participação daqueles entes que estão ali visualizando
3852 os problemas e assim a gente viu na TV, tem gente que viveu, a gente leu os
3853 jornais, viu fotos, a gente sabe qual a consequência, então eu gostaria que o
3854 senhores refletissem, eu sei que é assim existem interesses de alguns Ministérios
3855 e de diversos agentes em participar da temática, mas eu gostaria que o senhores
3856 refletir-se ao fazer esse pedido de redução de vaga de Minas e Energia, porque
3857 são justamente as duas áreas que estão fiscalizando apoiando na política de
3858 barragens e alimentando os resultados para a ANA apresentar os relatórios, então
3859 por favor gostaria que os senhores fizessem essa reflexão, vamos olhar para o
3860 passado para lembrar das consequências e por favor reflita sobre o assunto e nos
3861 apoiem em manutenção da proposta que foi feita.

3862

3863 **Senhora Renata Bley (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de**
3864 **Janeiro)** - Queria apenas dizer, reitera o apoio à essa proposta dizer que nós temos
3865 três fiscalizadores em nível Federal, a ANA, ANEEL, ANM, e é muito preocupante
3866 tirarmos a ANM e a ANEEL da representação nessa Câmara Técnica, junto com a
3867 Marília aqui de Minas Gerais, a gente gostaria de reiterar o apoio e com São Paulo
3868 também.

3869

3870 **Sra. Não identificada** - Eu acho que é fundamental dessas duas vagas assim, eu
3871 falei para a Renata, falou isso, depois da fala, pois nós temos que falar em nome
3872 dos estados, porque a representação do Ministério de Minas e Energia duas vezes
3873 nessa Câmara, até que significa ANEEL e a ANM ali representados e é
3874 fundamental para uma discussão como essa. A ANA é apoio técnico por isso ela
3875 não tem representação e estará presente nessas discussões quanto apoio técnico,
3876 mas a ANEEL e ANM não são apoios técnicos, então essa Câmara é fundamental
3877 que eles estejam.

3878

3879 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3880 Ok. Então têm como proposta de encaminhamento mais uma vez fazendo
3881 movimento em relação ao governo federal, mas alguns setores também vai ter que
3882 fazer o seu movimento, então em relação às duas propostas trazidas aqui então
3883 em relação ao Ministério de Infraestrutura. Então da retirada do Ministério da
3884 Infraestrutura, queria que quem concorda com essa proposta levante o crachá.
3885 Alguém concorda com a retirada do Ministério da Infraestrutura e foi proposta
3886 aqui por Pernambuco. 15 votos, quem é contra a retirada do Ministério da
3887 Infraestrutura? Quem se abstém? 1 voto, então chegamos a quanto? Quem está
3888 fazendo a conta?

3889

3890 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** – Glalber, tirar o Infraestrutura e colocar
3891 aquele risquinho vê o total por favor . 20.

3892

3893 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** -
3894 3. Qual o setor ainda, repito a pergunta, abriria a mão dessa Câmara de Barragens.
3895 E aí minha gente! Estamos aceitando propostas, quem propõe a retirada de algum
3896 setor, dessa agora, essa rodada, qual instituição ou retira o seu setor ou propõe a
3897 retirada de outro setor.

3898

3899 **Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Eu só vou falar uma questão de ordem,
3900 por favor, toda vez que for falar se identificar e falar a instituição para facilitar depois
3901 da degravação e na Ata. Muito obrigado!

3902

3903 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3904 Fale o nome, tem a proposta do setor da ONG's, propondo a retirada do MMA.
3905 Então tem duas propostas, a retirada do MMA e a continuidade do MMA.
3906
3907 **Senhor Demétrio Christofidis (Ministério do Desenvolvimento Regional)**
3908 - Aquele momento que eu cedi à palavra para a Cristiane justificar a importância
3909 do MMA nessa Câmara até. É por isso que...
3910
3911 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) - É**
3912 qual é a proposta então em relação a retirada de alguma outra instituição.
3913
3914 **Sr. Não identificado -** Eu particularmente... Desculpa, gostaria de saber se
3915 o representante do Ministério da Ciência Tecnologia está aqui? Se é possível no
3916 meu ponto vista, dele ceder esse lugar.
3917
3918 **Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde) -** Eu iria
3919 propor justamente isso, para tentar manter o Ministério do Meio Ambiente até por
3920 conta da pertinência do tema para o MMA, para o IBAMA e para verificar se a
3921 Ciências e Tecnologia, não poderia abrir mão dentro do governo.
3922
3923 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**
3924 Ok, ainda tem a representação do Ministério...
3925
3926 **Sr. Não identificado -** Tem duas pessoas, defendendo essa situação.
3927
3928 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) - É**
3929 Sim, do Ministério de Ciências e Tecnologia.
3930
3931 **Senhora Fernanda Gomes Pereira (Ministério da Economia) -** Eu proponho a
3932 retirada do Irrigante, acho que a menos afeta a segurança de barragem ali.. Na
3933 classe dos Usuários ele é o menos afeto.
3934
3935 **Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde) -** Dentro do
3936 acompanhamento que a gente tem feito no Ministério com relação aos desastres

3937 de barragens de mineração principalmente, fica realmente difícil um usuário que
3938 possa aí ser retirado porque todos eles de fato tem alguma contribuição no entanto
3939 vou fazer uma sugestão de retirar Indústria, porque dentro do que a gente tem
3940 colocado, no trabalho com que nós temos participado são os que não tem
3941 dialogado conosco.

3942

3943 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**

3944 Ok. Tem a proposta da retirada do Ministério Ciência e Tecnologia, dos Irrigantes e
3945 da Indústria, daí chegamos no ponto... Qual o número que ficou aqui, quantos
3946 faltam aqui, me ajuda aí para conta. Não se tirou, temos hoje 20 é isso, em Roseli,
3947 nesse momento temos 20 e para chegar aos 17 temos a proposta central
3948 apresentada no plenário da retirada do Ministério de Ciência e Tecnologia e dos
3949 Irrigantes e da Indústria.

3950

3951 **Senhor Fernando Farias (Associação de Usuários da Região de Monte**

3952 **Carmelo)-** Primeira coisa que gostaria de dizer para colega representante do
3953 Ministério da Economia, a proposta de retirar Irrigante desse debate, eu acho que
3954 a proposta mais difícil de ser admitida, se todo mundo quer jogar a fatura do
3955 consumo de água no Irrigante, 66% a 67% de água consumida é do agronegócio
3956 para irrigação e coisa e tal, agora na hora de discutir um assunto de extrema
3957 importância como a segurança de barragem, que é o único instrumento que nós
3958 temos para garantir o encaminhamento de disponibilidade hídrica e se a gente
3959 retirar o Irrigante desse debate quer dizer você retirar a pessoa dos Usuários que
3960 têm grande interesse em ter um instrumento como um instrumento de implemento
3961 e desenvolvimento de suas atividades da parte mais importante que existe,
3962 totalmente descabida e outra coisa já cortaram o livro da tela os Irrigantes, Indústria
3963 e dos Usuários e antes disso eu tinha feito a proposta de retirar alguma vaga de
3964 Ministério de Minas e Energia e uma vaga de Ministério Desenvolvimento Regional
3965 que não foi levada a votação e também nós temos a proposta de retirada do
3966 Ministério do Meio Ambiente, então eu gostaria que nossa proposta fosse
3967 considerada antes dessa proposta de retirada do nosso seguimento, porque de
3968 novo reitero a importância que isso tem para o agronegócio, para irrigação
3969 especialmente.

3970

3971 **Senhor Alexandre Villela (Setor Industrial)** - Bom primeiro dizer que repudiar
3972 totalmente essa proposta e se alguma dificuldade de conversação a gente
3973 precisa melhorar e evoluir exatamente na solução dessa conversação e não da
3974 exclusão do segmento, acho que o principal do CNRH, seja nas suas Câmaras ou
3975 no Plenário, é a construção do pacto mais do que o Regimento, o que funciona a
3976 vida real além da legislação e mais a construção do pacto eu acho que tirar os
3977 Usuários da participação esse pacto é prejudicar construção desse consenso
3978 dentro da indústria da mineração de dados os próprios resíduos industriais e tantos
3979 outros papel e celulose tanto outros segmentos, para não segmentar então eu
3980 acho que de fato a indústria quer participar e mais que quer precisa participar para
3981 poder fazer parte desse pacto até porque se a gente olhar o relatório apresentado
3982 pela ANA, grande parte das barragens são lá do setor industrial e acho que não dá
3983 para indústria ficar de fora dessa contribuição nesse processo com todo respeito
3984 claro a opinião do Ministério da Saúde.

3985

3986 **Senhor Marcos Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ)**
3987 - Já tinha sido o proposto a retirada do Ministério do Meio Ambiente anteriormente
3988 mas como você citou que a ONG, queria só justificar o motivo da solicitação porque
3989 se não parece que a gente tem uma coisa contra, o motivo é justamente porque
3990 eles não estão aqui eu acho que o Ministério é em Brasília, com certeza não são
3991 só dois funcionários que tem no Ministério tem muitos funcionários, tem vários
3992 funcionários, então mandar uma pessoa aqui para representar para participar
3993 dessa reunião importantíssima, a primeira sob o comando da MDR, tivemos a
3994 honra de ter a presença do Ministro a presidir a reunião na parte da manhã e esse
3995 Conselho ser totalmente ignorado pelo Ministério do Meio Ambiente, então eu acho
3996 que a sugestão de retirada do Ministério é simplesmente pela ausência dele na
3997 reunião importante onde o próprio Ministro presidiu a reunião de manhã então isso
3998 eu acho que foi no mínimo uma falta de respeito.

3999

4000 **Senhora Dione (Representante do Ministério de Ciências e Tecnologia-**
4001 **MCTIC)** - Só para informar que pode retirar o Ministério da Ciência e Tecnologia.

4002

4003 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4004 Muito bem!

4005 **Senhor Marcos Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ)**

4006 - Só mais uma colocação a respeito da retirada do MMA, além disso tudo que eu
4007 já falei, foi feito uma coisa primordial, eles nem mandaram que tinha interesse no
4008 prazo que foi dado pelo próprio CNRH, eles nem mandaram o interesse, eu acho
4009 que isso é o pior de tudo.

4010

4011 **Sra. Não identificada-** Olha a gente está falando de um tema muito sério que é
4012 Segurança de Barragem, entendo, tenho uma questão de vaidade, a gente tem
4013 alguns grupos técnicos, temos o IBAMA, tem gente do MMA que participa, com
4014 muito afinco, muita seriedade, eu acho que a gente está levando para um nível
4015 extremo, de tirar atores importantes no processo.

4016

4017 **Sr. Não identificado** - Eu estou preocupado porque a gente vai perder coro. Então
4018 eu acho que ficou mais ou menos patente a questão do Ministério de Minas e
4019 Energia, da importância, porque que a gente não passa a votar as propostas ao
4020 invés da gente está justificando, eu sugeriria primeiro votar uma vaga só para o
4021 MDR e ele se compõe lá dentro e traz as pessoas como ouvintes, como suplentes,
4022 e depois também o MMA, acho que é fundamental essa questão de querer
4023 participar. Nós estamos aqui discutindo as pessoas que querem participar. Porque
4024 não mandou o interesse, eu compreendo isso que você está dizendo, mas agora
4025 não fica ninguém cerceado participar da Câmara. Falou-se agora a pouco, porque
4026 que nós temos que ficar discutindo se tem mais ou se tem menos um setor,
4027 portanto e que todos participem, agora quem opera, mantém, quem põe a mão na
4028 massa não pode ficar de fora, e tem que subsidiar um plano nacional, é isso que
4029 nós estamos buscando. Então eu sugeriria, Presidente, com o encaminhamento,
4030 por, mas que doa, tudo isso partir para propostas e votações. A primeira que eu
4031 sugiro e que a gente discuta, o Ministério de Minas e Energia já colocou a
4032 importância, já se posicionou, estão entendendo que não pode abrir mão das duas,
4033 porque que o MDR não pode abrir mão de uma delas. Primeira essa é uma
4034 proposta, a outra proposta é o MMA se ele tem tanta vontade de participar e tem
4035 interesse e claro que tem competência para isso, venha conosco, venha como
4036 suplente, como o participante, nós estamos imaginando de novo que Câmara é
4037 assim tem 17, e eu perco no voto eu ganho voto não é isso, a minha sugestão é
4038 que a gente passa votar, estou preocupado com o coro, Presidente.

4039 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4040 Então temos a proposta da retirada do MMA, então em votação, quem concorda
4041 com a retirada do MMA levante o crachá. 8 votos, quem não concorda com a
4042 retirada do MMA, 11 votos, quem se abstém, 4 votos. Então está mantido o MMA.
4043 Daí tivemos a proposta, ainda dentro do Governo Federal, da redução de uma vaga
4044 para o MDR. Quem concorda com a proposta de redução de uma vaga no MDR,
4045 levante o crachá. 12 votos, quem não concorda com a retirada de uma vaga do
4046 MDR, 8 votos, quem se abstém, está retirada uma vaga do MDR.

4047

4048 **Sr. GILSON PIRES DA SILVA (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Eu
4049 queria só manifestar, acho que já tinha outras propostas antes de
4050 encaminhamento, não foram votados passaram essa na frente a gente não teve
4051 como defender, desculpa o colega lá, eu gravei o nome dele, eu entrei no meio
4052 da fala dele, eu iria fazer essa defesa no tempo apropriado mas como o MME
4053 estava se manifestando, então eu acabei cortando lá a fala dele, então eu queria
4054 de qualquer modo me manifestar, mas também já foi voltado, mas eu queria
4055 registrar aqui se o MME não consegue conciliar em uma única representação os
4056 interesses de Minas e Energia, então seguindo a lógica, o Ministério de
4057 Desenvolvimento Regional não conseguiria incorporar em uma única vaga os
4058 interesses, as representações e as contribuições da Agência Nacional de Águas
4059 que está vinculado ao MDR e ao Dnocs, da Codevasf, da Secretaria. Pois é ainda
4060 mais da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, o colega colocou a
4061 importância de ter alguém que participa efetivamente do processo. Nós estávamos
4062 em todos esses desastres, nós estávamos lá, nos revezando para fazer a gestão
4063 da crise, nós estamos discutindo internamente o tempo todo a essa interação entre
4064 essa interação entre o plano de ação de emergência e o plano de contingência que
4065 é importantíssimo que foi colocado no relatório de segurança de barragens mais
4066 cedo e isso, e a nossa representação também passa para contribuições no âmbito
4067 normativo, legislativo é que a gente já vem sendo demandado pelo próprio
4068 Congresso, então eu acho que com uma vaga só o MDR ficar muito mal
4069 representado.

4070

4071 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4072 Ok, é uma composição que estamos fazendo aqui.

4073 **Senhora Cristiane Battiston (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - Já foi
4074 votado, o que acontece assim, eu estou tentando olhar a Segurança da Barragem
4075 sem as vaidades eu não entendo do Regimento, o Ministério de Desenvolvimento
4076 Regional tem um papel bastante importante e a gente coordena a maioria dos
4077 reservatórios de usos múltiplos especialmente em apoio aos Estados, o maior
4078 empreendedor de barragens de usos múltiplos é vinculado ao nosso Ministério. A
4079 Agência Nacional de Águas, fiscalizadora é vinculado ao nosso Ministério, a
4080 Secretaria de Defesa Civil, a Secretaria de Saneamento apoiando todas as
4081 barragens de abastecimento de água, já foi votado, mas assim sinceramente estou
4082 tentando ter na Câmara os agentes mas importantes que estão vivenciando no dia
4083 a dia no processo agora o Conselho é soberano, o Plenário decide.

4084

4085 **Senhor Igor Ribeiro (Representante do Ministério de Minas e Energia)** - Nós
4086 nos abtemos na votação, mas considerando essas falas foram extremamente
4087 relevantes nós gostaríamos de mudar nosso voto para manter o MDR com as duas
4088 vagas.

4089

4090 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** –
4091 Sim, existe uma proposta queria vê se a gente pode negociar com o Ministério da
4092 Justiça. Essa é uma questão interna do governo. Nosso entendimento queria fazer
4093 uma ressalva indiscutivelmente à participação da Defesa Civil em todas essas
4094 atividades ela é indispensável e efetivamente nessa composição de estrutura do
4095 novo Ministério é necessária à participação ativa da Defesa Civil então eu gostaria
4096 de encaminhar pela anulação da votação anterior e da recomposição fazendo uma
4097 proposta de manutenção das duas vagas do MDR em detrimento da vaga do
4098 Ministério da Justiça, se o Plenário concorda nós faríamos uma nova votação quem
4099 se manifesta.

4100

4101 **Senhora Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (ABRAGEL)** - É uma
4102 questão de ordem também, Presidente porque a gente deveria primeiro definir
4103 quais setores deveriam ser... Como você está começando a votação sempre de
4104 cima é sempre os Ministérios do Poder Público Federal que está sendo excluído.
4105 Então eu acho que a gente deveria primeiro pensar nos blocos de
4106 representação, quais desses blocos deveriam ter, uma representação retirada e

4107 depois sim a gente vai se a ordem vai ser sempre os Ministérios, e eu votei contra
4108 porque acho que é fundamental é até fortalecendo a fala do Porfírio hoje de manhã
4109 que implementa o pai não é nenhum de nós é a Defesa Civil, nós precisamos de
4110 fato que a Defesa Civil sejam agente importante nessa discussão da
4111 regulamentação da Política de Segurança de Barragens.

4112

4113 **Sr. Não identificado** - Só questão de ordem, eu acho que não podemos cancelar
4114 a votação, podemos substituir por outra proposta, pois eu acho que é só uma
4115 questão de ordem tá gravando, têm ata de reunião. Eu acho que não é bom isso
4116 daí, porque a gente quebra regras foi votado agora existe uma proposta na qual
4117 nós estamos revendo esta posição e aí é só uma questão de forma não de
4118 conteúdo, sugestão.

4119

4120 **Senhor Marcos Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ)**

4121 - Eu acho assim pela regra mesmo, na regra a gente tinha que ter demonstrado o
4122 interesse no prazo determinado pelo próprio Ministério do Desenvolvimento
4123 Regional, e eu acho que o Ministério do Meio Ambiente quebrou essa regra ele
4124 não cumpriu ele não demonstrou interesse então se ele não demonstrou interesse
4125 nem ai ele deveria estar, então eu acho que por exemplo numa votação, eu estou
4126 aqui agora aqui em uma questão pessoal, não é o representante fica prejudicado
4127 por exemplo o próprio Ministério do Desenvolvimento Regional, porque o
4128 Ministério do Meio Ambiente que nem poderia estar concorrendo, que nem cumpriu
4129 as regras foi votado favorável no caso do Ministério do Desenvolvimento Regional,
4130 foi votado desfavorável por permanecer, então no meu ponto de vista eu acho
4131 que tem que ter cumprido a regra independente de quem tá fazendo parte da regra,
4132 independente do governos, se é Usuário, se é ONG's, tem a regra tá lá o prazo
4133 para demonstração de interesse é até dia tal, perfeito apresentou no dia tal,
4134 apresentou, concorre discute, a gente debate aqui vai trabalhar entre quem
4135 apresentou por exemplo o próprio Ministério da Justiça está concorrendo porque
4136 apresentou, agora o Meio Ambiente não apresentou, como a gente vai discutir uma
4137 situação de uma instituição que não cumpriu a regra, eu acho muito ruim isso,
4138 assim pessoalmente falando.

4139

4140 **Senhor Alexandre Luiz Almeida Vilella - (Representante do Setor Industrial) -**
4141 Gostaria de passar a palavra para Maria do Socorro representante da CNI.

4142

4143 **Senhora Maria do Socorro (Representante da CNI) -** Apenas para reiterar a
4144 posição do Marco e do Vanderlei, quando se quebra a regra acontece isso uma
4145 votação que tem que ser substituída, porque não se observou a regra do jogo, a
4146 regra do jogo era todo mundo tem que se manifestar além de não se manifestar o
4147 Ministério não veio ao Conselho quando próprio Ministro Desenvolvimento
4148 Regional passa mais do que amanhã aqui, então é um absurdo, eu acho que como
4149 o Wanderley falou essa votação terá que ser substituída porque ela é nula, ela é
4150 nula desde o início.

4151

4152 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4153 Ok, nós tínhamos votado ainda pouco da manutenção do Ministério do Meio
4154 Ambiente no processo. Você está reencaminhando a discussão do Ministério
4155 do Meio Ambiente, então eu retomo a proposta da mesa, de uma nova votação
4156 referente à manutenção da segunda vaga do Ministério do Desenvolvimento do
4157 Ministério Regional, em detrimento do Ministério da Justiça, então quem concorda
4158 com essa substituição levante o crachá. Ficam MDR duas vagas saem Ministério
4159 da Justiça, 20 votos, quem é contra? Abstenções? Então resolvemos chegamos a
4160 quanto então? Faltam... Tem a proposta da retirada dos Irrigantes, da Indústria,
4161 dos Pescadores, pelo Ministério do Meio Ambiente. Recolocando a questão, algum
4162 setor que retira a sua proposta da Câmara?

4163

4164 **Senhora Maria do Socorro (Representante da CNI) -** Setor presente que retira a
4165 sua proposta.

4166

4167 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4168 Então seguindo a última manifestação da CNI, por conta do MMA não ter composto
4169 a regra do atingimento do prazo para manutenção da sua proposta de compor a
4170 Câmara, então o MMA vai ser retirado da Câmara, não vai compor a Câmara, então
4171 com isso encerramos a composição da Câmara de Barragens. Ok! Palmas para a
4172 solução.

4173

4174 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4175 Possível, então ainda contando com todos aqui sabemos que esse era motivo de
4176 interesse importante, mas precisamos passar rapidamente o resto da pauta
4177 contando com todos os titulares e suplentes. Próximo ponta da pauta é a proposta
4178 de instituição, nós vamos rápido aqui, proposta de instituir o grupo de trabalho no
4179 âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais para revisão do Regimento Interno.
4180 Se o Plenário concorda da constituição no grupo de trabalho no âmbito da Câmara
4181 de Assuntos Legais, para promover a revisão do Regimento Interno, a ideia é que
4182 esse trabalho seja feito de forma expedita para que na próxima Reunião do
4183 Conselho, já tenha uma proposta do nosso novo regimento. Quem concorda com a
4184 proposta de constituição do grupo de trabalho, levante seu crachá. Sim, autorizando
4185 a Câmara de Assuntos Legais a compor o grupo de trabalho. Ainda no assunto das
4186 Câmaras, já quero dizer, Ok. Votação, contagem. Autoriza a Câmara Técnica de
4187 Assuntos legais a constituir o grupo de trabalho para os fins de regimento. 18 votos,
4188 quem é contra, quem se abstém. 1 voto. Ainda nesse tema, queremos dizer, até
4189 pelo adiantado da hora também, que a nossa intenção é que na primeira quinzena
4190 de fevereiro, já aconteça as reuniões de todas as Câmaras Técnicas, e ainda nesse
4191 tema, dizer que com esta aprovação da composição, das Câmaras Técnicas,
4192 será emitida, publicada a resolução com esta composição, aprovada aqui nesse
4193 Plenário. O próximo ponto de pauta diz respeito a viabilidade econômica do Rio
4194 Paranaíba, da gestão do Rio Paranaíba, esse seria o último ponto, de pauta,
4195 penúltimo ainda temos a informe sobre o grupo de acompanhamento do gap
4196 Paraguai, e depois alguns assuntos gerais e encaminhamentos. Então nesse
4197 sentido, nós convidamos o Breno Esteves do Comitê do Paranaíba, está presente?
4198 Então o Fábio, vai fazer uma breve apresentação referente a esse tema da
4199 viabilidade financeira, da gestão de recursos hídricos, da Bacia do rio Paranaíba,
4200 em atendimento a Resolução do Conselho Nacional de Recurso Hídricos,
4201 201/2018.

4202

4203 **Senhor Fábio Donato Soares Lara Tonda (CBH PARANAÍBA) -** Boa tarde a
4204 todos, peço licença a mesa para eu sentar, e a produção para colocar. Não é esse,
4205 é uma apresentação que eu que eu deixei com os colegas da técnica. É bom eu
4206 vou tentar ser breve, vou apresentar um tema que no início parecia um tema tenso,
4207 mas, das apresentações que agora eu vi o tema que será apresentado agora ser

4208 iguala a um doce de leite. Estou aqui aguardando ele lançar. Bom eu posso já
4209 começar enquanto a apresentação, ela está na área de trabalho, tá amigo. A
4210 apresentação é. Isso, então nossa missão aqui é atender uma demanda de CNRH,
4211 pode passar, que solicita ao comitê apresentação do plano de viabilidade financeira
4212 baseado na provação da nossa entidade delegatária que atendendo às
4213 recomendações da ANA e desse Conselho, entendeu que ao aprova a nossa
4214 entidade delegatária, claro depois de ter aprovado nossos mecanismo de
4215 cobrança, pode passar. Determinou que a gente apresentasse um plano de
4216 viabilidade financeira da gestão dos recursos hídricos da Bacia do rio Paranaíba
4217 até Março de 2020, então a gente vem aqui já apresentar esse tema, nosso Comitê
4218 ele foi instituído em 2002 e instalado em 2008. Pode passar, ótimo, sem tomar o
4219 tempo de vocês. Esse aqui é o Paranaíba é a segunda maior unidade hidrográfica
4220 da Bacia do Paraná, ela abrange quatro Estados, ela abrange o DF, em quase sua
4221 totalidade, abrange todas as zonas metropolitana de Goiânia, ela tem uma
4222 característica muito interessante que não posso me furtar a citar, o Distrito Federal
4223 tá ali em cima na pontinha da bacia que representa 1,6% dessa bacia hidrográfica,
4224 no entanto ele é responsável por 70% dos recursos arrecadados nessa bacia
4225 hidrográfica. Esse é um ponto muito interessante para a gente pensar normalmente,
4226 os maiores usuários estão no final da bacia, pagam e recebem todos os benefícios
4227 da gestão e da implantação de instrumento de gestão que acontece na bacia, nessa
4228 é ao contrário o maior pagador, o maior investidor dessa bacia está na nascente,
4229 então ele investe, mas infelizmente não consegue absorver os benefícios desses
4230 investimentos, então como eu falei isso os quatro Estados em uma bacia que eu
4231 considero de grande relevância no cenário Nacional. Pode passar. Aqui a estrutura
4232 do nosso Comitê que são 45 membros, temos uma Diretoria com Presidente dois
4233 Vices e um Secretário, são informações, acho que todos corriqueiras, temos
4234 desafios, implementação nosso plano de recursos hídricos, fortalecer o nosso CDH
4235 para torná-lo conhecido influente na formulação e implantação das nossas políticas
4236 públicas e das políticas públicas consolidados CBH Paranaíba como Comitê de
4237 Integração e articular o fortalecimento dos órgãos gestores e estaduais para
4238 ampliar a participação da sociedade civil e contribui para o aumento da
4239 produtividade dos usuários, esse ponto 3, quando a gente fala que é consolidar o
4240 CBH como comitê de integração acho que essa é uma vocação, é a vocação maior
4241 do CBH Paranaíba se um comitê de integração, uma dessas justificativas dessa,

4242 isso que eu apresentei, a gente tem uma Unidade da Federação ou tem o maior
4243 usuário dessa bacia se a gente considerar apenas os rios federais na nascente da
4244 bacia. E se eu promovo uma gestão dessa bacia como todo imaginando que
4245 apenas este usuário vai ser capaz de promover o de oferecer recurso suficiente
4246 para gestão da bacia eu estou cometendo um equívoco na minha opinião, logo a
4247 nossa vocação é fomentar para que todos os comitês afluentes, a nossa missão
4248 principal é fomentar para que todos os comitês afluentes implante os sistemas de
4249 cobrança seus enquadramentos, e a gestão e o seu plano de bacia. 2016 a gente
4250 teve a cobrança aprovada, os mecanismos de cobrança, 2018 a deliberação 96
4251 aprova a indicação da Aba como a nossa entidade delegatária, e o CNRH faz
4252 aquela primeira recomendação que eu disse, observando que os números de
4253 arrecadação baseados na metodologia e nos preços praticados não eram
4254 suficientes para a sustentabilidade da delegatária, e o nosso compromisso aqui e
4255 que até 10 de Março, está apresentando a vocês a nossa solução para a
4256 sustentabilidade da Bacia. Vamos poupar vocês de detalhes, vamos direto a nossa
4257 a nossa sugestão que consiste na ampliação da base de arrecadação, falou-se
4258 muito e se discutiu muito no comitê a possibilidade de se aumentar PPU, a
4259 possibilidade de soluções híbridas onde você coloca um ou outro Comitê para
4260 instituir cobrança em outro Comitê, mas todas as soluções caminhavam para um
4261 grande pagador, cada vez mais o saneamento que no caso é que é o grande
4262 arrecadador dos 10 milhões que a gente arrecada no Rio Paranaíba 7 milhões vem
4263 do saneamento do DF, estaria financiando uma bacia como um todo e sem aquilo
4264 que a gente acredita que é efetivação mesmo da gestão que acontece nos
4265 afluentes. Então a nossa missão se tornou implantar a cobrança em implantar o
4266 sistema de gestão de recursos hídricos nas bacias afluentes, esse desafio ele se
4267 propõe até a sua cobrança a partir de 2022 logo a gente, se compromete com
4268 vocês para a partir de 2000 final de 2020 todos os comitês afluentes aí eu estou
4269 falando do três comitês mineiros dos quais um já tem a cobrança, um comitê do
4270 Distrito Federal que já foi aprovada cobrança no comitê de bacia do DF, só falta
4271 passar pelo CRH, dois comitês Goianos e Mato Grosso do Sul. Então essa é a
4272 nossa proposta de viabilidade com essas cobranças implantadas em todos esses
4273 comitês, a gente em uma agência única, a gente tem viabilidade. Então sem muito
4274 mais delongas a gente solicita dessa plenária acho que não é um ponto de votação
4275 agora mas a nossa solicitação é essa para que o nosso plano de viabilidade

4276 financeira baseado na ampliação da base de arrecadação atenda o que é a
4277 resolução 201/2018 determina. Muito obrigado!

4278

4279 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4280 Obrigado, representante do Paranaíba, algum esclarecimento, alguma dúvida
4281 sobre o que foi apresentado.

4282

4283 **Senhora Marília Carvalho de Mello (Representante do Conselho Estadual de**
4284 **Minas Gerais) -** Na verdade eu quero só reforçar a fala do Comitê de Bacia
4285 Hidrográfica, nós estamos trabalhando os órgãos gestores de maneira
4286 absolutamente alinhada para implementação da cobrança para garantir a
4287 sustentabilidade financeira e também para adequação administrativa da entidade
4288 equiparada que hoje é a ABA, questões administrativas passou algum período
4289 também sem conseguir efetivar as suas funções aplicação do recurso etc. O que
4290 gerou algumas implicações ao trabalho do Comitê. Então eu queria só reforçar,
4291 enquanto também representantes do Governo do Estado a importância da gente
4292 dar mais esse prazo ao Comitê para garantir a sustentabilidade financeira.

4293

4294 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4295 OK! Manifestação?

4296

4297 **Senhor Marcos Menegaz (Representante do Goiás) -** Só para informar que nós
4298 aprovamos na Câmara Legislativa semana passada um projeto de lei instituindo um
4299 fundo para a gente poder gerir esses recursos da cobrança que o primeiro passo
4300 que nós estamos dando nessa gestão e pode implementar cobrança já a partir do
4301 ano que vem, então a princípio nós iremos começar as discussões em janeiro nos
4302 Comitês e temos previsão de implementar ainda o ano que vem essa cobrança para
4303 poder arrecadar já em 2021.

4304

4305 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4306 Alguma manifestação a mais...

4307

4308

4309 **Senhora Fernanda Gomes Pereira (Ministério da Economia)** - Levando em
4310 conta que a ingerência que vocês têm sobre essas instituições das cobranças nas
4311 demais bacias, levando em conta aqui isso pode ou não ocorrer até Março, essa
4312 solução pode ou não se encaminhar, eu queria entender um pouquinho a cobrança
4313 que você já efetuou o que dá isso sim é o que tá na ossada de vocês, mas se você
4314 puder disponibilizar para próxima reunião as notas técnicas que embasam essa
4315 personificação, que vocês colocam aqui nos PPUS e eu também notei um
4316 descolamento bem grande aqui entre as classes, tendo esse desconto aqui para o
4317 agropecuário, eu queria entender se existe um acompanhamento da efetividade
4318 desse desconto se ele realmente traz o benefício que ele, eu imagino que ao dá
4319 esse desconto é porque vocês estão entendendo que ele pode trazer algum
4320 benefício para Bacia, certo, numa gestão melhor que esse é um princípio da
4321 instituição de uma política pública de incentivo, então se tem algum panorama, se
4322 vocês tem algum acompanhamento de se está sendo efetivo ou não que
4323 justificaria a sua manutenção. Obrigada!

4324

4325 **Senhor Fábio Donato Soares Lara Tonda (CBH PARANAÍBA)** - Obrigado, vou
4326 tentar ser breve, bom a gente não tem uma ingerência sobre os órgãos gestores
4327 direta mas a gente tem o poder que o comitê tem de articulação, a gente entendeu
4328 que a nossa missão e eu acho que é missão de comitê, articular se envolver então
4329 acho que a fala da Marília e do colega do Goiás traz exatamente esse poder de
4330 articulação que o comitê tem e vem tendo sucesso de articular e de buscar vias,
4331 inclusive editar aportando o recurso da cobrança, da calha, nessa implantação nos
4332 comitês afluentes, o nosso mecanismo vai ser revisto agora também por
4333 determinação eu acho que nesse momento de revisão do mecanismo, sim a gente
4334 vai fazer toda avaliação da efetividade dos descontos apresentados para não só
4335 os descontos apresentados para irrigação, mas também setor do saneamento
4336 também tem um desconto eu acho que tudo será revisto nesse momento da
4337 revisão do mecanismo de cobrança.

4338

4339 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** –
4340 Seguindo aqui. As inscrições só a título de esclarecimento, em função de todo esse
4341 processo, que a ANA já vem acompanhando o Comitê, está apresentando esse
4342 documento aqui para conhecimentos CNRH a partir daí vai ser encaminhado, a

4343 partir das considerações aqui para agência, a agência vai fazer análise e trazer
4344 novamente o assunto para o Conselho, é o início do processo da discussão, da
4345 apresentação do plano de viabilidade , recuperação da viabilidade financeira do
4346 Comitê.

4347

4348 **Senhor Humberto Cardoso Gonçalves (Superintendente da Agência Nacional**
4349 **de Águas - ANA)** - Só para complementar aqui o que você falou isso foi uma
4350 deliberação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando deu a delegação
4351 para a Agência Delegatária, a Agência Nacional de Águas no parecer da época
4352 para Câmara Técnica de Cobrança e informou que a viabilidade Econômica para
4353 viabilizar a entidade delegatária não fechava conta, os valores definidos para a
4354 cobrança e os mecanismos de cobrança definido, inclusive isso vai à direção do
4355 que você falou, não... você benefício da cultura isso não fechava com outro a gente
4356 colocou esse aí um parecer extenso, uma análise extensa isso foi colocado no
4357 Conselho e o Conselho então achou por bem aprovada a delegação para entidade
4358 delegatária, mas condicionando que agora ao vencer em março do ano que vem a
4359 delegação que ele deve ao Conselho. O Comitê deveria apresentar então a
4360 viabilidade da entidade delegatária, então quem tá trazendo aqui um plano que eles
4361 estão propondo é isso tem que ser analisado pela Agência Nacional de Águas,
4362 porque nós temos um contrato de gestão com essa agência delegatária, nós temos
4363 que fazer essa análise e a expectativa é que em março então o Comitê volte aqui
4364 a esse Plenário, demonstrando a viabilidade financeira para se manter essa
4365 entidade delegatária nos moldes que está proposto aí pelo plano de recuperação
4366 ou de viabilidade acho que é esse apenas o contexto aqui, hoje se trata apenas de
4367 uma apresentação de uma proposta uma satisfação que vocês estão dando aqui
4368 ao Comitê, ao Conselho e essa proposta vai para Agência Nacional de Águas,
4369 nossa equipe técnica vai se debruçar sobre os números vai chamar a entidade
4370 delegatária, que aliás já estamos trabalhando algum tempo com eles e ver se é
4371 realmente se o que está sendo apresentado é viável, porque o nosso receio é que
4372 essa proposta prorrogue por mais quatro anos, essa tal viabilidade quando a gente
4373 começa a pensar que a viabilidade se dá a partida com articulação com os órgãos
4374 , com os estados, que quanto tempo que estão se discutindo a cobrança e tal. A
4375 governabilidade do Comitê de Bacia para definir a viabilidade da entidade
4376 delegatária ela fica sempre sendo na mão da possibilidade dos outros órgãos

4377 gestores, dos governos implementarem a cobrança na bacia como todo. Então essa
4378 discussão a gente vai ter aprofundadamente junto com o Comitê, temos tido essa
4379 discussão permanente com o comitê e com a entidade delegatária então a
4380 expectativa é que esse documento que vocês estão apresentando seja
4381 encaminhado para Agência Nacional de Água a gente, com 2 chapéu, um
4382 chapeuzinho da Assessoria Técnica ao Comitê ao Conselho e Assessoria Técnica
4383 nossa para que o contrato de gestão que nós temos com a Agência, então se a
4384 gente entende que não há viabilidade, nós tivemos dificuldade aqui no ano passado
4385 com esse Conselho para aprovar um aditivo do contrato de gestão, a prestação de
4386 contas de segunda-feira de 2018 da entidade delegatária, estamos tendo
4387 dificuldade de aprovar dentro da Agência Nacional de Águas, porque o
4388 desempenho no contrato de gestão que é prevista no mínimo 70%, eles
4389 conseguiram alcançar até agora 10%, então houve uma pressão muito grande do
4390 nosso contato, nós estamos com o TCU em cima disso então nós temos muito
4391 receio de como que a gente vai encaminhar esse processo da viabilidade então
4392 temos o todo interesse em apoiar, estamos fazendo isso, mas a engenharia difícil
4393 e principalmente porque conta com a o avanço dos órgãos gestores dos outros
4394 estados na cobrança para viabilizar então a entidade delegatária, a proposta não
4395 passa apenas pela aumento da arrecadação, pela PPU, mas também tem que
4396 passar pelo engajamento da cobrança nos outros estados, na premissa, que os
4397 órgãos gestores vão contratar a entidade delegatária de hoje da ABA para ser a
4398 sua entidade delegatária e isso é uma premissa, nós não sabemos por exemplo a
4399 ADASA, que tem um comitê que vai iniciar a cobrança agora na bacia se ela vai
4400 considerar a possibilidade da água se a entidade delegatária. Estamos torcendo
4401 para isso, estamos articulando com a ADASA porque isso viabiliza um pouco mais
4402 a entidade delegatária na medida em que entra no outro comitê cobrando, então
4403 vocês sabem que a viabilidade que a entidade delegatária está associada às 7,5%
4404 do valor da cobrança. Estamos aqui discutindo do seu 7,5% muito pouco, mas é
4405 o que é lei hoje 7,5%, já temos propostas dentro desse Conselho para prorrogar
4406 isso de aumentar isso de 7,6% para 15%, isso é uma proposta que tá aqui mas
4407 isso envolve lei. Mas isso é nosso papel dentro do Conselho isso tem proposta
4408 gente entende que 7,5% têm dificuldade mas por outro lado 7,5% de quanto, 7,5%
4409 de quanto é 7,5% de 10.000.000 é um número 7,5% de 20 milhões de arrecadação
4410 e outro número, então a gente tem uma discussão sobre isso a nossa intenção é

4411 garantir a sustentabilidade e a viabilidade dessa entidade delegatária porque elas
4412 são as entidades que vão aplicar os recursos da cobrança mesmo assim, nós temos
4413 entidades que funcionam muito bem eu posso citar a Fundação PCJ, eu posso
4414 citar a AGVAP, Peixe Vivo que está aqui, o Nivaldo que sabe disso que consegue
4415 ter sustentabilidade consegue implementar os recursos da cobrança não é simples
4416 nós estamos fazendo todo uma mudança do nosso arcabouço legal em função dos
4417 contratos de gestão para permitir que por exemplo Equipe técnica que trabalha na
4418 Entidade delegatária seja paga com recursos dos 92,5%. Estamos trabalhando
4419 mexendo na legislação, poder desafogar um pouco a identidade delegatária para
4420 ficar com 7,5% para pagar suas instalações físicas e sua equipe mínima mais uma
4421 equipe que tem que ter consultoria para apoiar a implementação daquela ação tão
4422 contratada, precisa de ter um reforço pessoal e a ideia que a gente consiga agora
4423 temos uma revisão da resolução já vem avançada para permitir então que a
4424 entidade delegatária, possa lançar mão de recursos de 92,5% da cobrança para
4425 dar um reforço de Equipe técnica para ela para acelerar inclusive o processo de
4426 investimento na bacia oriundo do recurso da cobrança então o 7,5% realmente
4427 afeta, a ANA tem ajudado com recursos adicionais e aí já é um outro tipo de
4428 recurso não é o recurso da cobrança e o recursos orçamentário que ANA vem
4429 apoiando a entidade delegatária e a medida que demonstre financeiramente ou
4430 orçamentariamente a necessidade de aporte de recurso adicional, a gente vem
4431 apoiando, mas a gente entende que o Comitê define determinados valores e
4432 mecanismos de cobrança isso vai impactar diretamente a sua entidade delegatária
4433 quer dizer a gente gosta de fazer, costuma falar que o tamanho de uma entidade
4434 delegatária, a capacidade dessa entidade delegatária é dada pelo comitê, no
4435 momento que o comitê decidiu os seus valores e mecanismo de cobranças ele está
4436 definido também que tipo de entidade delegatária o tamanho dela, a gente sabe
4437 que isso é difícil a gente vem aportando, mas essa inviabilidade foi proposta, foi
4438 questionada por esse Conselho. Então essa é a perspectiva do que ele está
4439 apresentando uma proposta que a gente vai se debruçar sobre ela e esperamos
4440 que em março do ano que vem na hora que vai vencer a delegação a gente possa
4441 estar aqui se Deus quiser demonstrando que a entidade tem capacidade
4442 institucional e financeira para sustentabilidade. Então essa que é o contexto que
4443 nós esperamos que seja superado aí nesses últimos meses.

4444

4445 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4446 Obrigado Humberto. Acho que foi importante esclarecimento para todo o sistema
4447 das entidades delegatárias, ele é muito importante com certeza vai ser pauta das
4448 nossas discussões para o próximo ano, só especificamente do Paranaíba. Pois não
4449 seguindo aqui as inscrições.

4450

4451 **Senhora Mônica Irion Almeida (Concessionárias e Autoridades de Geração**
4452 **Elétrica) -** Eu estava na Câmara Técnica de Cobrança quando esse assunto
4453 passou e era a pergunta que eu ia fazer, como que ia ser tratado o
4454 encaminhamento, se esse assunto retorna para Câmara Técnica com o relatório da
4455 ANA, porque é importante que a gente olhe os números. Inclusive eu tenho algumas
4456 dúvidas, que eu não acho que vale a pena entrar no mérito, porque se ela passa
4457 pela Câmara Técnica, obviamente que a gente tira toda e qualquer dúvida lá
4458 naquela instância e seria isso, é mais a respeito de encaminhamento mesmo.

4459

4460 **Senhor Fernando Farias (Associação de Usuários da Região de Monte**
4461 **Carmelo) -** Manifestar como membro do Comitê do Paranaíba e também como
4462 membro de um comitê afluyente, que eu tenho uns afluentes do rio Paranaíba que
4463 dá no momento de discussão junto com os afluentes do baixo Paranaíba pelo
4464 Comitês que ainda não tem cobrança de um instrumento ou de uma última
4465 regulação da cobrança em conjunto desses dois comitês, o debate em conjunto e
4466 a decisão é individual. Eu só gostaria de dizer que até para informação aí do colega
4467 da ANA e a situação da ABA não é tão confortável quanto se imagina a gente torce
4468 para que isso aconteça, eu particularmente sou um grande fã e torcedor de que a
4469 ABA seja na Instituição delegatária dos afluentes do lado mineiro, nós estamos
4470 trabalhando nos comitês como membro do comitê para que isto aconteça porém
4471 nós não estamos, nós não temos o conforto de dizer, olha de estar a contento
4472 porque nós dependemos profundamente do Distrito Federal e dependemos
4473 profundamente também do estado Goiano que é uma parcela até maior
4474 provavelmente vai ter uma receita até maior do que o lado Mineiro, então eu
4475 gostaria até um pouco do que a doutora Marília falou, o trabalho dessa câmara
4476 conjunta não estava avançando, não avançou pelo contrário regrediu na última
4477 reunião, inclusive neste comitê dos afluentes do Alto Paranaíba, sou coordenador da
4478 Câmara Técnica de Cobrança, estou ansioso para que a informação chegue na

4479 câmara para nós curtirmos ir apesar de ser representante de Irrigante o presidente
4480 do comitê, o Usuário nós temos que fazer todo esforço possível imaginava para
4481 fazer implementar cobrança por nós estamos sempre esbarrando em aspectos
4482 administrativos e jurídicos que impedem isso, assim que incrível que possa
4483 aparecer hoje a gente tem um segmento de usuário pagador fazendo todo esforço
4484 possível para implementar a cobrança e não consegue, não consegue avançar
4485 com isso porque vira e Mexe tem um retrocesso, continuamos agora na última
4486 reunião conjunta das câmaras dos dois comitês, então só para alertar que a
4487 situação não é tão confortável. Eu imagino que a Agência Nacional de Águas pode
4488 se preparar Lógico, todo esforço. E como o Fabio disse, o comitê não tem gerência
4489 sobre aos órgãos gestores e os comitês afluentes, mas tem uma capacidade muito
4490 forte de articulação que vem trabalhando com isso com muita eficiência,
4491 articulando muito bem nos comitês afluentes, porém essa articulação esbarra as
4492 vezes tem alguns problemas então a gente pode precisar da Agência Nacional de
4493 águas, suportar o apoio é por um período mais longo porque senão nós vamos
4494 voltar e colocar isso na fatura dos pagadores. E aí sim aí nós vamos ter uma
4495 inviabilidade da atividade, por exemplo eu falo pelo agronegócio, se alguém disser
4496 que vai alterar o valor pago pelo irrigante para o uso da água o irrigante perde a
4497 capacidade de às vezes até de desenvolver atividades para ele que eu tava com
4498 atividade da cafeicultura com custo de produção mais alto que o valor do produto
4499 no Mercado se eu tiver aqui, se eu alterar o preço do que se paga pela água
4500 certamente eu vou interferir ainda mais nesse problema do custo de produção e
4501 quem dita o preço dos nosso produtos não somos nós é o mercado.

4502

4503 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4504 **Obrigado!** Encaminhando. Na verdade é um informe, peço que seja o mais breve
4505 possível para a gente poder passar para o último ponto da nossa pauta.

4506

4507 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia) -** Vai ser
4508 discutido na Câmara técnica, mas já dá para ficar meio claro aí que a viabilidade
4509 financeira disso aí tá muito contingente aprovar um monte de coisa em Comitês e
4510 qual é o plano B? Já tem?

4511

4512 **Sr. Não identificado -** Esse é o plano “A”.

4513

4514 **Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia)** - E o plano
4515 “B”? E o Plano “C”?

4516

4517 **Wilson de Azevedo Filho (Pesca, Lazer e Turismo)** – Está bem claro que para
4518 se viabilizar o ingresso ou se aumentar a base de arrecadação do comitê do
4519 Paranaíba tem um comitê de integração, quatro estados que fazem parte desse
4520 comitê é necessária uma articulação política, uma grande articulação política e hoje
4521 a diretoria do comitê ela é toda representada por representantes ela é composta
4522 por representantes do poder público. Tanto à Presidência, Secretaria, está na mão
4523 do próprio poder público desempenhar essa articulação né então é isso que eu
4524 queria deixar aqui claro que mesmo a deliberação partindo do plenário do comitê,
4525 a articulação é feita pela diretoria do comitê, então se a diretoria do comitê que é
4526 composta por representantes do poder público não conseguir fazer essa articulação
4527 política no próprio poder público aí vai ficar muito difícil se conduzir essa viabilidade
4528 financeira.

4529

4530 **Senhora Marília Carvalho de Melo (Representante de Minas Gerais, Rio de**
4531 **Janeiro e São Paulo)** - Só para dizer sobre a estratégia como eu mencionei no
4532 início, a gente tem questões administrativas com a ABA que nós estamos buscando
4533 superar os órgãos gestores não apoiando como Humberto muito bem falou para
4534 que ela possa realmente exercer as funções de entidade equiparada na plenitude,
4535 aplicar os recursos e tomamos a decisão enquanto órgãos gestores também dessa
4536 bacia de iniciar o processo de discussão pela implementação da cobrança em toda
4537 a bacia, a gente assim a possibilidade no futuro de rediscutir o PPU, mas isso
4538 deve acontecer em um momento em que toda Bacia estiver cobrança
4539 implementadas, então nosso estado de Minas Gerais, o Fernando já que
4540 manifestou como representante de Alguns comitês afluentes do Estado de Minas,
4541 nós estamos trabalhando com esse contexto a implementação da cobrança o Paulo
4542 Sales também pessoalmente Tem trabalhado aqui no DF temos conversado eu e o
4543 Paulo Sales 4, a secretária de Goiás para discussão também sobre esta
4544 implementação, aqui o representante acabou de mencionar quais foram os últimos
4545 encaminhamento sobre o assunto, então assim uma articulação dos órgãos
4546 gestores do estado para que a gente possa implementar o sistema na sua plenitude

4547 a cobrança em toda a bacia, esse é o primeiro ponto, o segundo ponto é a
4548 sustentabilidade financeira da ABA, esses comitês irão aderir a ABA? A também
4549 hoje um acordo entre os órgãos gestores de fortalecer a ABA enquanto entidade
4550 que hoje está prestando esse serviço de entidade equiparada na bacia então nós
4551 está trabalhando na linha dá até pelas dificuldades financeiras que acabei de
4552 mencionar de dar sim essa oportunidade a ABA, para que ela se restabeleça
4553 administrativamente e com outra perspectiva de arrecadação de recurso, há uma
4554 dificuldade mesmo, a ANA praticamente sustenta. A ABA e esse é um problema de
4555 fato que gerou toda essa discussão aqui dentro deste Conselho e nós não
4556 queremos que o sistema seja mantido dessa forma. Então queria só Infelizmente
4557 o Paulo Sales não está aqui hoje até conversei com ele um pouco mais dizer
4558 também que ele está imbuído na mesma forma que Minas Gerais e Goiás na
4559 discussão de implementação da cobrança e o fortalecimento da ABA como
4560 Entidade equiparada.

4561

4562 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**

4563 OK, meus amigos, então na sequência dos trabalhos, então damos por recebidos.

4564 Sim..

4565

4566 **Sr. Não identificado** - Só uma complementação da fala da Marília, a Diretoria do
4567 Comitê está imbuída disso, a Diretoria do Comitê tem isso como missão. Paulo
4568 Sales está envolvido, o André Vulcano que é secretário do estado de Goiás está
4569 tendo isso como missão, só para fortalecer, isso aqui a nossa diretoria, ele é
4570 composta majoritariamente por órgãos gestores, na verdade eu sou um usuário, eu
4571 sou da CAEB e do saneamento básico, a gente também tem um representante da
4572 Sociedade Civil, mas a gente está imbuído sim de se envolver e de promover isso
4573 junto aos órgãos gestores. Obrigado!

4574

4575 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**

4576 Ok. Então se dá tudo recebido, o plano de viabilidade financeira e a gestão de
4577 recursos da bacia do rio Paranaíba, vão ser encaminhados para a ANA, para
4578 manifestação, depois envio para a Câmara Técnica para análise e isso é para
4579 constar na pauta da próxima reunião. Já quero também informar a todos que nós
4580 devemos realizar a próxima reunião do Conselho na última semana de março, está

4581 em torno dia 26 e a nossa previsão e também como foi apresentado ontem pelo
4582 seminário a nossa estimativa. A reunião em março e em junho e em dezembro são
4583 as três reuniões ordinárias que temos, devemos realizar e aproveitar e informar
4584 enquanto temos um grupo de presentes. E passando então para o último ponto de
4585 pauta o informe sobre o Gap da bacia do Paraguai, então gostaria de convidar o
4586 Noquelli da secretaria do Estado do Mato grosso para fazer este informe, o GAP
4587 é esse grupo de encaminhamento da elaboração do plano da bacia do Paraguai e
4588 vocês todos acompanharam a edição do decreto que extinguiu o usuário e os
4589 colegiados que não tinham previsão na lei, e como esse grupo, ele é de
4590 acompanhamento do plano, o entendimento quanto fizemos varias reuniões de
4591 urgência também, é no sentido da importância da manutenção desse colegiado,
4592 mas como não era possível a apresentado já nela, essa reunião, então esse informe
4593 do Rikeli, os trabalhos do GAP do Paraguai e também esse assunto semelhante
4594 ao anterior seja encaminhado para a Agencia Nacional de Águas e na sequencia
4595 também para a Câmara Técnica especifica que é para constar na nossa pauta em
4596 março. Então, Noquelli

4597

4598 **Senhor Luiz Henrique Noquelli (Conselho de Recursos Hídricos do Mato**
4599 **Grosso)** - Obrigado, não vai ter apresentação porque como o Renato colocou e
4600 informe, então acho que a gente é só passar o que é angústia que os membros do
4601 grupo estão sentindo porque o retrospecto do que foi o grupo, como ele foi
4602 constituído constar neste parecer técnico da Agência Nacional de águas que foi
4603 encaminhada todos nossos conselheiros, então eu estou com o Superintendente
4604 de Recursos Hídricos da Secretaria do Estado do Meio Ambiente sou Suplente
4605 neste Conselho e atualmente até dia 31 desse mês eu tô com o coordenador do
4606 GAP, esse grupo ele foi aprovado por aqui a composição foi também definida por
4607 esse Conselho, o nosso trabalho sempre foi de acompanhamento de todas as
4608 etapas do plano da região hidrográfica do Paraguai desde prognóstico até o produto
4609 final tudo foi discutido dentro do Conselho, dentro do grupo, esse grupo ele tem
4610 poder público, Sociedade Civil, Usuários a integração do Mato Grosso com Mato
4611 Grosso do Sul a ANA como coordenadora desse trabalho e com essa mudança
4612 que aconteceu como o Renato colocou foi extinto o grupo fomos questionamos o
4613 conselho como isso ficaria tivemos a resposta pela NBR e ele não tem uma
4614 resposta na realidade e que isso vai ter discutido no iniciar do ano que vem só

4615 gostaria de passar para vocês que ainda estamos em fase de aprovação de
4616 produtos principalmente dos produtos hoje de empreendimentos hidrelétricos se
4617 interferem ou não interfere no Pantanal. Então esse é um trabalho muito forte,
4618 vocês viram a discussão hoje já de manhã então é a gente fica meio refém, então
4619 a gente gostaria fora o acompanhamento do plano agora dentro do plano, nós
4620 também temos a capacitação que tá acontecendo pela Agência Nacional de águas
4621 junto aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que são capacitações aos
4622 órgãos gestores que são capacitação aos comitês de bacia e aos conselhos
4623 estaduais. Então esse é outro viés que isso se reporta ao grupo, então assim a
4624 gente espera que na próxima reunião de Março venha, não sei como a gente pode
4625 definir, mas que venha uma instituição, um grupo de trabalho na Câmara técnica
4626 um acompanhamento de um ano, mas que isso seja institucional, que isso seja útil
4627 para que a gente dê continuidade das tem hora que acaba o plano realmente
4628 podemos até discutir o que pode vir a substituir o GAP, uma possível criação de
4629 comitês não sabemos, então é de suma importância que a gente continue seja qual
4630 nomenclatura for, mas também já fomos sinalizado que o número de 30 não vai
4631 ser contemplado, mas como isso a gente vai trabalhar também tem que ser
4632 discutido e já tem um produto para ser entregue e Agência Nacional de águas e a
4633 gente precisa se posicionar está previsto para entregar esse produto e Marco ou
4634 abril de 2020. Obrigado a todos.

4635

4636 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4637 Ok. Obrigado Noquelli. Alguma manifestação sobre o tema do GAP do Paraguai,
4638 máximo 3 minutos para a gente ir encaminhando o encerramento da nossa reunião,
4639 peço a todos que fique, continue conosco mais um pouquinho mais uns 10 minutos
4640 a gente vai está encerrado os nossos trabalhos.

4641

4642 **Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) -** Obrigado Renato e
4643 Aparecida Vargas Abragel, dando no segmento da linha de raciocínio do
4644 Noquelli, a gente vem hoje com a incógnita se a gente tem um Regimento Interno
4645 vigente até que se modifica o outro Regimento, eu tenho essa dúvida, eu não
4646 tenho essa certeza muito pelo contrário eu tenho dúvida, eu não sei se fica vigente
4647 o regimento interno que a gente tinha ou se é um novo conselho. Porque se não
4648 ficar vigente a gente está se reunindo sem ter normas de qualquer, então eu

4649 sinceramente não tenho mas eu não tenho só vou te explicar porque eu tenho essa
4650 dúvida.

4651

4652 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**

4653 Ele é decorrente, uma vez extinto o GAP...

4654

4655 **Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) - Não. É o Regimento**
4656 **do CNRH.**

4657

4658 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**

4659 O CNRH está vigente.

4660

4661 **Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) - O Regimento**
4662 **Interno dele**

4663

4664 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**

4665 Sim. A portaria que nomeia e que determina o regimento está vigente, revogadas o
4666 que contraria o novo decreto 10.000.

4667

4668 **Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) - Ok. Então com isso**
4669 **não vai ferir a sugestão que eu tenho a proposta que eu tenho diante da**
4670 **importância que o Noquelli já colocou, da gente ter a manutenção do GAP,**
4671 **primeiro que o GAP não é um grupo de trabalho ele é um grupo de**
4672 **acompanhamento então ele não tá abarcado pelo que vem no decreto 10.000 que**
4673 **se refere a grupos de trabalho e não de grupo de acompanhamento, segundo o**
4674 **regimento interno do Conselho Nacional diz que os atos e decisões a serem**
4675 **tomadas que não estejam previstas no Regimento podem ser tomadas pela**
4676 **plenária. Então eu acho que a plenária não hoje mais, que a gente não tem coro,**
4677 **não é, mas a plenária pode tomar uma decisão do GAP nem que seja para emitir**
4678 **uma resolução para poder tá atualizando até porque nós vamos ter que atualizar**
4679 **porque mudou muito Ministério, então a própria composição dele ele vai ter que**
4680 **ser atualizado, mas eu falo na questão de número de membros que a gente sabe**
4681 **se for para 10 membros com dois estados a gente vendo como é a participação lá**
4682 **vai sair prejudicado, não vai ter o mesmo poder de decisão que a gente sabe que**

4683 tem o grupo hoje como funcionar, e a gente tem essa questão de time novamente
4684 porque independente do resultado nós saímos da última reunião marcando uma
4685 agenda nossa com uma primeira reunião para abril, tá e uma primeira reunião para
4686 abril e assim sendo apresentado produtos que a gente não pode nem se manifestar
4687 sobre ele porque hoje o GAP ainda não. Ele ainda está necessária porque a
4688 plenária não deliberou sobre ele, que se a gente para de liberar para os obreiros
4689 no antigo Regimento ela pode fazer isso e nesse entendimento de que não é um
4690 grupo de trabalho eu acho que a gente consegue resolver o que caberia essa
4691 discussão dessa composição e a gente vai ter que rever um pouco essa
4692 composição que Ministério se juntaram então a gente vai ter que dar uma olhada
4693 nisso e a gente tem mais uma parte de produto a ser apresentado em abril e com
4694 prazo final da resolução em maio, então é o que eu gostaria que tivesse esse
4695 empenho que já vem sendo feito até agora Inclusive a ANA tenha proporcionado
4696 a realização dessa reunião do GAP lá agora as passagens para a sociedade civil
4697 da mesma forma entendeu, então a gente sabe que isso é muito importante isso
4698 só facilitou, só ajudou, a gente precisa disso e precisa da participação da
4699 sociedade civil a gente ninguém tá querendo que sejam decisões tomadas por um
4700 único segmento muito pelo contrário e as discussões lá como você viu hoje aqui lá
4701 também são acaloradas, mas a gente sempre consegue chegar no denominador
4702 comum, aí eu pediria que a gente partisse para esse encaminhamento talvez a
4703 não ser que alguém tenha uma outra proposta que possa ser melhor do que essa
4704 mas que a gente encarar-se como um grupo de acompanhamento não um grupo
4705 de trabalho e a gente com isso não fica marcado pelo decreto e a plenária tivesse
4706 autonomia para tomar, mesmo porque ele já é um grupo criado no âmbito da
4707 plenária não é de âmbito de câmara técnica, ele foi criado ele é criado pela
4708 plenária, então a gente só é uma sugestão de repente tem alguma sugestão melhor
4709 do que eu estou propondo.

4710

4711 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**

4712 Sim perfeito exatamente por isso que a gente precisou desse tempo para fazer os
4713 levantamentos devidos a nossa CONJUR, a intenção do Ministério e da Agência,
4714 foi encontrar uma solução mais adequada para a continuidade dos trabalhos do
4715 grupo de acompanhamento.

4716

4717 **Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** - Eu achei importante
4718 eu apresentar, primeiro porque consta em Ata, é uma ideia que pode chegar pra
4719 vocês que pode dá certo.

4720

4721 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** –
4722 Ok! Pois não.

4723

4724 **Sr. Humberto Gonçalves (ANA)** - É só para alinhar o que você tá falando é
4725 deixar claro que a Agência Nacional de Águas tem total interesse na continuidade
4726 deste acompanhamento a gente, fez, apresentou, levou pesquisadores para o
4727 grupo apresentou o resultado e não é justo nosso entendimento (...), Sérgio pode
4728 até reafirmar agora na reta final, os estudos começam a ser entregues vocês
4729 ficarem fora desse grupo de acompanhamento, então nós temos da minha parte
4730 enquanto superintendente tendo todo apoio para isso, agora vocês dois passaram
4731 para casa para o conselho. Então esse para casa vai ser avaliado porque o decreto
4732 do governo ele não extingue só grupo de trabalho ele extingue os colegiados, então
4733 o GAP entra no colegiado então a gente tem que ver uma formula de manter esse
4734 processo até o término desses estudos, então nós estamos alinhados a gente vai
4735 começar.

4736

4737

4738 **Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** - Ele não é um
4739 Colegiado, colegiado tem poder de voto. O GAP fica atrelado a uma Câmara
4740 Técnica. Na verdade, o colegiado é o CNRH.

4741

4742 **Sr. Não identificado** - Eu não vou discutir, eu não sou Jurista.

4743

4744 **Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** – Só para finalizar,
4745 não está finalizando os trabalhos só está começando. A gente tem um plano de
4746 trabalho lá com várias metas, com várias ações, os estudos dos empreendimentos
4747 hidrelétricos é só um entre todos.

4748

4749 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4750 Ok. Obrigada, Aparecida. Então assim encerramos nossa parte de informes e
4751 entramos na parte.

4752

4753 **Mônica Irion Almeida – (ABRAGE) -** Talvez uma sugestão que possa também ser
4754 avaliada, até na linha do que o Ministro falou no período da manhã, de algumas
4755 questões ad referendum. Talvez uma prorrogação, se isso for possível, *ad*
4756 *referendum*, para não interromper suas atividades até a próxima reunião do
4757 Conselho Nacional, talvez seja uma solução para uma lacuna de tempo
4758 determinado e que venha trazer pelo menos a possibilidade de análise desses
4759 produtos que estão entregues.

4760

4761 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)) –**
4762 Muito bom, Mônica. Obrigado! Na parte de Informe geral nós temos alguns informes
4763 aqui da secretaria executiva do conselho, mas pergunto antes se algum dos
4764 conselheiros tem algum informe geral específico não é pedindo todos sejam breves
4765 para gente encaminhando nosso encerramento da nossa reunião.

4766

4767 **Senhor Anivaldo Miranda (Representante dos Comitês das Bacias de rios de**
4768 **domínio da União) -** Brevíssimo, mas é um fato singular, emblemático e hoje eu
4769 tive a triste notícia de que o rio Paraíba do Sul não está mais chegando ao mar.
4770 Acho que é um uma coisa emblemática, enfim fechou lá tenho fotos disso, me foi
4771 entregue aqui pela... bom da forma como eu vi estava totalmente fechado, essa é
4772 informação e representante da Sociedade Civil do próprio Comitê, bom só uma
4773 coisa para registro aqui visto que isso é um reflexo não é, e depois pode-se
4774 discutir a resultado do aquecimento global eu acho que não eu acho que é ausência
4775 mesmo de gestão. Obrigado.

4776

4777 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4778 Obrigado, Anivaldo. Thiago do Ministério de Minas e Energia.

4779

4780 **Senhor Thiago Guilherme Ferreira Prado (Ministério de Minas e Energia) -**
4781 entendendo o que são assuntos gerais eu gostaria de fazer algumas sugestões, a
4782 primeira delas e se era possível a gente já vislumbrar para o ano de 2020 o

4783 calendário de todas as reuniões Ordinárias para que a gente pudesse já se prepara
4784 de forma antecipada.

4785

4786 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4787 Encaminharemos já na próxima semana.

4788

4789 **Senhor Thiago Guilherme Ferreira Prado (Ministério de Minas e Energia)**
4790 **(Ministério de Minas e Energia)** - A outra sugestão é se é possível fazer pelo
4791 menos uma indicação das primeiras reuniões das câmaras técnicas e já determinar
4792 que nessas na primeira reunião já se pense também como é que serão feitas as
4793 próximas reuniões das câmaras que tá outro item que relacionado também às
4794 câmaras técnicas é que a partir do início dos trabalhos se a gente pudesse separar
4795 um período inicial da reunião do conselho 5 minutos para de repente cada uma
4796 dizer o que foi feito naquele período o que que não foi feito, porque isso ajuda
4797 exatamente acompanhar o andamento e até enxergar gargalos e poder de repente
4798 da câmara técnica em algum item que enfim ela não consigo andar então acho isso
4799 importante da uma celeridade e gera um certo compromisso de estar sempre
4800 mostrando o resultado, na próxima reunião, enfim. Estou acabando de entrar com
4801 o primeiro suplente não sei se essa prática mas queria deixar como sugestão de
4802 forma de trabalho, o outro item era que os itens sujeitos a votação alguns que já
4803 tem até uma discussão às vezes até previa a gente pudesse pré formatar o que
4804 que a gente tá votando para facilitar um pouco a compreensão de todos e na hora
4805 de fazer a votação em algumas coisas deixam explícita como fosse reunião de
4806 condomínio que a gente está votando, no texto assim para todo mundo saber
4807 exatamente por que a gente tá colocando se não fazer várias iniciativas acaba a
4808 compreensão às vezes acaba fugindo, essas colocações mas não sinto espírito de
4809 contribuir muito bom Obrigado.

4810

4811 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**
4812 Muito bom, obrigado Thiago. Alguma questão, nível de informes ou de
4813 contribuições?

4814

4815 **Mônica Irion Almeida – (ABRAGE)** - Mônica das Concessionárias e Geração é só
4816 uma dúvida com relação às câmaras técnicas visto que elas vão ter reunião já a

4817 partir de fevereiro, qual que será o prazo para informar o membro efetivamente,
4818 porque muitas vezes as instituições vão ter que articular essa definição.

4819

4820 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**

4821 Isso, temos o cronograma já definido, não é Roseli, a partir da reunião de hoje, a
4822 Roseli encaminha.

4823

4824 **Senhora Roseli dos Santos Souza – (MDR) -** Vamos encaminhar um e-mail com

4825 essa tabulação, o resultado, a composição das Câmaras Técnicas, e daremos um
4826 prazo. A gente espera que até dia 15 de janeiro já tenhamos todos os nomes, as
4827 indicações, se possível. Aqueles que não puderem, pois final de ano é bem
4828 complicado, todo mundo está de férias, e a gente depende também da publicação
4829 da resolução. Mas encaminharemos esse e-mail, e aqueles que puderem, quem
4830 não puder, justifica, mas vai ficar lá pelo menos a indicação do segmento. A Câmara
4831 Técnica e mais maleável, não é publicado o nome do representante, somente o
4832 segmento. Pode mandar uma proposta depois se houver necessidade de fazer
4833 alguma alteração. Importantes têm esses nomes para já chamar na próxima
4834 reunião.

4835

4836 **Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**

4837 Ok. Alguém ainda? Na parte de informes, alguém ainda. Ok. Ainda na parte de
4838 informes ou contribuições, então ainda como informes aqui da Secretaria Executiva
4839 do Conselho, dizer então que alguns documentos já chegaram na secretaria
4840 executiva e que vão ser encaminhados para as Câmaras Técnicas, então um deles
4841 é o que diz respeito a parcela de recursos provenientes da cobrança financeira dos
4842 recursos hídricos da CFURH destinador MDR e gerenciado pela ANA em
4843 atendimento às resoluções do CNRH e da ANA. Então esse relatório vai ser objeto
4844 e vai ser encaminhado para Câmara de Outorga e Cobrança, também uma
4845 demanda do Dnocs que é uma demanda antiga que deve entrar em discussão no
4846 início do ano que exatamente que reivindica a parcela de recursos da cobrança de
4847 recursos hídricos proveniente das captações dos reservatórios sobre sua gestão
4848 houve então esse assunto que também vai ser encaminhado para a Câmara
4849 Técnica respectivo também respondemos recentemente um acordo no TCU
4850 referente ao Sistema Nacional de gerenciamento de recursos hídricos solicitou um

4851 conjunto de informações de toda essas mudanças que aconteceram então e entre
4852 esses temas, uma recomendação de que o tema das barragens seja objeto do
4853 CNRH então a própria resposta é a instalação da Câmara Técnica de Barragens,
4854 então com isso nesse conjunto de informes já agradecendo Agência Nacional de
4855 águas na pessoa do Humberto, agradecendo a todos os conselheiros presentes
4856 até que o momento, dá encerrada a nossa 42ª reunião do CNRH e dizer que nós
4857 estamos à disposição no MDR para todos os encaminhamentos desejando Boas
4858 festas a todos e que a gente tem um 2020 com muito trabalho em resultado. Um
4859 abraço a todos.